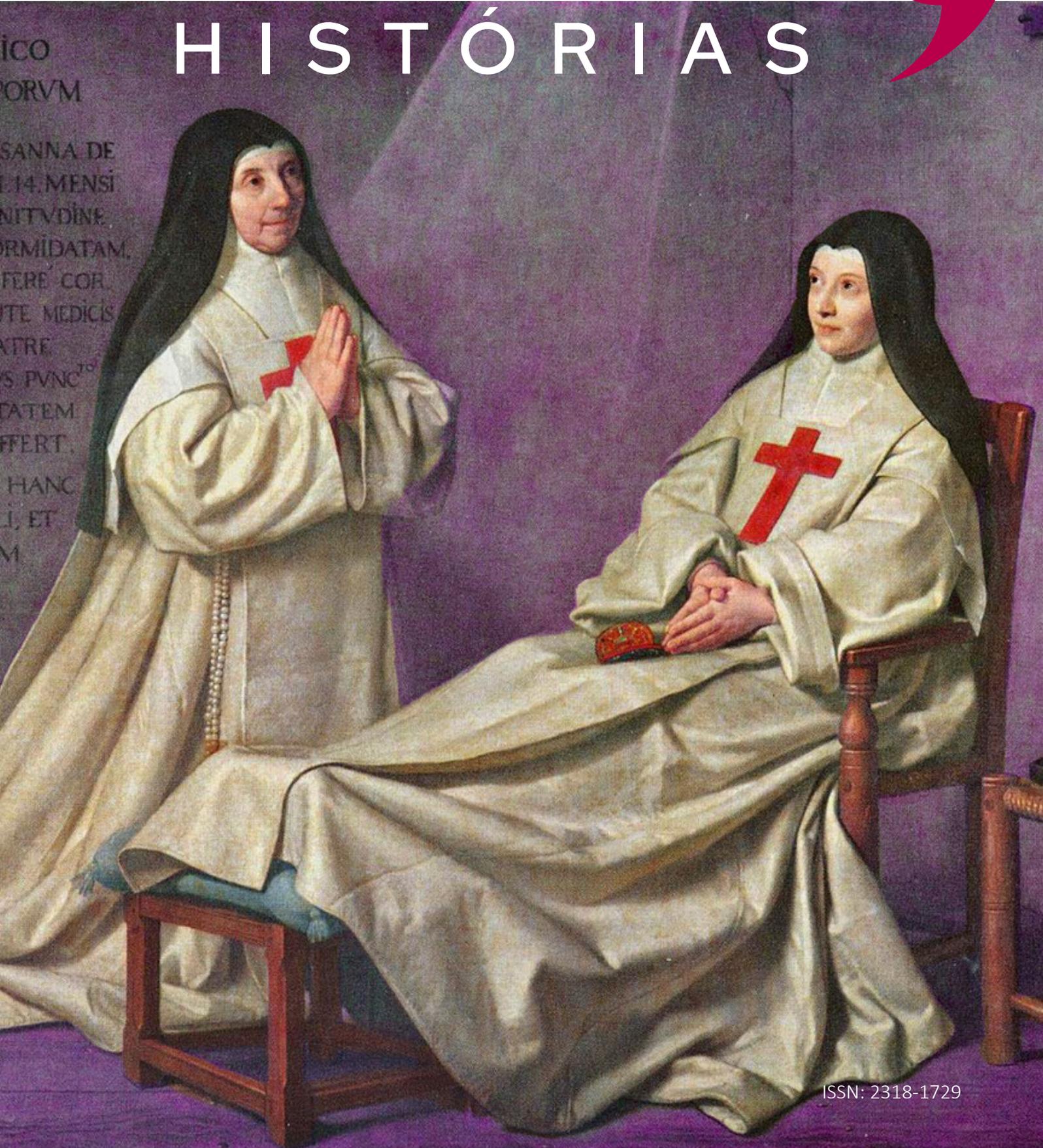


2022

História

HISTÓRIAS



ISSN: 2318-1729

EXPEDIENTE

EDITOR CHEFE

Dr. Daniel Gomes de Carvalho

Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação
em História, Brasília, Brasil

EDITOR DE RESENHAS

Dr. Thiago Cavalcante dos Santos
UNICENTRO - Paraná

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Armelle Enders

Université de Paris IV - França

Dra. Cláudia Regina Bovo

UFTM - Minas Gerais

Dra. Marcella Albaine Farias da Costa

UFRR - Roraima

Dra. Maria Beatriz Borba Florenzano

MAE-USP - São Paulo

Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho

UnB - Distrito Federal

Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro

UNESP - São Paulo

Dr. Leandro Duarte Rust

UnB - Distrito Federal

Dr. Tiago Almeida dos Santos

UnB - Distrito Federal

CONSELHO EDITORIAL ASSOCIADO

Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto

UnB - Distrito Federal

Dra. Carla Mary S. Oliveira

UFPB - Paraíba

Dra. Fernanda Olival

Universidade de Évora - Portugal

Dr. Gerardo Caetano

Universidad de la República - Uruguai

Dr. James Woodard

MontClair State University

Dr. Josemar Machado de Oliveria

UFES - Espírito Santo

CONSELHO CONSULTIVO

Dra. Camilla Cristina Silva

Uniprojeção - Distrito Federal

Dra. Camila Fernanda Guimarães Santiago

UFRB - Bahia

Dra. Eleonora Dell'Elecina

Universidad de Buenos Aires - Argentina

Dra. Maria Emília Monteiro Porto

UFRN - Rio Grande do Norte

Dra. Maria da Vitória Barbosa Lima

UESPI - Piauí

Dra. Silvia Maria Fávero Arend

UDESC - Santa Catarina

Dr. Alberto Aggio

UNESP - São Paulo

Dr. Marcos Aurélio de Paula Pereira

UnB - Distrito Federal

Dr. Marcus Víncius Furtado da Silva Oliveira

ESEBA/UFU - Minas Gerais

Dr. Rafael Nascimento Gomes

UnB - Distrito Federal

Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn

UDESC - Santa Catarina

Dr. Stefan Rinke

Universidade Livre de Berlim – Alemanha

Dr. Tomás Sansón

Universidad de la República - Uruguay

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rodolfo Nunes

Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação
em História, Brasília, Brasil

DIAGRAMAÇÃO

Luiz Henrique de Souza Cella

CAPA

Philippe de Champaigne - Ex-Voto de 1662

Edição: Luiz Henrique de Souza Cella

EQUIPE TÉCNICA

servidores e estagiários

Alexandre Bruno Barzani Santos

Mestrando - RHH

Aline Tona Romero Forrest

Doutoranda - RHH

José Marcos Flor Silva de Araujo

Mestrando - RHH

Maria Clara Silva

Mestranda - RHH

Rafael Machado Santanna

Doutorando - RHH

Ana Luiza Martins Gomes

Universidade de Brasília - Estagiária do ICH - Revisora de Texto -
Graduanda em Letras

Dener de Souza Santos

Universidade de Brasília - Estagiário do ICH - Graduando em Comunicação

Nathanael Martins Pereira

Universidade de Brasília - Estagiário do ICH - Mestrando em História

João Paulo Araujo dos Santos

Universidade de Brasília - Servidor do ICH - Técnico em Assuntos
Educaçãoais

Luzmar Batista de Araujo Junior

Universidade de Brasília - Servidor do ICH - Assistente em Administração

Luiz Henrique de Souza Cella

Universidade de Brasília - Estagiário do ICH - Designer da Revista e
Diagramador - Graduando em Design

CONTATO

Daniel Gomes de Carvalho

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasil
editorcheferhh@gmail.com
+55 61 3107 - 2687 / 2683



A forma e o conteúdo dos textos publicados, assim como as opiniões, citações e dados neles contidos, são de exclusiva responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

A Corrupção da Nobreza: a Trajetória dos Almeida Portugal do Vice-Reinado ao Crime de Lesa-Pátria.

- Marcos Aurélio de Paula Pereira-----10

Um Estudo sobre os Quilombos da Vila do Príncipe, Minas Gerais, Séculos XVIII E XIX.

- Danilo Arnaldo Briskievcz-----44

Os Super-Humanos (1929): Anarquismo, Desejo e Evolucionismo em Han Ryner.

- Gilson Leandro Queluz-----72

Processos Criminais e a Escrita Jornalística na Construção da Memória e da Identidade Local no Sudeste da Amazônia Legal.

- Marilza Sales Costa-----94

Memórias, Exílio e Usos do Passado da Revolução Cubana nos Estados Unidos e em Cuba.

- Igor Lemos Moreira-----124

O Karl Marx e a guerra da abolição americana

- Alexandre Francisco Braga.....136

Por um Nordeste ressignificado

- Flávia de Sá Pedreira.....144

A Corrupção da Nobreza:
a Trajetória dos Almeida Portugal
do Vice-Reinado ao
Crime de Lesa-Pátria.

*The corruption of the nobility:
the trajectory of the Almeida Portugal
from the vicreroyal to the crime
of injury to the homeland.*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v10i20.47440>

Marcos Aurélio de Paula Pereira
Universidade de Brasília (UnB)

<https://orcid.org/0000-0003-2418-8215>
E-mail: marcospereira@unb.br

Como citar:

PEREIRA, Marcos Aurélio. A Corrupção da Nobreza. A Trajetória dos Almeida Portugal do Vice-Reinado ao Crime de Lesa-Pátria. *História, histórias*, Brasília, v. 10, n. 20, jul./dez. 2022.

Resumo

Nesse artigo será debatida a corrupção ao se percorrer a saga de uma família de nobres em Portugal: a Casa de Alorna. Serão exemplificados três tipos de corrupção nomeados e interpretados ao longo do século XVIII até as primeiras décadas do XIX. Demonstra-se na ascensão dessa família, indo até sua queda, a corrupção pelo posto e cargo administrativo por meio de envolvimento em redes clientelares no governo além-mar. Em seguida, na geração posterior, o caso do segundo marquês: a corrupção política e do nome que lhe foi imposta em acusação e prisão por longos anos. Por fim, mas não menos emblemático, no alvorecer do século XIX, a corrupção da identidade política, ou seja, a que acabou na condenação por crime de lesa majestade e de lesa pátria, do titular da Casa, numa derrocada final dos homens dessa família, a ruína do nome nobre e de seu *status*, num claro exemplo de conflito entre as ambições e os deveres de servir a monarquia que anteriormente foram manifestados em documentos a serem apresentados no texto. A intenção é ir além das noções primeiras sobre o que significa a corrupção na Idade Moderna para a partir dos delitos, situações e demais acusações, explorar as possibilidades desse conceito extraordinariamente polissêmico, mas, sem dúvida, central nos debates políticos e estudos sobre o Antigo Regime.

Palavras-chaves

corrupção; nobreza; cultura política.

Abstract

In this article, corruption will be discussed by going through the saga of a noble family in Portugal : the House of Alorna. Three types of corruption named and interpreted throughout the eighteenth century until the first decades of the nineteenth will be exemplified. It is demonstrated in the ascension of this family, going until its fall, the corruption by the post and administrative position through involvement in clientele networks in the government overseas. Then, in the later generation, the case of the second marquis : political and name corruption imposed on him in accusation and imprisonment for long years. Last but not least, at the dawn of the 19th century, the corruption of political identity, that is, the corruption that ended in the conviction of the holder of the House for a crime against majesty and against the country, in a final overthrow of the men of that family , the ruin of the noble name and its status, in a evident example of conflict between the ambitions and the duties of serving the monarchy that were previously manifested in documents to be presented in the text. The intention is to go beyond the first notions about what corruption means in the Modern Age, starting from crimes, situations and other accusations, to explore the possibilities of this extraordinarily polysemic concept, but undoubtedly central in political debates and studies on the Ancient Regimen.

Keywords

corruption; nobility; political culture.

Introdução

Nesse artigo abordarei a corrupção através da saga de uma família de nobres em Portugal. Serão exemplificados três tipos de corrupção nomeados e interpretados ao longo do século XVIII e até as primeiras décadas do XIX. Vê-se na ascensão de casa nobiliárquica até a sua queda, a corrupção pelo posto e cargo por meio de envolvimento em redes clientelares no governo além-mar; a seguir, na pessoa do herdeiro da casa a corrupção do nome da família imposta através de acusação de crime contra o monarca e prisão, por longos anos, o que simboliza a degradação da Casa. Por fim, mas não menos emblemático, a corrupção política. Ou seja, a que acabou na condenação por crime de lesa majestade e de lesa pátria, uma derrocada final dos titulares, maculando a sua história familiar e o que entendiam como o dever de nobres. A intenção é ir além das noções primeiras sobre o que seria corrupção na Idade Moderna, para a partir dos delitos e demais acusações, explorar as possibilidades desse conceito vago, extraordinariamente difícil, mas, sem dúvida, central nos debates políticos da época.¹

Como dito, o propósito é ir além do sentido que o termo corrupção abarcava no século XVIII, entendido, à época, como classe de abusos, excessos, cargas ou anomalias que, ao ocupar algum cargo político, os oficiais e administradores impunham aos seus administrados. Sem pretender abarcar todos os estudos e tipificações que abordam a corrupção como fenômeno histórico social – e para não alongar o texto – escolhe-se uma perspectiva para entendê-lo no Antigo Regime, através dos estudos que valorizem suas análises no campo da política. Como salientado por Ronald Kroeze, Pol Dalmau e Frédéric Monier, a partir do século XVIII, em vez de ser comumente um termo empregado para uma grande variedade de desvios (sexuais, morais, religiosos, administrativos), a corrupção tornou-se mais frequentemente interpretada em termos políticos, como o mau uso de cargos públicos e o ato de colocar o ganho privado acima do interesse geral.² Da mesma forma, parte-se, nesse

1 Esto era, como ya aseguró hace tiempo Joel Hurstfield en su análisis del caso inglés, “porque el concepto corrupción es vago y extraordinariamente difícil de definir, y por lo tanto se convirtió en central en los debates políticos de la época” In: Castillo, Francisco Andújar. FEROS, Antonio. Leiva, Maria Pilar Ponce. Corrupción y mecanismos de control en la Monarquía Hispánica: una revisión crítica. In: TIEMPOS MODERNOS, vol. 8, n. 35, p. 293, 2/2017/www.tiempomodernos.org.

2 KROEZE, Ronald; DALMAU, Pol; MONIER, Frédéric. Introduction: Corruption, Empire and Colonialism in the Modern Era: Towards a Global Perspective. In: KROEZE, Ronald; DALMAU, Pol; MONIER, Frédéric. Corruption, empire and colonialism in the Modern Era: a global perspective. Singapore: Palgrave Macmillan, 2021, p. 2-3.

estudo, de uma percepção para além do privado, do moral, do individual, do pecado, como a princípio pode parecer ser a tônica de Jean-Claude Waquet. A princípio, Waquet, em digressão sobre ao tema da corrupção, percebe que os sujeitos históricos do Antigo Regime viam a corrupção não como um fenômeno social. Ao longo de sua explanação é demonstrado que as interpretações, à época, sobre os casos de abusos não eram sociais, mas morais, o que impelia com que vissem a corrupção como um pecado pessoal que, conseqüentemente, exigia punição individual e a não a percebiam como um fenômeno coletivo que ocorria - nas hierarquias do contexto - nos processos de redistribuição do poder político. Tal percepção moralista que se refletia na lei, tinha por um lado muitas vantagens, pois incorporava a culpa individualizada como evidente, mas, por outro lado, foi subvalorizada como algo sistêmico e social. Segundo o autor, a interpretação moral da corrupção naturalmente freava a propagação dos próprios abusos, porém, não a explicava como fenômeno maior. Para Waquet essa leitura moral acabou tendo o duplo efeito de limitar o dano e torná-lo mais suportável: freou a corrupção e, ao mesmo tempo, garantiu sua sobrevivência.³

Todavia, a contribuição de Waquet vai muito além do estudo sobre o sentido moral do termo nos séculos XVI, XVII e XVIII. Em suas últimas considerações, ao analisar a fragilidade do Estado ante as práticas corruptas, o autor conclui que ela – a corrupção - permitia que os corpos de funcionários, em especial a aristocracia, sobrevivesse. Ao mesmo tempo o autor elucida em suas digressões que tais falhas não seriam deficiências externas à máquina monárquica, mas, que nasceram em seu funcionamento. Entretanto, tais disfunções não prejudicaria a todos, pelo contrário, proporcionavam vantagens. Forneciam recursos que sustentavam o estilo de vida pomposo e caro de quem acreditava lhe serem inerentes segundo sua condição de nobres. Além disso, como lembra o autor, a corrupção percorria várias esferas conforme o poder descia ou subia na hierarquia do Antigo Regime:

A corrupção como era chamada, cumpre, assim, uma dupla função. Compartilhava o dinheiro necessário para os funcionários (régios), vindo principalmente da aristocracia local. Ao mesmo

3 WAQUET, Jean Claude. De la corruption: Morale et pouvoir à Florence aux XVII et XVIII siècles. Paris : Libraire Arthème Fayard, 1984, pp. 111-120.

tempo, redistribuiu o poder em favor de uma elite nata (local) que nunca aceitou ser completamente ser privada dele.⁴

São sobre esse grupo político-social que se tratam as análises presentes nesse estudo. Por fim, considerando o recorte geográfico e cronológico que nos serve de mote, esclarecemos, como bem trabalhado por Michel Bertrand, que se procura compreender os mecanismos políticos, econômicos sociais e culturais, exemplificando *o como e o porquê*, boa parte da nobreza e fidalguia lusitana caía em desgraça ao serem associados às diversas práticas ditas corruptas.⁵ A escolha da família dos Almeida Portugal, condes de Assumar e marqueses de Alorna, justifica-se por ser um dos casos emblemáticos de como, em Portugal, a nobreza que servia, fosse na corte ou na colônia, utilizava desses cargos para através de diversos meios auferir ganhos, elevar sua grandeza nobiliárquica, aumentar o patrimônio, mas, que por outro lado, sofreu as agruras, ostracismos e acusações, até a sua derrocada final.

As lições de Sancho Pança

Na monumental obra de Cervantes, *Don Quixote de la Mancha*, encontramos um trecho interessante para iniciarmos as análises a serem explanadas aqui. No texto há uma carta que o fiel escudeiro Sancho Pança escreveu à sua mulher Teresa Pança, mas antes de a enviar, mostrou-a a uma outra personagem da mesma obra, a Duquesa. Dessa ação surge um pequeno diálogo. Nesse trecho vemos elementos que servem de introdutório ao leitor do que se discutirá nesse artigo e que por sinal, versam sobre a questão dos governadores de ilhas. Panço escreveu as seguintes palavras à esposa:

Daqui a poucos dias partirei para o governo, para onde vou com grandíssimo desejo de juntar dinheiro, porque me disseram que todos os governadores novos levam essa mesma vontade: eu lhe tomarei o pulso, e te avisarei se hás-de vir estar comigo ou não.

4 WAQUET, Jean Claude. De la corruption : Morale et pouvoir à Florence aux XVII et XVIII siècles, op. cit p., 236. « La corruption, puisque tel était son nom, remplissait ainsi une double fonction. Elle partageait des liquidités dont les employés, pour être issus dans leur majorité des rangs de l'aristocratie locale, avaient grand besoin. Elle redistribuait en même temps le pouvoir en faveur d'une élite de la naissance qui n'avait jamais complètement accepté d'en être privée».

5 BERTRAND, Michel. Grandeza y miseria del oficio – los oficiales de la Real Hacienda de la Nueva España, siglos XVII y XVIII. México: Fondo de Cultura Económica, 2011, pp. 22-23.

A resposta da duquesa a Sancho após ler a carta que o escudeiro desejava enviar, também é muito interessante, respondeu ela a Sancho:

— Em duas coisas erra o bom governador: uma, em dar a entender que lhe deram este governo pelos açoites com que se há de fustigar, sabendo ele perfeitamente que, quando o duque, meu senhor, lhe prometeu, nem em semelhantes açoites se sonhava; a outra, em se mostrar nesta carta muito cobiçoso, e isso é mau, porque se diz que a cobiça rompe o saco, e o governador cobiçoso faz desgobernada a justiça.⁶

O exemplo suscita uma questão a qual vamos discorrer: quantos governadores e nobres não serviram aos seus reis, tal como Sancho Pança, fiados na garantia de aumentar a grandeza da casa ou de enriquecer? A família dos condes de Assumar e marqueses de Alorna serve-nos como exemplo para mostrar alguns casos, tipificações e sinônimos de corrupção através de gerações.

Iniciamos a percepção dos negócios e conflitos da Casa de Alorna pelo primeiro do seus que deu origem ao título: D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, 3º Conde de Assumar e primeiro Marquês de Alorna. Assim como o pai e avô, D. Pedro seguiu a tradição da família no serviço à Coroa nas conquistas além-mar e nas guerras europeias. Primeiro, se destacou com bravura e em batalhas da guerra de sucessão espanhola quando tinha somente 16 anos, evoluindo na hierarquia militar da época até os seus 24 anos. Entre as muitas campanhas em que participou as mais importantes foram a conquista de Valência de Alcântara e Albuquerque, integrando o exército do Alentejo; o assalto ao castelo de Montjuic, nas imediações de Barcelona e a batalha de Almansa. Também esteve nas tropas aliadas na entrada em Madri em junho de 1706 e na derrota em Almansa. Posteriormente, foi um dos principais responsáveis pela retirada das tropas lusas após as negociações da paz de Utrech.⁷

D. Pedro de Almeida foi nomeado para o cargo de capitão general da capitania de São Paulo e Minas em março de 1717. Seu governo foi pautado pelo

6 CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. Tradução Almir de andrade, Milton Amado 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, Volume II, capítulo XXXVI.

7 MARCOS David Martín. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Penachos de ideias. A Guerra de Sucessão da Espanha e a formação de Pedro Miguel de Almeida Portugal, 3º conde de Assumar. In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 33, n. 61, jan/abr 2017|www.variahistoria.org.

enfrentamento do poder dos potentados locais, fortalecendo a atuação do Estado na capitania, além de tentar aumentar a arrecadação fiscal. Tornou-se o “protótipo dos indesejáveis governadores, segundo Raimundo Faoro.”⁸ Todavia, não vou discorrer aqui sobre os rumos da política desse governador, assunto bem discutido na historiografia.⁹ Dentro dos objetivos do presente texto, examinar-se-ão seus negócios como demonstrativo da formação de redes em torno dos poderosos e, nesse caso, como sua trajetória pode servir de exemplo de um governante que enriquecia ou aumentava o cabedal enquanto estava a serviço del Rey. Ao mesmo tempo, se discorre sobre a cultura política do Antigo Regime e os casos de corrupção. Foi esse mesmo governador que após a sedição de 1720, junto aos jesuítas José Mascarenhas e Antônio Correia, escreveu sobre os efeitos do ouro julgando que ele corrompia a natureza e que penetrava nas pessoas produzindo efeitos malévolos no caráter.¹⁰ Ao denunciar os excessos de liberdade das Minas e tentando por meio do escrito político justificar suas medidas, denunciava, ao mesmo tempo, uma República “viciada”, hiperbólica em seus poderes e defendia o terror, a intimidação e o temível castigo que impôs aos sediciosos.¹¹

Mais de três décadas depois, ocupando o posto de vice-rei do Estado da Índia, voltou a mencionar em suas instruções políticas ao seu sucessor, o marquês de Távora, sobre a consideração de uma natureza corrupta, dessa vez não como resultado do ambiente, do clima e do ouro, mas dos funcionários do governo e habitantes daquele domínio no Oriente.

Finalmente, não se lisonjeie V. Ex. com a esperança de encontrar neste Governo alívios, nem descanso; considere-se não homem para si, mas constituído por Deus para a defesa pública, exposto, e sempre pronto neste teatro de contradições a combater animoso contra todas as paixões humanas, que dividirão o seu cuidado entre as traças, os enganos, e as astucias dos inimigos, as

8 CAMPOS, Maria Verônica. Governo de mineiros: “de como meter as minas numa moenda e beber lhe o caldo dourado” - 1693 a 1737. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002, p. 170.

9 PEREIRA, Marcos Aurélio de Paula. Vivendo entre cafres. A trajetória do Conde de Assumar e o império ultramarino português. Curitiba: Editora Prisma, 2016. SILVEIRA, Marco Antônio. Entre a ordem e a guerra. Política e razão de Estado do conde de Assumar. (Minas Gerais, 1717-1721). In: BARRAL, Maria Helena. SILVEIRA, Marco A. Diálogos entre Brasil y Argentina. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2015, p. 47-72.

10 Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, p. 61.

11 STARLING, Heloisa Murgel. Ser republicano no Brasil colônia. A história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das letras, 2018, p. 74-75.

queixas, os ditos, e as violências dos domésticos, e terá em continuo exercício o valor para rebater os insultos dos primeiros, e o talento, e rectidão para refrear mortes, roubos, assassínios, e atrocidades. Aqui terá uso a sua clemência com os ingratos, pelo esquecimento do benefício e; igualmente a justiça para domar, e por freio a todas as desordens, a que está sujeita a natureza corrupta; e no meio de tudo isto terá continuamente a combater Hydras mais pestilentas que a de Lerna.¹²

Ele se queixava de todos, tantos dos inimigos externos, quanto de quem era do “quadro” daquele mesmo Estado. Nessa parte de suas instruções, o marquês denunciava os atos corruptos das pessoas e fazia julgamentos sobre o caráter dos portugueses e dos naturais daquela terra. Uma de suas máximas era: “quem governa homens deve ser um contínuo moderador das paixões alheias.” Nesse ínterim, denunciava a corrupção dos povos. Era também corrupto ou o termo não lhe seria pertinente?

Voltemos ao início de sua trajetória como governante dos domínios além-mar para explicar as questões acima. Examinando o testamento de seu pai, o 2º conde, D. João de Almeida, que havia exercido o posto de embaixador junto a comitiva de Carlos da Áustria ao longo da guerra de sucessão de Espanha, verificam-se os diversos negócios, transações de empréstimos, comércio de manufaturas e, também, pode se ver a aferição de lucros durante a estadia do 3º conde nas Minas. No documento há descrições de envio de remessas de carregações comercializadas, associações, empréstimos e rendimentos, respectivos às transações do seu filho durante sua estadia na América. Já ao partir de Portugal para assumir o posto de governador das Minas, D. Pedro trouxe uma “carregação de fazendas de importância de vinte e dois contos quinhentos e noventa e quatro mil duzentos e sessenta e um réis (22:594\$261).”¹³ Seu pai foi principal parceiro nesse negócio, seguido por sua esposa, D. Maria José Nazaré de Lencastre, filha do 4º Conde de Vila de Portimão, cujo dote foi utilizado nas transações. Assumar contribuiu com o montante de quatorze contos, cento e noventa e seis mil, duzentos e sessenta e um réis (14:196\$261) e mais cinco mil cruzados emprestados por Francisco de Amaral Coutinho, sócio em outras transações do Conde.

12 Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Instrução dada pelo excelentíssimo Marquês de Alorna ao seu sucessor no governo deste estado da Índia, o excelentíssimo Marquês de Távora, 1836, p. 4.

13 Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Inventários Orfanológicos, letra C nº 60, Testamento de D. João de Almeida, 2º Conde de Assumar. fl. 20.

A maior parte dos negócios do 3º Conde de Assumar foi realizada através de procuradores. Manuel Antunes Collaço foi o mais utilizado. Igualmente serviu-se dos serviços de Domingos Rodrigues Cobra, membro da comitiva do governador que foi do Rio de Janeiro até as Minas. Posteriormente, também foi procurador de Assumar. Um primo do procurador Manuel Antunes, chamado Matheos Collaço, participou esporadicamente de algumas transações. Esse Matheos Collaço era tenente e foi testemunha da negociação dos escravos do Conde, sendo ele o “portador seguro” dos negócios que Manuel Antunes realizava no Rio de Janeiro em nome de D. Pedro Miguel de Almeida. Quanto a Domingos Rodrigues Cobra, este permaneceu nas Minas e tornou-se sargento-mor das ordenanças do distrito de Santa Bárbara. Além disso, recebeu uma sesmaria em “Itaubira,” em janeiro de 1719. Domingos fez vários negócios em nome do Conde, incluindo a compra e venda de terras, lavras e escravos com os vários poderosos das Minas, entre os quais o rico Francisco do Amaral Coutinho.

Às vezes, as negociações estavam por traz das mercês concedidas, mas, o apoio político dado ao governador e a boa receptividade, poderiam, no futuro, ser recompensados com postos de comando.¹⁴ Cada um dos integrantes das diversas redes possuía recursos e obrigações diferentes, o que fazia das redes espaço de troca e interdependências várias que, de acordo com as situações, os aproximava ou afastava.¹⁵ Essas redes e alianças extrapolavam a questão financeira, sendo possível conjecturar que seriam formas de capitalização de poder político e de possibilidades de ganho financeiro. Infelizmente, não é possível dar conta de todos os negócios de D. Pedro nas Minas, permaneceremos com alguns exemplos que chamam atenção.

Além das negociações mencionadas, D. Pedro, empregando os serviços do procurador Domingos Rodrigues Cobra, vendeu a Francisco do Amaral Coutinho um sítio e alguns cavalos na freguesia de São Sebastião, no preço total de dez contos e duzentos mil réis (10:200\$000). Como testemunhas estavam Manuel Ferreira da Costa e Paulo Rodrigues Durão, então capitão-mor do Inficionado. Francisco Coutinho e o procurador eram, ao mesmo tempo, intermediários desses produtos. Os compradores finais eram outros “homens nobres da terra”, Caetano Alvares Rodrigues, Luís de Oliveira Leite

14 MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. Jogos de Interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c.1736. 2005. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005, p. 50-61.

15 GOUVÊA, Maria de F. S. & FRAGOSO, João. (Orgs.). Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.79.

e Luís Gomes Leitão. Paulo Rodrigues Durão, era reinol natural da vila de Évora morando no Morro Vermelho do Sabará e Inficionado. Outrora fora atravessador de escravos. Nessa rede clientelar as atividades dos envolvidos permitiram-lhes granjear postos de serventia no Estado e participar de outras extensas redes de negócios. Durão foi também capitão-mor, e após o governo de Assumar, juiz ordinário do senado de Vila Rica, chegando ao cargo de vereador da câmara. Em 1718, usando os serviços de outro procurador, Antônio Ferreira Pinto, sargento-mor, Assumar vendeu a outro sargento-mor, Antônio Correa Sardinha, um carregamento de escravos no valor de cinco contos e quinhentos e sessenta e oito mil réis (5:568\$000). Todos esses citados nas negociações, direta e indiretamente, auxiliaram o governador na repressão à revolta de Vila Rica em 1720.¹⁶ Apenas dessas transações mencionadas, houve quatro pessoas e ocupantes de postos militares ou da “nobreza civil e política” local,¹⁷ que apoiaram o conde de Assumar em 1720: Paulo Rodrigues Durão; Caetano Alvares, Luís Gomes Leitão e Antônio Correia Sardinha.¹⁸

As redes em que o conde-governador participou eram constituídas de pessoas capazes de auferir ganhos financeiros e aumentar seu capital político local. Todavia, em termos de laços diretos, pode-se apontar ao menos vinte pessoas que mantiveram comércio com Assumar – essa seria uma configuração de rede comercial – e seus procuradores. Em termos de apoio político direto e indireto na sublevação de 1720, por motivos diversos, mas interdependentes e em aproximação ao Conde, cerca de quarenta pessoas. Todos tinham postos na governança dos domínios ultramarinos.¹⁹

Não foi possível encontrar a totalidade dos ganhos dos negócios que o Conde de Assumar tinha nas Minas. Apenas sabe-se que após seu regresso, pagou aos criados das Casa e os débitos que a família possuía. Solveu também as

16 KELMER, Mathias. Jogos de Interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c.1736. op. cit. p. 179-195.

17 CURTO, Diogo Ramada. O discurso político em Portugal. (1600-1650). Lisboa: Centro de estudos de história e cultura portuguesa, 1988; MONTEIRO, Nuno G. O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750- 1832). Lisboa: INCM, 2003. MELLO, Evaldo C. Fronda dos mazombos. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Editora 34.

18 Arquivo Histórico Ultramarino-MG, cx.02, doc.110. Lista das pessoas a quem mandei/ chamar, lhe dei os agradecimentos, na forma// que me ordenou Sua Majestade que Deus guarde pelo/ bem que o serviram nas sublevações passadas, e lhe/ mandei passar certidão dos tais agradecimentos/ O Superintendente Geral Eugênio Freire de Andrade.

19 SOUZA, Lucas Moraes. Tecendo as redes na revolta: o governo de D. Pedro Miguel de Almeida e os homens bons de Vila do Carmo na repressão à revolta de Vila Rica em 1720. (Mestrado em História). Programa de Pós -graduação em História. Universidade federal de Ouro Preto. Mariana, 2014, p. 140.

dívidas de seu pai referentes à sua própria moradia. Também saldou as contas de uma das principais propriedades da família, a quinta de Almada. Mandou dinheiro para a compra da quinta de Almeirim e quitou débitos do tempo em que seu pai serviu nas embaixadas da Espanha.²⁰ Após seu regresso seus procuradores continuaram a enviar-lhe pagamentos, quantias essa que lhe permitiram adquirir terras e fazer acordos como o que teve com Gaspar Dias de Oliveira Ceutta Marreca para adquirir, “todas as terras e prazos, moxas e as que pertencem ao morgado sitas todas junto ao campo de Monção pelo preço de cinquenta e cinco mil cruzados, livres de cizas, e laudeiros”. Comprometia-se ainda, a pagar além de vinte dois mil cruzados pela escritura, o juro de cinco por cento (5%) até a conclusão de todos os pagamentos, pois, dizia: “poderá ser maior a quantia e o resto de toda ela o satisfará na chegada da frota próxima do Rio de Janeiro”.²¹

Soma-se ao exame das redes clientelares a questão dos governadores que desrespeitavam as ordens de sua majestade. As notícias de tais envolvimento dos governadores e administradores servindo além-mar na busca de fortuna chegou aos ouvidos do rei, o que fez que sua majestade proclamasse, em 1720, a proibição dos governadores se meterem em redes comerciais ainda que por meio de procuradores.²² Tal ordem proibia o comércio dos administradores e negava-se um costume praticado há décadas. D. João V revogou a permissão exatamente quando ele, D. Pedro de Almeida, era o governante do mais rico e promissor quinhão do império português ultramarino.

Assumar cometia crime? Na situação que temos abordado há dois elementos que compunham a lógica do viver em colônias que perpassava ao mesmo tempo, a função administrativa e a indissociação entre público e privado, entre servir à Coroa e satisfazer o próprio interesse, culminando, eventualmente em práticas de corrupção: a distância e o costume. Sobre a distância ela se revela evidente na vastidão do império. Adriana Romeiro em obra fulcral sobre a corrupção no Brasil colonial, disserta sobre a distância como elemento facilitador de tirania e desvios. Em síntese, referente a esse componente, a análise da autora com base nas leituras, dentre outros, dos textos de Diogo do Couto, deixam explícito que o impedimento do “vigilante olhar régio”

20 Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Inventários orfanológicos, letra C, nº 60, Testamento de D. João de Almeida, 2º Conde de Assumar; fl. 20.

21 Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Arq. Casa de Fronteira e Alorna. nº 391, Cx. 1. Ajuste de compras de terras do Monção por D. Pedro com dinheiro vindo do Rio de Janeiro., 01/08/1722.

22 Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. arq. 1.3 nº 1, fl. 89-91. Ordem régia ao governador de São Paulo proibindo os governadores das conquistas de comerciarem. 1720.

seria o adubo dos vícios, da corrupção e de despotismos. A distância permitiria excessos liberdades e abusos.²³ O segundo elemento é a prerrogativa da liberalidade régia. Esta induzia a uma interdependência tida como obrigatória: o dever do vassalo em servir e da Coroa em retribuir. Considero, pois, a liberalidade no Portugal do Antigo Regime - a partir das explanações de António Manuel Hespanha – geradora de uma interdependência fortalecida pelo emprego da graça régia, “de onde se impõe a ideia de que existe também um processo estabelecido para a concessão de benefícios. Isto se corresponde com o princípio segundo o qual o serviço dá lugar a uma ação, ou seja, a um processo quase judicial, dotado inclusive de réplica e duplica”²⁴ Ou seja: quem tinha o dever de servir esperava o reconhecimento e as mercês costumeiras

A historiografia já vem abordando a perspectiva analítica de como os monarcas europeus e principalmente os ibéricos, tinham no ultramar um espaço de exercício da liberalidade régia para agraciar os vassalos pelo bom serviço.²⁵ Nos espelhos de príncipes frequentemente os autores exaltavam o dever da doação oriunda do rei como selo de vinculação da vassalagem ao soberano.²⁶ A América lusitana, bem como o Estado português no Oriente, foram domínios que se configuraram como espaço para boa parte da fidalguia desejosa de honrarias, galgar prestígio, receber comendas e amealhar fortuna.²⁷ O que se revela na passagem em relação à liberalidade como obrigação é que ela se tornou automática e propagava a lógica do possível enriquecimento a quem se outorgava postos de comando no além-mar. Um mecanismo que trazia em si um vício implícito – nomeação régia, expansão do império, enriquecimento do vassalo, voltar ao Reino com aumento de grandeza nobiliárquica e fortuna e possivelmente, sofrer acusações. Corrupção e liberalidade no Antigo Regime podem pois ser entendidos como inevitavelmente correlacionados? Na impossibilidade, dentro das páginas deste artigo, em sanar a questão, vamos

23 ROMEIRO, Adriana. Corrupção e poder no Brasil. Um história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017, p. 130.

24 HESPANHA, Antonio Manuel. La gracia del derecho. Economía de la cultura en la Edad Moderna. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993, p. 174-175.

25 RUSSELL-WOOD, A. J. Governantes e agentes. In: BETHENCOURT, Francisco. (dir.) História da expansão portuguesa: o Brasil na balança do império. 1697-1808. Vol 3); CUNHA, Mafalda Soares da. MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Governadores e capitães mores do império Atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: CUNHA, Mafalda Soares da. MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. (Orgs). Óptima pars: elites ibero-américas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005. MONTEIRO, Nuno G. O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750- 1832). Lisboa: INCM, 2003.

26 OLIVAL, Fernanda. As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001, p. 51-18.

27 MONTEIRO, Nuno G. O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750- 1832), op. cit., p. 289-284.

continuar exemplificando através da trajetória da Casa de Assumar/Alorna essa conexão entre servir, enriquecer e posterior decadência.

Outros governadores também se envolveram em “certas negociatas” nas Minas. Quando D. Lourenço de Almeida, sucessor de Assumar, retornou a Lisboa e foi beijar a mão Del Rey, um de seus criados possuía um diamante de 82 quilates e meio.²⁸ Sobre D. Pedro de Almeida, dizia-se que regressou à Lisboa com mais de cem mil moedas de ouro. Sua grande fortuna levantou suspeitas e esteve afastado da Corte enquanto suas contas eram investigadas. Corria à boca pequena que seu afastamento se dera não só pela devassa instaurada sobre sua administração nas Minas, mas também, por inveja do Marquês de Abrantes.²⁹ O afastamento de D. Pedro da corte lisboeta se deu até o ano de 1732 quando foi perdoado e recebido no *beija mãos*.³⁰

Marquês de Alorna: experiência a serviço del rey e da fortuna

Em 1744 D. João V escolhia D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, 3º Conde de Assumar, como sucessor do Marques de Távora para o posto de vice-rei do Estado da Índia. Ele não queria ir. Quando foi nomeado D. Pedro recebeu o título de primeiro Marquês de Castelo Novo. À época era mestre de campo general, diretor da cavalaria e conselheiro de guerra.³¹ No posto de vice-rei os poderes que Assumar teriam eram muito mais amplos que os de governador de capitania. Poderia prover os ofícios de varas de meirinhos, alcaides, escrivães, tabeliães do público e ouvidores, de todas as câmaras e fortalezas, respeitando apenas os direitos de nomeação da câmara de Goa.³² Também tinha provisão para dar cartas de emancipações e até de legitimar

28 LISBOA, João Luís. MIRANDA, Tiago C. P dos Reis. OLIVAL, Fernanda (Orgs.). Gazetas manuscritas da biblioteca pública de Évora. Vol. 2 (1732-1734). Lisboa: Edições Colibri, 2005, p. 224.

29 MERVEILLEUX, Charles Frédéric de. Memórias instrutivas sobre Portugal. 1723-26. In: O Portugal de D. João V visto por três forasteiros. Lisboa, 1989, p. 153

30 Biblioteca Nacional de Lisboa- Cód. 10745. Serenata e perdão do Conde de Assumar D. Pedro de Almeida no dia de S. João. 27 de outubro de 1732; fl. 97-97v. Novidades de Lisboa, 1732-1733.

31 Biblioteca Nacional de Lisboa cód. 10746, - Novidades de Lisboa, 1735-1749- Notícias da corte (nomeação de deputados e conselheiros de Guerra). 10/02/1744, fl. 55 (68)

32 Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Arq. Casa de fronteira e Alorna, maço n. 110. Provisão de sua Majestade para o Marquês de Castelo Novo, V Rei da Índia, para que possa prover os ofícios de varas de meirinhos, alcaides, escrivães do judicial, tabeliães do público e ouvidores. 24/03/1744.

filhos bastardos.³³ Poderia – o que ressalta seu poder de fato - declarar guerra, estabelecer tratados de paz e pactos políticos.

De soldo o Conselho Ultramarino estipulava que receberia seis mil cruzados. Além disso, o Marquês recebeu mais nove mil cruzados antecipados de seis meses pela Casa da Moeda.³⁴ Ainda assim, podia, por provisão régia “(...), enquanto servir o dito cargo do dia que tomar posse dele em diante haja para si o quinto das prezas que se tomarem naquelas partes aos inimigos e que forem tomadas em boa guerra, (...)”³⁵ Recebia, junto com sua nomeação, autoridade para prover cargos na administração distribuir tenças de cavaleiros e doze hábitos das ordens militares.³⁶ Esses poderes compunham a lógica da liberalidade e fidalguia de pessoas que passariam a ter foro privilegiado. Segundo Fernanda Olival as tenças dos hábitos deviam ser satisfeitas pelas alfândegas e pelos almoxarifados e a partir da década de setenta do seiscentos, o valor anual comum usufruído por hábito era de doze cruzados. Segundo Fernanda Olival, “este império não vivia só do comercio, vivia também da mercê.”³⁷

O Teatro da Guerra e a (Re) Distribuição das Mercês

Na Índia, o Marquês de Castelo Novo comandou várias conquistas a territórios antes controlados pelos Bonsulós de Sawantvady, família de líderes da casta brâmane Sauntó, parentes da família real Marata. Esses domínios constituíam-se num pequeno reino – chamado de dessaiado - Mongol que procurava aumentar sua autonomia e dependiam dos Maratas. As conquistas do vice-rei iniciaram em 1746, sendo a primeira delas a tomada do forte da praça de Alorna e da Praça de Bicholim. Seguiu-se a conquista de Tiracol

33 Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Arq. Casa de fronteira e Alorna, maço n. 110. Provisão em que V. Magde. Há por bem fazer mercê ao Marquês de Castelo Novo hora vai pôr V. Rey da Índia de que possa passar cartas de emancipação e suprimentos de idade aos moradores que lhe pedirem e que possa legitimar filhos bastardos. 24/03/1744.

34 Biblioteca Nacional de Lisboa - Cód. 10746. Novidades de Lisboa, 1735-1749 - Notícia do recebimento da ajuda e soldo do Conde de Assumar e naus que vão para Índia. fl. 65-66.

35 Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Arq. Casa de fronteira e Alorna, maço 110. Provisão para o Marques de Castelo Novo, V Rey da Índia, para que ela haja para si o quinto das prezas que se tomarem naquelas partes ao inimigo.

36 Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Arq. Casa de Fronteira e Alorna, maço 110. Provisão de sua Majestade para o Marquês de Castelo Novo, V Rey da Índia, para que possa prover doze hábitos das três ordens militares foros de fidalgo com moradia ordinária.

37 OLIVAL, Fernanda. As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789), op. cit., p. 49.

sem perder um único soldado. Em seguida conquistou a praça de Rarim.³⁸As notícias sobre essas vitórias produziram vários elogios na corte lisboeta e o rei o recompensou com o novo título de Marquês d'Alorna. Sobre essas batalhas, há testemunho do próprio vice-rei em uma carta sua enviada para a esposa na qual relata detalhe das batalhas.³⁹ O vice-rei enfatizava a ousadia, coragem, desprendimento e autoridade com soldados sob seu comando. Ao mesmo tempo os conflitos serviram também para o engrandecimento pessoal dos combatentes. Governantes, soldados e comandantes viam a guerra como instrumento de afirmação de domínio, autoridade e prestígio. Todos aguardavam alguma recompensa. Portanto, a guerra também se constituía como mecanismo sociopolítico da liberalidade e confirmava a interdependência entre os vassallos e destes para com a Coroa.

Os detalhes da movimentação das tropas portuguesas são narrados de forma, ora detalhado, ora resumido. É o que se pode ver na carta do tenente Luís Francisco Correia Lacerda. Esse oficial relata detalhes enquanto participava de guerras, sob comando do coronel Pierrepont, revelando a estratégia de cercar e vigiar o inimigo, levando o Marata a desistir de seus propósitos de passar as terras do Estado da Índia. Procedimento semelhante seguiu-se no ano seguinte, o que de novo nos relata Luís Francisco Correia, reforçando a ameaça Marata e a estratégia de cercar o inimigo sem atacar diretamente. Francisco Rodrigues Duarte, tenente de companhia, segue a mesma linha de narrativa em outras conquistas no ano de 1746. Suas cartas continuam até 1748, quando relatou sofrimentos com as tenebrosas noites de inverno e tentativas de envenenamento dos seus mantimentos e da população local pelo inimigo Bounsuló.⁴⁰

A guerra gerava relatos variados de estratégias, mas igualmente seus resultados podiam ir além. O que os motivava? Honra? Prestígio? Fama? Reconhecimento em forma de títulos e patentes aumentadas? Tornar-se fidalgo e cavaleiros das ordens? Pode-se dizer que tudo isso. Servir à Coroa era um caminho de promoção social e ao mesmo tempo de acesso a honras. No setecentos esse era o modelo de comportamento de boa parte da população que almejava tornar-se fidalga ou receber hábitos das três Ordens.

38 Instrução dada pelo excelentíssimo Marquês de Alorna ao seu sucessor no governo deste estado da Índia, o excelentíssimo Marquês de Távora, 1836, p. 49-71; p. 80-83.

39 Arquivo Histórico Militar - 28/ 1/ 344/ 22 - Cópia da Carta que escreveu o Sr. Marquês de Castelo Novo Vice-Rei da Índia a Sra. Marquesa sua mulher. (Sem data)

40 Arquivo Histórico Ultramarino: Índia – cx. 99, maço 4, doc. 20, fl. 17-17v.

Quanto ao capital político derivado dessas conquistas, tanto o vice-rei quanto seus soldados terminaram reproduzindo as interdependências do Antigo Regime. Apenas pela ocasião da tomada da praça de Alorna o vice-rei confirmou trinta e quatro prêmios entre aumento de patentes, foro de fidalgo, governo de cidade e fez dois cavaleiros. A Francisco de Lima e Silva deu patente de Sargento-mor de infantaria. Ao tenente de granadeiros Francisco Correia de Lacerda, passou a patente de capitão de infantaria. O coronel Pierrepont foi elevado ao posto de Sargento mor de batalha e a Vicente da Silva Fonseca, passou-se patente de tenente coronel com declaração de dar fiança ao excesso dos soldos. Além desses, fez mercê de foro de fidalgo a Pedro Vicente Vidal. A Pedro D. Tavares e Pedro Moniz da Costa, deu a cada um o Hábito de Cristo.⁴¹ O próprio D. Pedro de Almeida, já Marquês de Alorna, recebeu mercê da rainha de mordomo-mor de sua Casa, com todos os poderes, mando, jurisdição, preeminências, honras, liberdades, graças e privilégios que pertenciam ao posto. Em contrapartida, dos doze hábitos das ordens que poderia distribuir, apenas um aparece como vendido. Segundo Fernanda Olival a venda de mercês e hábitos foi comum em Portugal e outras monarquias ao longo de todo o Antigo Regime. A historiadora revela que as vendas nem sempre eram claras e que, às vezes, as atribuições dos cargos e hábitos não eram feitas apenas por dinheiro, mas também por serviços. Conclui que a economia das mercês e a venalidade estavam, amiúde, indissociadas na cultura política portuguesa: “Eis assim, a moldura implícita que rodeava a venalidade; não estava, em rigor, registada em nenhum texto impresso, mas era por ela que estas práticas se guiavam. Apesar das críticas de que era alvo, era perfeitamente tolerada no Antigo Regime;”⁴²

Por fim, todas as nomeações de mercês feitas pelo vice-rei foram confirmadas segundo parecer do procurador da Coroa.⁴³ Assim, o que se pode comprovar pelas questões aqui levantadas, era como a carreira das armas, dentro do espaço imperial ultramarino, tinha apelo como forma de reivindicar serviços e suas correspondentes remunerações e ao mesmo tempo, viabilizava a governança e a soberania em domínios além-mar. Hierarquias eram reconstruídas e revalorizadas.

Ao regressar a Lisboa em 1751, D. Pedro caiu novamente em desgraça sendo denunciado em crime de corrupção. O 1º Marquês de Alorna foi acusado de

41 Instrução dada pelo excelentíssimo Marquês de Alorna ao seu sucessor no governo deste estado da Índia, o excelentíssimo Marquês de Távora, 1836, p. 71-75.

42 OLIVAL, Fernanda. As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789), op. Cit., p 238.

43 Arquivo Histórico Ultramarino, Índia, 1748, maço 72, l. 1-2.

venalidade de cargos a mediadores e apadrinhados próximos. Seu principal acusador era o arcebispo primaz do Oriente, Frei Lourenço de Santa Maria, que escrevera: “o Vice-rei Marquês de Alorna depois que chegou a este estado em 19 de setembro de 1744, em nenhuma couza tem cuidado mais como em ajuntar cabedais para enriquecer a sua casa; (...).”⁴⁴ O mesmo documento cita como cúmplices e pertencentes a rede clientelar de Alorna: Vicente Rabelo, capitão de granadeiros, elevado ao posto de sargento-mor; Diogo de Mendonça Corte Real, secretário de Estado e o vedor-geral da fazenda e Antônio de Brito Freire, dentre outros.⁴⁵ O vice-rei criou por alvará mais um cargo de vedor, sendo que Antônio de Brito Freire ficou com as funções próprias de vedor-geral. Já Antônio Carneiro Alcáçovas, foi nomeado superintendente da Casa dos Contos, além de ser o supervisor do Estanco Real do Tabaco e da administração do comércio de Moçambique. Também participaria da dita rede, o cirurgião-mor do Estado e médico de D. Pedro na Índia, Francisco Pereira Moreira. Acrescente-se ao grupo o general dos Rios de Sena, Roberto Homem de Magalhães e Castro e o governador de Diu, Francisco Xavier Souto Maior. Souto Maior recebeu foro de fidalgo-cavaleiro em março de 1744 e antes de ocupar o cargo de governador de Diu, foi fiscal da fazenda daquele território. Por último, também foi indicado como membro das negociatas o padre da Companhia de Jesus, João Alexandre, provincial da Província de Malabar.⁴⁶

Segundo a acusação do bispo, por intermédio de Vicente Rabelo, D. Pedro de Almeida adquiriu diamantes, rubis, pérolas, alfajores e louça da China. Mas, misteriosamente, devido às queixas, o marquês mandou prender Vicente Rabelo. Pela mesma denúncia, o vedor geral da fazenda teria roubado muitos xerafins, em conluio com o vice-rei e o secretário de Estado. Em fins 1749 nova incriminação trazia detalhes contábeis das vendas de cargos, indicando em cada caso o nome do beneficiado, o valor pago e o mediador da operação. Segundo este documento, seriam sessenta transações ilícitas. Alguns cargos teriam sido vendidos diretamente, embora, na maioria das

44 Arquivo Nacional da Torre do Tombo –AHMF, caixa nº 3578; O arcebispo primaz do Oriente, Frei Lourenço de Santa Maria, escreve a D. João V dando informações do Vice-rei, D. Pedro de Almeida e de outros membros do governo e administração do Estado da Índia. 1/01/ 1749; fl. 1.

45 Antônio de Brito Freire ocupou os postos de capitão de Infantaria, de capitão tenente e de capitão de mar e guerra e como comandante de da nau Victória desbaratou a armada do pirata Angriá. Também esteve como vedor da fazenda no governo do Conde de Sandomil. In: Arquivo das colônias, vol. V, fascículo 29, p.116.

46 Arquivo Nacional da Torre do Tombo –AHMF, caixa nº 3578; O arcebispo primaz do Oriente, Frei Lourenço de Santa Maria, escreve a D. João V dando informações do Vice-rei, D. Pedro de Almeida e de outros membros do governo e administração do Estado da Índia. 1/01/1749; fl. 1-7.

vezes foi por intermediação de “afilhados” do vice-rei. Ao final da relação, a correspondência traz o montante total de 273 mil cruzados e trezentos mil réis referentes a tais vendas.

Nesses negócios poucas vezes Alorna recebeu dinheiro ou presentes. Empregava os préstimos de seus homens de confiança. Numa relação de 54 processos de venda e acordos de postos os principais executores de tal comércio foram, Francisco Pereira, cirurgião-mor do Estado, com doze intermediações de venda de cargos; seguido do jesuíta João Alexandre e de Luís António Horvem, medianeiros em oito transações. O secretário de Estado António Brito participou de sete negociatas. João Xavier Pinheiro de Aragão e Roberto Homem Magalhães teriam sido os intermediários em quatro vendas de cargos cada um. Segue Pedro Rego, em três casos, além do padre Rodrigo Estrada e de Manoel Vicente Rosa que são citados apenas uma vez cada. Seriam dez homens próximos ao vice-rei.⁴⁷ Além disso, houve, segundo o documento, apadrinhamento direto por intermédio do próprio filho. Em março de 1747, o jovem D. João de Almeida pediu a seu pai, através de um amigo chamado António de Melo e Castro, que provesse no cargo de governador, fosse de Moçambique ou das regiões de Rio de Sena, a Francisco de Melo de Castro, filho secundogênito de Caetano de Melo e Castro, 36.º vice-rei da Índia de 1702 a 1707.⁴⁸ Manuel Artur Norton indica que D. Pedro de Almeida trouxe da Índia sete contos e quinhentos mil réis (7:500\$000) em diamantes, além de objetos dos mais variados, como roupas, aparelhos de chá, joias, objetos feitos em ouro e prata e uma quantidade tal de artefatos que, em muito superavam carregações, fazendas e rendas auferidas de quando, ainda, Conde de Assumar, governou as Minas.

Procuramos exemplificar através da conduta do 3.º Conde de Assumar e 1.º Marquês de Alorna, uma determinada prática de desvio que se aproxima muito da noção de corrupção – no sentido que a palavra possuía naquele contexto do Antigo Regime – e que produzia um paradoxo. Primeiramente, entendendo que a corrupção do marquês concomitantemente gerava denúncias sobre a venalidade de cargos, todavia essa seria uma prática governativa.⁴⁹ Em segundo lugar, também, pode-se entendê-la como um mecanismo (ou estratégia) de gestão de poder local das autoridades nomeadas para ganhos

47 Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra - Cód. n.º 509. Relação dos postos militares dos governos trienais e dos ofícios que o vice-rei D. Pedro de Almeida vendeu aos militares e aos civis e respectivas quantias recebidas, até 30/12/1749. fl. 303-313v.

48 Monteiro, Nuno. O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750- 1832), op. cit., p.89-91.

49 SILVEIRA, Marco António. Universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas. (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997, p 54.

personais ou conseguir algo que hoje se chama governabilidade. Outrossim, tais manobras conferiram à criticada prática da *corrupção* meios para uma certa mobilidade social, o que possibilitou consolidar determinados grupos, nativos, europeus e mistos, em muitas esferas do poder local instituído. Fosse no Reino ou no além-mar, e nesse caso específico, as redes clientelares cumpriam um duplo papel: enriquecer o vice-rei e sua clientela enquanto ele exercia sua autoridade e representava o poder do Estado português nos domínios ultramarinos. Percebe-se uma corrupção derivada da posição política dele e bem além da questão moral individual.

Quando a Casa Caiu: o segundo Marquês de Alorna de Paris às prisões da Junqueira. A corrupção da honra

O primogênito de D. Pedro Miguel de Almeida Portugal se chamava João de Almeida, como seu avô. Sobre ele Nuno Gonçalves Monteiro, em sua obra, *O crepúsculo dos grandes*, escreveu:

Devassado pelo desempenho do seu governo na Índia (1744-1750), o 1º Marques só foi admitido à real presença pouco antes de sua morte. E o 2º marquês (1726-1802), o jovem d. João de Almeida Portugal, (...) esteve como se sabe, longos anos preso durante o pombalismo e a sua casa em administração, sem receber as rendas da maior parte das comendas, (...)”⁵⁰.

As considerações de Nuno Gonçalves Monteiro fornecem o percurso dos infortúnios dessa família e deixa anunciado os ostracismos, perdas e desgraças que viriam após os governos de D. Pedro de Almeida nas Minas e na Índia. Após os tropeços de honra deste, ruína maior viria a macular o nome dessa família que se erguia no meio aristocrático no servir ao rei fora e dentro do Reino. Apesar da situação da Casa ser notória, devido às acusações feitas pelo futuro Marquês de Pombal no caso do atentado contra o rei, no qual se acusaram os Távoras, de quem D. João de Almeida era genro, recorre-se aos relatos do próprio prisioneiro para, exemplificar um tipo de corrupção na nobreza que era imposta por inimizades de poderosos

50 MONTEIRO, Nuno *O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750- 1832)*, op. Cit., p. 346.

Iniciarei pelas cartas escritas por D. João de Almeida enquanto estava na França, residindo em casa do embaixador D. Luís da Cunha, amigo de seu avô e pai. Em sua missiva o jovem conde transcendeu a formalidade epistolar, de modo que seu estilo se confundia muitas vezes com um diário ou livro de memórias. A intimidade entre pai e filho é pouco presente em suas cartas. O conjunto de cartas aqui analisado se divide em dois grupos: as trocadas com a mãe (de março a dezembro de 1745) e as escritas ao pai. Infelizmente não dispomos de todo o conjunto dessa correspondência. Possuímos, apenas, as respostas que a marquesa enviava ao filho; às do pai, o marquês de Alorna, não foram encontradas nos arquivos históricos. O jovem D. João de Almeida viveu em Paris na casa do embaixador D. Luís da Cunha por quatro anos, regressando a Lisboa no final de 1745. Pode-se analisar nas cartas questões de política, vida dos nobres e opiniões rápidas sobre governo. Também se encontra testemunho sobre os sentimentos de parte da fidalguia lusitana que, naquele século, se transformava, como em toda a Europa. O mais interessante é ver claramente que ele e seu pai não gostavam de sua majestade, tratando-o como “rei pequeno.”⁵¹ Não apenas os dois, a mãe compartilhava da repulsa de como os nobres eram tratados por D. João V e tinha esperança de que o novo príncipe seria de melhor trato. Afirmou numa carta que esperava mudanças na corte, incluído em suas projeções, maiores possibilidades de divertimentos para a fidalguia, declarou: “(...) virá tempo em que os vassalos desta Coroa tenham mais liberdade, El Rey não há de viver sempre, (...).”⁵²

As agruras e opróbrios dos Almeida Portugal foram maiores em D. João de Almeida do que as do tempo do pai. Educado objetivando vir a ser embaixador de Portugal, terminou numa situação bem pior que o genitor. Foi um dos presos da suposta conspiração dos Távoras para matar D. José I, ficando dezoito anos na prisão da Junqueira. Sofreu preso, alegando continuamente sua inocência, a ponto de desafiar que provassem sua culpa e o matassem se assim o fosse. Libertado por meio de decreto da rainha em maio de 1777, após a queda de Pombal, teve todas as honras e dignidades nobres restabelecidas. Dessa ruína do nome de sua família por tanto tempo, sem que comprovasse sua culpa, resultou num livro em que ele narra as dificuldades e estadias de vários presos que com ele estiveram. O mais interessante aos temas desse artigo é sua recorrente afirmação de que o momento de sua prisão - bem como o

51 MONTEIRO, Nuno G. O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750- 1832), op. cit., 31.

52 Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Arq. Casa de Fronteira e Alorna nº 122. Carta da Marquesa de Castelo Novo a seu filho, D. João de Almeida, 4º Conde de Assumar. 14/09/1745.

de sua esposa – era uma boa oportunidade para, segundo ele, “se examinarem os cabedais que meu pai tinha trazido da Índia, e que lhe pedia muito não deixasse de procurar todos dos documentos que disso pudessem conseguir.”⁵³

De fato, ao se examinar os rendimentos da Casa de Alorna após o perdão dado a ele pela Rainha D. Maria, esses eram provenientes das mercês dos títulos herdados de seu pai, dos ofícios de vedor da casa real, de seis comendas, de ser alcaide mor de Santarém, de fianças que o pai possuía sendo duas alfandegas (Lisboa e Villa de Viana) e mais outros quatro almoxarifados, os quais juntos somavam mais de um conto de reis.⁵⁴ Pouco mais se soube sobre o 4º Conde de Assumar além de que, assim como o pai, foi membro da Academia Real de História e seu censor. Ao longo de todo o reinado de D. José I a família dos Almeida Portugal não recebeu doação de espécie alguma do rei. Assim, em sua trajetória verifica-se a corrupção enquanto sinônimo de degradação e ruína que parte da nobreza sofria.

As Contradições do 3º Marquês de Alorna: entre o servir à nação e o interesse pessoal

É na pessoa do 3º Marquês de Alorna que temos o caso mais claro de corrupção política de um nobre. Para tanto é preciso esclarecer o contexto conturbado em que suas contradições se inserem. D. Pedro José de Almeida Portugal cresceu e seguiu carreira na época da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas. Desde o começo, assistiu-se em Portugal uma ocupação de aspecto militar e político-administrativo. Diferente da Espanha, “aliada” da França, em Portugal os franceses ocuparam os mais altos cargos políticos cercados de colaboradores portugueses.⁵⁵ Note-se também, como exemplificado por Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, que com a continuidade da soberania de D. João VI exercendo sua autoridade no *Novo Império Luso-Brasileiro*, revoltas e guerrilhas antifrancesas, acabaram por dificultar os planos de Napoleão em extinguir de uma vez por todas a influência dos ingleses em Portugal.⁵⁶ Portanto, a ocupação francesa na antiga metrópole não foi totalmente efetivada.

53 PORTUGAL, D. João de Almeida. As prisões da Junqueira durante o ministério do marquês de Pombal escritas ali mesmo pelo marquês de Alorna, uma das suas vítimas. Publicadas conforme o original por José de Souza Amado, presbítero secular. Lisboa, 2005, p. 103-104.

54 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arq. Casa de fronteira. Relação do principal patrimônio pertencente ao Ex.mo Senhor D. João de Almeida Portugal. Doc. Nº 7, fl.1, 22/09/1777.

55 TENGARRINHA, José Manuel. Napoleão, o Atlântico e a contra-revolução em Portugal. *Historiae*, Rio Grande, v1, n. 2, p. 9-32, 2010| www.seer.furg.br.

56 NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Napoleão Bonaparte: Imaginário e Política em Portugal (c. 1808-1810). São Paulo: Alameda, 2008, p. 91-97.

Ainda assim, a derrocada de Portugal foi visivelmente maior, pois Napoleão havia decretado a extinção da Casa de Bragança em fevereiro de 1808. Esta por sua vez, a partir do Brasil, declarou guerra à França em 1º de maio do mesmo ano.

A derrocada dos Bragança do trono português foi menos sentida na América que em Lisboa. Entretanto, os inimigos do príncipe regente eram mais internos que externos. Veja-se, é possível pensar a corrupção dos valores e identidade políticas de uma categoria social nesse cenário? A alta traição seria que tipo de resposta às seduções do poder? Se fazer jogo duplo, marcado pela ambição - como nas artimanhas do príncipe da paz, Manuel de Godoy, valido da Espanha -, o que dizer de quem, como chefe militar e nobre de longa tradição, num momento propôs a salvação da casa de Bragança e noutro foi um dos líderes de um movimento que tentou impor a república, fugiu e morreu servindo ao inimigo invasor?

O 3º marquês de Alorna era filho do encarcerado D. João de Almeida. Seu avô, o notório 3º Conde de Assumar e 1º Marquês de Alorna. Apesar de sempre servirem à monarquia de Portugal, essa família constantemente foi vítima de certa antipatia de seus reis. Todavia, volta e meia seus contemporâneos testemunhavam o brio e a cultura dos Alorna. A duquesa de Abrantes, esposa de Junot que esteve em Lisboa quando seu marido era embaixador, escreveu sobre o 3º Marquês de Alorna:

A condessa da Ega era filha do conde de Oyenhause e sobrinha do marquês de Alorna, um dos homens mais notáveis de Portugal, se não fosse simultaneamente o mais supersticioso. Era parente da família real, e a sua disposição dava-lhe toda a facilidade para ocupar o primeiro lugar em Portugal, gostavam tanto dele como o apreciavam. Comandava uma legião chamada Legião estrangeira, cuja boa apresentação fez dizer ao duque de Abrantes que aquele corpo merecia as honras da guarda imperial, e naquela época um elogio destes era uma honra.⁵⁷

Este Alorna foi um dos primeiros que na aurora do XIX sugeriu que o Brasil se tornasse sede da monarquia e cabeça do império. Em 1801 D. Pedro José de Almeida propôs ao príncipe regente a mudança da Corte para o Brasil. Para ele a medida serviria, também, para ameaçar os domínios da monarquia

57 ABRANTES, Duquesa de. Recordações de uma estada em Portugal, 1805-1806. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, 59.

espanhola.⁵⁸ Argumentou que a partir de sua principal colônia, Portugal preservava a monarquia lusitana e se conservavam os domínios ultramarinos:

Em todo o caso, o que é preciso é que V. A. R. continue a reinar, e que não suceda à sua coroa, o que sucedeu a de Sardenha, à de Nápoles e o que talvez entre no projeto das grandes potências que suceda a todas as coroas, segunda ordem na Europa V. A. R. tem um grande império no Brasil, (...) e então V. A. R. parte com toda sua família para os seus estados do Brasil, e a nação portuguesa sempre ficará sendo nação portuguesa.⁵⁹

O terceiro Marquês de Alorna considerava o Brasil, por sua extensão, já um império que poderia ter suas fronteiras aumentadas conquistando domínios espanhóis. A proposta de 1801 foi retomada por D. Rodrigo de Souza Coutinho, ilustrado, reformador e diplomata, que propôs veementemente, poucos anos depois, a transferência da Corte para o Brasil. Objetivava a simples sobrevivência da monarquia portuguesa. Mesmo antes, em exposição ao regente em 1798, D. Rodrigo discursou defendendo a visão do império ultramarino como sendo composto de “províncias da monarquia, condecoradas com as mesmas honras e privilégios (...) todas reunidas ao mesmo sistema administrativo, todas estabelecidas para contribuir para a mútua e recíproca defesa da monarquia.”⁶⁰ Alorna e Coutinho pensavam a continuidade do império com a mudança de sua sede de Lisboa para o Rio de Janeiro.⁶¹ Em 1807 o projeto de D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi definitivamente aceito. Voltando a Alorna, posterior a essa questão da fuga da família real, vê-se que seu interesse no Brasil ia muito além de questões políticas, misturando em seus propósitos a conservação da nação e a defesa dos interesses materiais próprios.

O marquês teve muitos dissabores ao longo de seus anos de serviços à Coroa. Em dezembro de 1804 foi nomeado para ser vice-rei e capitão-mor do Estado do Brasil. A nomeação lhe alegrou muito e logo começou a se preparar para a mudança. Em abril iniciou o contrato da viagem. Não dispunha de dinheiro para isso e então resolveu empenhar os rendimentos da Casa. Segundo José

58 PEDREIRA, Jorge. D. João VI: um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Cia das letras, 2008, p.181-182.

59 LIMA, Oliveira. D. João VI no Brasil. 4ª edição. Pref. Wilson Martins. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, p. 45.

60 MAXWEL, Kenneth. Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p 185.

61 LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 110.

Norton, ele chegou a encomendar uma pintura da família de tão esperançoso que estava. Entretanto, em fins de julho de 1805, a poucos dias do embarque, recebeu a notícia de que seria substituído no posto pelo Conde dos Arcos. De consolo foi nomeado governador das armas da província do Alentejo, cargo muito menos expressivo. Todavia, uma tragédia lhe ocorreu. Seu primogênito, João, que havia sentado praça como alferes na cavalaria da legião, morreu após cair em um exercício de equitação e ser pisoteado na cabeça. Desconsolado, Alorna enterrou o filho e seguiu para o Alentejo sozinho. Logo após ter se estabelecido, o marquês começou a fazer pedidos ao rei para que lhe fossem doadas terras no Brasil. Suas petições foram apresentadas pelo intermédio do Conde de Vila Verde, secretário de Estado dos negócios do Reino. As alegações de Vila Verde na defesa do amigo são testemunha da relação dessa família com o servir à Coroa e, ao mesmo tempo, exemplificam a questão da liberalidade que se analisa neste artigo:

Diz o marquês de Alorna que ele pediu a V. A. R. umas terras no Brasil. Porque V. A. R. lhe disse que o deseja favorecer; nunca foi costume dele nem de sua família atender aos interesses próprios sem ter em vista os da Coroa, portanto põe na presença de V. A. R. as razões que o moveram a pedir aquilo, para V. A. R. ver que ele não desmentiu o costume antigo de sua geração.⁶²

O marquês pedia ao príncipe regente as sesmarias de Santo Antônio dos Índios Goitacazes. Pretendia vendê-las ou ficar com as rendas que lhe seriam provenientes. A resposta do pedido veio através do parecer do Conselho Ultramarino que considerava, “muito singular e muito extraordinária,” um pedido de reparação pelos danos que lhe causara a mudança do governo do Rio de Janeiro para o posto militar no Alentejo, pretendendo, por isso, terras no Brasil que já haviam sido negadas a outros pretendentes. Ainda mais, continuava o parecer: “quando todos sabiam ou deviam saber que um governo do Brasil não é meio de juntar riquezas”. Recorde-se da carta de Sancho Pança caro leitor.

Diante da negação, outras petições foram enviadas e ficaram sem resposta. Só a partir de 10 de outubro de 1806, concederam-lhe os foros - não as terras - cujo colonos estabelecidos nos Campos dos Goitacazes, na Capitania do Rio de Janeiro, pagavam referentes as sesmarias da aldeia de Santo Antônio dos

62 NORTON, José. O último Távora. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008, p.183.

índios gárrulos. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, eram 113 colonos e os foros rendiam dois contos e quatrocentos mil réis (2:400\$000).⁶³

D. Pedro José de Almeida permaneceu no Alentejo. Quando houve a invasão francesa foi rapidamente destituído do cargo. Porém, conhecido do comandante da invasão, o general Junot, este o nomeou inspetor general e comandantes das tropas portuguesas de todas as armas estacionadas nas províncias de Trás os Montes, Beira e Estremadura. Antes da reviravolta da invasão francesa, sua figura chegou a ser considerada, em caso de uma revolução popular antifrancesa, como possível cabeça. José Acúrsio das Neves escreveu que em 1810, em razão da retirada de boa parte das tropas francesas de Lisboa em direção à fronteira sul e a caminho da França, junto aos franceses seguiram tropas portuguesas aliadas ao invasor, sendo os comandantes desse pequeno exército, o 3º Marquês de Alorna e Gomes Freire de Andrade.⁶⁴

Alorna, dali em diante, seguiu com as tropas napoleônicas em sua ocupação na península ibérica. Por ter, depois da saída das forças invasoras na península, servido ao exército francês até a derrocada de Napoleão na Rússia, foi julgado, mesmo ausente, por suas “pérfidas intenções e alta traição do referido Alorna contra a defesa, e independência da Monarquia.”⁶⁵ Foi condenado pelo *crime de lesa majestade de primeira cabeça*, por ter juntando-se ao inimigo em ataque contra o Reino e “procurar, pelos meios da força e da sedução, alienar os ânimos dos portugueses fiéis, afetando ser general português para melhor os iludir”, também mencionava a acusação, que ele tinha espalhado “proclamações sacrílegas,” para convencer a tropa e a população a servir aos franceses.⁶⁶ Seus bens foram confiscados e perdeu seus títulos, honras e dignidades. O nobre jamais retornou a Portugal. Morreu nas guerras napoleônicas. Tinha ao seu lado Gomes Freire de Andrade, outro que como ele foi acusado de traidor e que anos depois liderou uma conspiração contra a monarquia.

Destarte, o marquês traíra a história de sua família nobre, se deixou seduzir pelo brio de soldado e simpatia pelo invasor estrangeiro, mesmo depois de que alguns de seus pedidos foram atendidos. O mais inquietante: traíra a monarquia? Pode ser interpretado como caso de corrupção do *ethos* nobiliárquico português? Dito de outra forma: corrompeu a própria identidade

63 SILVA, Maria Beatriz Nizza. Ser nobre na colônia. São Paulo: Editora Unesp, 2005, p. 255.

64 NEVES, José Acúrsio das. História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino. Lisboa: Edições Afrontamento, 2008, p. 166.

65 Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Carta sobre traição do Conde da Ega e do Marquês de Alorna. Fl. 91-91v.

66 NORTON. José. O último Távora, op. Cit., p. 275.

política que o definia historicamente? Tentemos responder às questões acima através do exame de suas propostas e concepções políticas ao longo de sua vida como militar que, quando comparadas ao que fez no caso da invasão francesa; caíra em contradição, o que testemunha uma mudança de comportamento. Nas suas *memórias políticas* escritas em julho de 1803, segundo Manuel A. Norton um verdadeiro retrato da crise do Antigo Regime visto pelos olhos de um aristocrata, fez explícita defesa da monarquia, do altar e da aliança entre o monarca e a nobreza. Elogiou nesse escrito, dirigido ao príncipe regente, a cautela da realeza de “conservar os nobres sempre em dependência e necessidade de servir, sendo as concessões honoríficas sempre pessoais, e não podendo gozar delas nem o imediato sucessor sem nova Graça fundada em serviços.”⁶⁷ Ele elogiava a nobreza titulada e reclamava da facilidade de concessão de honras e distinções que estavam sendo facilmente distribuídas. Fosse contra a concessão dos hábitos das ordens militares e do excesso da chancela de foros de fidalgo, sua intenção era denunciar a forma bucólica que servidores e comerciantes eram enobrecidos, resultando dessa política da Coroa, a desvalorização da nobreza tradicional. Alorna apontava o paradoxo que o melhor modo seria, então, não ser nobre e nem servir:

Neste caso a maior distinção que pode haver é não ser nobre, e o meio de a conseguir é não servindo o Estado de modo nenhum. Parecera isto um paradoxo; mas a experiência já vai mostrando que o não é. As leis de tratamento já não têm vigor, e a arrogação de Senhorias e Excelências é geral.⁶⁸

As *memórias políticas* de Pedro José de Almeida Portugal, à época marechal de campo do exército português, tinham a intenção de aconselhar ao príncipe regente os melhores meios de manter e exercer o poder para o *bem público*. Vários conceitos são trabalhados ora de forma simples, ora mais elaborado, configurando-se – guardadas as devidas proporções – como um espelho de príncipes. Distribuídos em treze capítulos, o marquês buscou abordar assuntos de Estado, do governo, do príncipe, clero, nobreza, tributos e em especial, à Nação portuguesa. Ao se comparar os textos de *suas memórias* com a identificação do nobre que esperava reconhecimento através de cargos e terras no Brasil, somando-se ao quadro sua história familiar e vendo, tempos depois, a virulenta acusação de traidor dessa mesma nação, fica evidente que se corrompera por motivos não puramente materiais. Sua degradação

67 ALORNA, Marquês de. *Memórias políticas*. Apresentação de José Norton. Lisboa: Tribuna da História. 2008, p. 109.

68 ALORNA, Marquês de. *Memórias políticas*, op. cit., p. 116.

foi política em relação ao rei, à monarquia, ao interesse público da nação e, por fim e não menos importante, à aristocracia. Veja bem a mudança. Ele, poucos anos antes, tinha escrito sobre confiar na capacidade do governo em insuflar amor à Nação. Acreditava que o governo, atuando na defesa do *bem público* com justiça e em salvaguarda da Nação, do econômico e na prevenção de perturbações interiores, pudesse persuadir a todos para que entendessem:

Cada indivíduo de que convém mais concorrer para a causa pública do que tratar a particular. Esta persuasão nasce do caso de que se faz de quem obra assim, e do exemplo que o Governo dá de que todos os seus passos são a benefício da causa geral, junto com a experiencia de que acerta.⁶⁹

As notícias de sua morte encontramos através de sua irmã, a marquesa de Alorna - herdeira do título após as mortes de seus irmãos - D. Leonor de Almeida Portugal Lorena de Lencastre, celebre poetisa lusitana apelidada de Alcipe. Compartilhava das opiniões do irmão quanto às famílias que serviam à monarquia e não logravam reconhecimento. Isso ficou explícito em suas cartas enviadas ao príncipe.⁷⁰ Voltando à morte do irmão, no poema fúnebre publicado em memória dele, Alcipe repete a visão dele e lamenta o fim da linhagem masculina da família. Segundo ela, não haveria mais heroicos e incorruptíveis Alornas.

Que limite porei à dor, ao luto
Com que tão caro objeto corar devo?
Ordena o canto, lúgubre Melpómense
Filha do Deus dos versos
Tu, que teu pai dotou de voz canora,
Unida à lira harmônica, suspira!
Perpetuo sono oprime o heroico Alorna,
Triunfa dele a morte!
Súplica branda não revoca o Fado,
Quando uma vez, com a vara inexorável
De Mercúrio, ao rebanho tenebroso
Agrega qualquer alma.

Honra, justiça, irmãs incorruptíveis

69 ALORNA, Marquês de. Memórias políticas, op. cit., 121.

70 ALORNA, Marquesa de. Inéditos - Cartas e Outros Escritos. (seleção, prefácio e notas do prof. Hernani Cidade). Lisboa, Livraria Sá da Costa - Editora, 1941, p. 111-115.

Da boa-fé, da nítida verdade,
Onde achareis alguém igual um Alorna?...
A terra não tem tanto.⁷¹

Palavras Finais: paradoxos naturais

Quando se examina o sentido que dois grandes dicionaristas do Antigo Regime deram ao vocábulo “corrupção” no qual, segundo Raphael Bluteau seria, *suspensão do concurso conservativo, e introdução de qualidades alterantes, e destrutivas.*” e conforme Covarrubias Orozco, *Corromper, del verbo latino corrumpto, contamino, vitio, destruo. Corromper las buenas costumbres, estragarlas. Corromper los jueces, cohecharlos;*⁷²; percebe-se, seguindo os passos sábios de Adriana Romeiro, que *corruptione*, a princípio e metaforicamente, aludia à corrupção dos costumes, da natureza que se decompunha, contágio e degradação. A historiadora em robusto e documentado estudo sobre os significados e entendimentos da corrupção na Idade Moderna, vai muito além da análise semântica do termo. Romeiro exemplificou a prática em suas muitas facetas, quer fosse desvio moral ou político, uso excessivo da força, amor demasiado às riquezas, fuga da disciplina do bom governo ou se seria a metáfora do corpo em mal estado de conservação e funcionamento.⁷³ Em todas essas conjecturas e análises, jaz presente a corrupção de si (dos sujeitos) e dos seus (os dependentes e próximos). No caso da nobreza, enfatizei neste artigo, a corrupção como lhe sendo inerente, devido às condições próprias do que significava viver nobremente. De certo modo, procurei ao longo dessas páginas discutir sobre a corrupção que se desenvolve a partir da dependência do vassalo para com a monarquia.

No sentido atribuído ao termo da forma que aqui se entende, remete-se, de certo modo, ao que John G. A. Pocock disserta sobre questões políticas e humanismo cívico, iniciando sua análise em Maquiavel e Guicciardini, chegando até as sociedades da América inglesa. O autor considera a corrupção no Antigo Regime como um fenômeno que, dentre seus múltiplos sentidos, está muito além da degradante busca da riqueza. É sobre essa tônica que

71 ALORNA, Marquesa de. Inéditos -Cartas e Outros Escritos, op. cit., 119.

72 BLUTEAU, Raphael. Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, p. 572. OROZCO, Sebastián de Covarrubias. Tesoro de la lengua castellana o española. Edición de Felipe C. R. Maldonado revisada por Manuel Camarero. Madrid: Castalia, 1995, p. 242.

73 ROMEIRO, Adriana. Corrupção e poder no Brasil. Uma história, séculos XVI a XVIII, op. cit., 19-33.

temos pensado a corrupção da nobreza. Para Pocock seria a dependência política o pior tipo de corrupção:

Sob um poder governamental monárquico, isso significa que a independência tem de ser, acima de tudo, independência da autoridade pública. Tudo o que tornasse o proprietário – ou, pior ainda, a propriedade – dependente do governo constituía o pior tipo de corrupção, porquanto, além de rebaixar a sua cidadania, fazia também degenerar, de autoridade pública em interesse privado, o próprio governo.⁷⁴

No caso da nobreza ibérica que tem sua própria identidade vinculada à realeza e aos serviços na Corte e Ultramar, entende-se que lhe seria muito difícil fugir a tal lógica: servir, receber, engrandecer, sustentar-se, dever e principalmente, depender.⁷⁵ A própria lógica da liberalidade gerava essa dependência que fortalecia os vínculos dos vassallos, especialmente, em um império que tinha no além-mar seus melhores postos e reconhecida fonte de fortuna.⁷⁶ Nos casos analisados ao longo das três gerações dos Almeida Portugal, identifica-se que foi a partir da posição social de nobre que seus problemas de conduta, acusações de abusos e crime contra o Estado vieram à tona. Das redes clientelares nas Minas e no Oriente, às denúncias de tentativa de regicídio e por fim, ao nefasto crime de lesa pátria e lesa majestade, os marqueses de Alorna tipificaram os casos de corrupção dentro de uma mesma Casa aristocrática, até a derrocada final do Antigo Regime em Portugal. Enfim, evidenciou-se que a corrupção dessa família proveio de situações pertinentes à cultura política da época e conforme sua categoria social.

A liberalidade, como princípio do poder régio, convocava constantemente os nobres ao serviço da Coroa e reproduzia a lógica devida da retribuição. O nobre como alter ego do rei, deveria como ele ser ético, moral e preservar o *bem público*. Entretanto, muitos que partiram para servir no Império buscaram por chances de prestígio e riqueza. Por fim, a lógica da vassalagem, do

74 POCOCK, J. A. G. Cidadania, historiografia e Res pública. Coimbra: Edições Almedina, 2013, p. 24.

75 “A nobreza de Portugal algum dia alcançava-se passo a passo, e cada grau de elevação recaía sobre facto marcado com o cunho da utilidade do Estado; e para não deixar de adormecer sobre os loiros, houve a cautela de conservar os Nobres sempre na dependência e necessidade de servir, (...)” In: ALORNA, Marquês de. Memórias políticas, op. cit., p. 109.

76 PUJOL, Xavier Gil. Tiempo de política. Perspectivas historiográficas sobre la Europa moderna. Barcelona: publicaciones i ediciones de la Universitat de Barcelona, 2010, p. 95.

funcionamento do Estado monárquico moderno e o desenvolvimento dos impérios ultramarinos, causava em grande número dos agentes da colonização, encarregados da representação do poder régio, práticas que testemunham a corrupção de seus deveres e seus princípios.

A corrupção configura-se, então, como uma estratégia dentro do campo de atuação política, fosse das classes dirigentes ou dos órgãos e corpos centrais de poder que havia nos domínios. Considero que foi um forte fator que influenciou e mesmo configurou a política - muitas vezes transformada pelas circunstâncias - dos representantes da Coroa e que resumia o difícil equilíbrio entre a obediência ao rei e o interesse próprio. Entre os tantos vermes que corroeram o Antigo Regime, a corrupção, foi um dos mais antigos, naturais e atuantes, ao mesmo tempo que compunha a identidade daquela sociedade.

Bibliografia e fontes

Fontes impressas

Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Introdução, notas e estudo crítico de Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

Instrução dada pelo excelentíssimo Marquês de Alorna ao seu sucessor no governo deste estado da Índia, o excelentíssimo Marquês de Távora. Goa: Typografia do Governo, 1836.

ALORNA, Marquês de. Memórias políticas. Apresentação de José Norton. Lisboa: Tribuna da História. 2008.

Marquesa de Alorna. Inéditos. Cartas e outros escritos. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 1941.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, 8v.

CERVANTES, Miguel de. Dom Quixote de la Mancha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

OROZCO, Sebastián de Covarrubias. Tesoro de la lengua castellana o española. Edición de Felipe C. R. Maldonado revisada por Manuel Camarero. Madrid: Castalia, 1995.

PORTUGAL, D. João de Almeida. As prisões da Junqueira durante o ministério do marquês de Pombal escritas ali mesmo pelo marquês de Alorna, uma das suas vítimas. Publicadas conforme o original por José de Souza Amado, presbítero secular. Lisboa, 2005.

Bibliografia

- ABRANTES, Duquesa de. Recordações de uma estada em Portugal, 1805-1806. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
- ALORNA, Marquesa de. Inéditos - Cartas e Outros Escritos. (selecção, prefácio e notas do prof. Hernani Cidade). Lisboa, Livraria Sá da Costa - Editora, 1941.
- CAMPOS, Maria Verónica. Governo de mineiros: “de como meter as minas numa moenda e beber lhe o caldo dourado” - 1693 a 1737. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- CASTILLO, Francisco Andújar. FEROS, Antonio. LEIVA, Maria Pilar Ponce. Corrupción y mecanismos de control en la Monarquía Hispánica: una revisión crítica. In: TIEMPOS MODERNOS 35 (2017/2).
- CUNHA, Mafalda Soares da. MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Governadores e capitães mores do império Atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: CUNHA, Mafalda Soares da. MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. (Orgs). Óptima pars: elites ibero-américas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005.
- CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas. 1580-1640. In: GOUVÊA, Maria de F. S. & FRAGOSO, João. (Orgs.). Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CURTO, Diogo Ramada. O discurso político em Portugal. (1600-1650). Lisboa: Centro de estudos de história e cultura portuguesa, 1988.
- ELIAS, Norbert. A sociedade de Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- HESPANHA, Antonio Manuel. La gracia del derecho. Economía de la cultura en la Edad Moderna. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.
- KROEZE, Ronald; DALMAU, Pol; MONIER, Frédéric. Corruption, empire and colonialism in the Modern Era: a global perspective. Singapore: Palgrave Macmillan, 2021.
- LIMA, Oliveira. D. João VI no Brasil. 4ª edição. Pref. Wilson Martins. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- LISBOA, João Luís. MIRANDA, Tiago C. P dos Reis. OLIVAL, Fernanda (Orgs.). Gazetas manuscritas da biblioteca pública de Évora. Vol. 2 (1732-1734). Lisboa: Edições Colibri, 2005.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MARCOS David Martín. MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Penachos de ideias. A Guerra de Sucessão da Espanha e a formação de Pedro Miguel de Almeida

Portugal, 3º conde de Assumar. In: *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 33, n. 61, jan/abr 2017.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. Jogos de Interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c.1736. 2005. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.2005.

MAXWELL, Kenneth. *Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MERVEILLEUX, Charles Frédéric de. Memórias instrutivas sobre Portugal. 1723-26. In: *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa, 1989.

MELLO, Evaldo C. *Fronça dos mazombos. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Editora 34.

MONTEIRO, Nuno G. *Meu Pai e meu Senhor muito do meu coração. Correspondência do Conde de Assumar ao seu pai o Marquês de Alorna*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/ Quetzal, 2000.

MONTEIRO, Nuno G. *O crepúsculo dos grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750- 1832)*. Lisboa: INCM, 2003.

NEVES, José Acúrsio das. *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Napoleão Bonaparte: Imaginário e Política em Portugal (c. 1808-1810)*. São Paulo:Alameda, 2008.

NORTON, Manuel Artur. *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal*. Lisboa: Agências Gerais do Ultramar, 1967.

NORTON, José. *O último Távora*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

PEREIRA, Marcos Aurélio de Paula. *Vivendo entre cafres. A trajetória do Conde de Assumar e o império ultramarino português*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

PEDREIRA, Jorge. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Cia das letras, 2008.

POCOCK, J. A. G. *Cidadania, historiografia e Res pública*. Coimbra: Edições Almedina, 2013.

PUJOL, Xavier Gil. *Tiempo de política. Perspectivas historiográficas sobre la Europa moderna*. Barcelona: publicaciones i ediciones de la Universidad de Barcelona, 2010.

ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e poder no Brasil. Um história, séculos XVI a XVIII*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora Unespe, 2005.

- SILVEIRA, Marco Antônio. Universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas. (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997.
- SILVEIRA, Marco Antônio. Entre a ordem e a guerra. Política e razão de Estado do conde de Assumar. (Minas Gerais, 1717-1721). In: BARRAL, Maria Helena. SILVEIRA, *Diálogos* entre Brasil y Argentina. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2015.
- STARLING, Heloisa Murgel. Ser republicano no Brasil colônia. A história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das letras, 2018.
- SOUZA, Lucas Moraes. Tecendo as redes na revolta: o governo de D. Pedro Miguel de Almeida e os homens bons de Vila do Carmo na repressão à revolta de Vila Rica em 1720. (Mestrado em História). Programa de Pós -graduação em História. Universidade federal de Ouro Preto. Mariana, 2014.
- TENGARRINHA, José. Napoleão, o atlântico e a contrarrevolução em Portugal. In: *Historiæ*, Rio Grande, 1 (2): 9-32, 2010.
- WAQUET, Jean Claude. De la corruption. Morale et pouvoir à Florence aux XVII et XVIII siècles. Libraire Arthème Fayard, 1984.

Recebido em 02 de março de 2023
Aprovado em 19 de julho de 2023

MARCOS AURÉLIO DE PAULA PEREIRA

Um Estudo Sobre os Quilombos da Vila do Príncipe, Minas Gerais, Séculos XVII e XIX

*A Study on the Quilombos of Vila do
Príncipe, Minas Gerais, 18th And 19th
Centuries*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v10i19.43354>

Danilo Arnaldo Briskievicz

Instituto Federal de Minas Gerais
Santa Luzia

<https://orcid.org/0000-0002-7652-1959>
doserro@hotmail.com

Como citar:

BRISKIEVICZ, Danilo. Um Estudo sobre os Quilombos da Vila do Príncipe, Minas Gerais, Séculos XVIII e XIX. *História, histórias*, Brasília, v. 10, n. 20. jul./dez. 2022.

Resumo

Em torno da conceituação de modernidade política de Arendt e Foucault narramos a partir de documentos do Senado da Câmara da Vila do Príncipe (Serro/MG), a fundação e o arruinamento de algumas experiências políticas de quilombos na região das antigas minas do Serro do Frio, descobertas em 1702. A metodologia centra-se na pesquisa de documentos em arquivos públicos, em revisão bibliográfica com o auxílio de historiadores do Brasil Colônia, em especial preocupados com o novo léxico político colonial, e na percepção da história política como objeto perpassado de múltiplos conceitos, noções e interpretações acerca da desobediência ou resistência à escravidão no corpo político Setecentista, nomeadamente os presentes nas referências.

Palavras-chave

Brasil Colônia; Escravidão colonial; Quilombos.

Abstract

Based on Arendt and Foucault's conceptualization of political modernity, we narrate, based on documents from the Senate of the Chamber of Vila do Príncipe (Serro/MG), the foundation and ruin of some political experiences of quilombos in the region of the old mines of Serro do Frio, discovered in 1702. The methodology is centered on the research of documents in public archives, on a bibliographic review with the help of historians from Colonial Brazil, especially concerned with the new colonial political lexicon, and on the perception of political history as an object pervaded by multiple concepts, notions and interpretations about disobedience or resistance to slavery in the 18th century body politic, namely those present in the references.

Keywords

Brazil Colony; Colonial slavery; Quilombos.

Os Quilombos Serranos como Gesto Pedagógico Colonial

*Pois não é mais o corpo, é a alma.
À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder o castigo que atue
profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições.*
M. Foucault, *vigiar e punir*

*Substituir o poder pela violência pode trazer a vitória, mas o preço é muito alto;
pois ele não é apenas pago pelo vencido como também pelo vencedor,
em termos de seu próprio poder.*
H. Arendt, *Sobre a violência*

No dia 14 de março de 1702, as minas do Serro do Frio, na atual cidade do Serro/MG, foram conquistadas pelo bandeirante paulista Antônio Soares Ferreira (c.1640-1720), seu filho João Soares Ferreira (c.1680-c.1750), Manuel Corrêa Arzão (c.1640-1733), procurador da Fazenda Real Baltazar de Lemos de Moraes Navarro (c.1660-1740) e o seu escrivão Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo (c.1660-c.1730). Novas relações sociais, políticas, religiosas e culturais começaram em torno das lavras de ouro, nas proximidades na pousada ou rancho dos primeiros bandeirantes paulistas descobridores de ouro. Acostumados ao apresamento de indígenas e sua constante escravização desde o século XVI, os sertanistas paulistas nas minas serranas criaram uma relação com a escravidão, com o abandono programado dos “escravos da terra” (os indígenas), para o crescimento constante da escravidão dos africanos.

De fato, isso explica a transição de uma escravidão indígena para a escravidão africana como decisão importante em torno de uma nova ordem mundial do capitalismo mercantilista europeu e a descoberta das minas de ouro no que posteriormente foi denominada a Capitania de Minas Gerais. Por isso, o mundo do trabalho no Brasil no século XVII fundamentou-se na escravidão indígena e na transição progressiva para a escravidão africana.

No Setecentos, estima-se que 560.000 escravos africanos chegaram vivos ao seu destino. Outro número, em torno de 865.000 africanos inclui os que mor-

reram na travessia transatlântica. Assim, “mesmo imprecisos, os dados não escondem o que eles, de toda maneira, têm para mostrar: sua extraordinária grandeza e importância; em um período não muito longo, isso representou impacto demográfico e cultural absurdo”¹.

Grosso modo, podemos afirmar que houve dois períodos de efetivação da escravidão africana no Brasil. O primeiro ligado à ocupação do litoral brasileiro e à produção de cana de açúcar, datado entre 1500 e 1650, consolidou relações econômicas transatlânticas e estabeleceu as principais rotas do comércio de homens e mulheres sequestrados na África. Assim, “durante o primeiro período, as economias e as sociedades da região atlântica ainda não possuíam as estruturas necessárias para que as forças presentes no mercado assumissem totalmente o funcionamento de um sistema econômico único, capaz de dividir funções e lucros entre seus membros”².

O segundo período entre 1650 e 1820, foi marcado pela efetivação da escravidão africana direcionada para as minas de ouro, com progressiva substituição da escravidão indígena, nunca abandonada de fato. Neste segundo período, “no Novo Mundo, a produção de metais preciosos continuou a desempenhar um papel importante, particularmente por ocasião da entrada do Brasil, no séc. XVIII, em sua fase de grande produção”³ em que “um comércio muito ativo organizou-se em torno do transporte marítimo de mercadorias da África e das Américas: os escravos africanos partiam rumo às Américas, enquanto os produtos agrícolas e metais preciosos eram enviados das Américas rumo à Europa Ocidental”⁴.

Dessa forma, “as novas possibilidades econômicas geradas pela expansão no sistema atlântico levaram à criação de empregos, estimulando assim o crescimento demográfico em toda Europa Ocidental, em contraste com a queda constatada no século XVII”⁵. De fato, o mercado escravista intercontinental teve impactos iniciais na África “a partir do momento em que o Novo Mundo, após a viagem de Cristóvão Colombo, em 1492, abriu-se à exploração euro-

1 PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo. Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII. As dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 90.

2 INIKORI, J. E. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: OGOT, Bethwell Allan (Ed.). História Geral da África. Volume V. África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010. p. 102.

3 INIKORI, J. E. A África na história do mundo, op. cit., p. 106.

4 Ibidem. p. 106.

5 INIKORI, J. E. A África na história do mundo, op. cit., p. 107.

peia, um tráfico de escravos africanos, envolvendo números muito maiores”⁶, superando os números do antigo tráfico⁷, que operava entre o continente e territórios europeus próximos ao Mar Mediterrâneo e Ásia. Por isso:

Trata -se do tráfico transatlântico de escravos, praticado do séc. XVI até meados do séc. XIX. Os dois tráficos perpetuaram-se simultaneamente durante quase quatro séculos e arrancaram milhões de africanos de sua pátria. Até hoje, o papel desse comércio no desenrolar da história mundial ainda não foi devidamente evidenciado⁸.

No século XVIII, por conta dos descobrimentos de ouro e diamantes no território mineiro e em especial nas minas do Serro do Frio o número de escravos africanos comercializados para o Brasil girou em torno de 1.677.135⁹ a 1.700.300¹⁰. Por conta desse comércio escravista, “tudo foi alterado, desde o banal de todos os dias, como os alimentos produzidos e consumidos, os sons e ritmos e as formas de comunicação, até a organização do trabalho, a demografia das regiões e a estrutura de administração local, regional e geral¹¹. Da África ocidental foram comercializados escravos para abastecer os mercados da ibero-américa. O número de africanos ocidentais – na região litorânea entre o Rio Senegal (Senegal) até o cabo Lopez, na linha do Equador (Gabão) – que chegaram comercializados com o Brasil entre 1550 e 1850, é estimado em torno de 1,2 milhão, entre crianças, homens e mulheres. Os africanos ocidentais chegaram às minas do Serro do Frio em grande quantidade, preferidos por suas habilidades no trabalho nas minas de ouro.

Como manter uma produção de ouro e seus rendimentos baseados no trabalho escravo intercontinental ou transatlântico sem o uso dos dispositivos de poder ou biopolíticos, baseados na violência e na violação, no incremento

6 INIKORI, J. E. Ibid. p. 91.

7 A opinião de Boxer (1963, p. 22) é a mesma: a escravidão existia em África, não sendo os portugueses seus inventores; contudo, “foram pioneiros no que se refere à escravatura a serviço da lavoura, pelo menos quanto a essa prática em escala considerável; o grosso dos escravos que obtiveram na África ocidental, foi, de início, comprado na costa da Guiné, e quase todos pertenciam à raça sudanesa ocidental”.

8 INIKORI, J. E. A África na história do mundo, op. cit., p. 91.

9 ELTIS, David; RICHARDSON, David. A New Assessment of the Transatlantic Slave Trade. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David (Eds.). Extending the Frontiers. Essays on the new Transatlantic Slave Trade Database. New Have: Yale University Press, 2008. p. 49-50.

10 ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 69.

11 PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo, op. cit., p. 92.

da autoridade e de suas autorizações, na tentativa de estabelecimento de relações de poder e seus potentados? Seria praticamente impossível não gerar relações sociais que não fossem baseadas na microfísica do poder¹², baseadas nas relações do medo e da punição¹³. Por isso, a escravidão africana nas minas do Serro do Frio deve ser compreendida a partir de um complexo sistema de micropoderes, autoridades e o uso cotidiano da violência, fosse ela física e/ou simbólica, que no final das contas pareciam se confundir.

Homens e mulheres nas minas do Serro do Frio e na sua Vila do Príncipe, criada em 1714, criaram relações políticas baseadas no que denominamos gesto pedagógico colonial¹⁴. O gesto pedagógico colonial baseia-se na microfísica do poder, através do funcionamento de dispositivos e mecanismos de poder consagrados pela modernidade no século XVIII.

12 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

13 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramalhe. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

14 Etimologicamente, o substantivo masculino *gesto* procede o latim *gestus*, participio passado de *gerere*, descreve aceno, movimento, sinal, manifestação, expressão, ação, prática e atitude, aquilo que dá origem a alguma coisa, o que ou quem traz consigo a capacidade de criação de algo novo. De modo geral, o gesto é a externalização do que alguém ou alguma coisa traz dentro de si, aquilo que a anima (FONSECA; ROQUETE, 1848, p. 554). Por isso, o antônimo de gesto é inexpressão, aquilo que não é manifestado de dentro para fora. O gesto é fenômeno: ele pode se apresentar como individual ou social, cultural, político, econômico, religioso e pedagógico. Assim, o gesto pedagógico é um fenômeno heterogêneo e polissêmico por natureza. O termo pedagógico tem sua etimologia ligado ao substantivo feminino *pedagogia* derivado do grego *paidagōgós*, em que *paidos* refere-se à criança e *agoge* significa condução, ato de conduzir. O sentido mais antigo dos gregos está ligado à condução de crianças pela mão à escola por escravos de famílias ricas. Atualmente, o sentido é o de conduzir a criança, ensinando-a e auxiliando-a em seu crescimento. Assim, o gesto pedagógico é a ação de ensinar; é um ato social externalizado por seu agente; é executado pelo indivíduo que transmite aos seus pares ou opositores seu estado de espírito, ou seja, aquilo que o anima, que o faz estar no meio dos outros, relacionando-se com eles em reconhecimento ou irreconhecimento, aceitação ou rejeição; é uma forma de mostrar-se ao olhar dos outros para ser reconhecido como igual ou desigual; por ele transmitem-se valores, a noção de civilidade, a devoção religiosa e a revelação de comportamento de um determinado grupo social. Em sociedade, os indivíduos praticam gestos pedagógicos, educam-se e politizam-se, aprendem e convivem. O gesto pedagógico é um ato político em que o corpo se apresenta como recurso didático do indivíduo e de seu grupo, a classe social e seus diversos estratos. É o corpo animado ou infestado de valores e desvalores, conhecimentos e não saberes, crenças e descrenças, ou seja, as formas sociais de simbolização de seu estar no mundo, que traduz e expressa o quem se encontra diante dos olhares dos outros. A presença do corpo individual é potencializada pelas instituições sociais.

O gesto pedagógico colonial é fundamentado nas relações moleculares do poder, da autoridade e das autorizações, uma vez que este poder não é algo vago, abstrato, ideal, antes está onde há seres sociais, constitui-se historicamente, devendo ser analisado a partir de seus instrumentos – institucionais ou não – do controle do corpo, de como ele é disciplinado em seus gestos mais banais, em suas atitudes corriqueiras, em seus comportamentos aceitos ou marginais, em seus discursos explícitos ou silenciados.

Para além do estado enquanto instituição social de poder, de autoridade e de repressão e punição de comportamentos criminosos, Foucault destaca a capilaridade microscópica do poder, constituído em micropoderes de níveis moleculares, em multiespaços de relações sociais. Aprender e ensinar, conviver e se relacionar são expressões do que denominamos gesto pedagógico colonial. Aprendiam-se e ensinavam-se lições cotidianas de poder e de autoridade. Todos aprendiam a quem obedecer de fato.

Os primeiros anos das minas do Serro do Frio e da Vila do Príncipe foram marcados pelo uso extremo da violência como pretensão dispositivo de poder e de autoridade, a fim de manter a ordem social colonizadora da Coroa portuguesa, capitaneada no Brasil pelo Governo-Geral da Bahia. Interessa-nos compreender como o discurso contra a desobediência civil dos quilombos instaurou-se nesse período inicial das minas serrana como narrativa política de primeira ordem, a fim de manter intacto o sistema escravista colonial.

A violência foi incorporada ao gesto pedagógico colonial: ela era ensinada e aprendida todos os dias. O gesto pedagógico colonial foi a forma de configuração dessa convivência política, estruturada na microfísica do poder, através do funcionamento de dispositivos e mecanismos de poder consagrados pela modernidade no século XVIII. No período colonial brasileiro, a violência foi evento cotidiano em suas revoltas e conflitos¹⁵. Nesse campo da história política ou da filosofia política há enorme dificuldade conceitual em classificar os conflitos e resistências como guerra civil. Compreendemos que a dificuldade advém da manutenção no Brasil Colônia de estruturas políticas ligadas à Coroa portuguesa, ou seja, monarquistas e não plenamente republicanas.

15 Entre 1500 e 1821, houve no Brasil muitos conflitos armados cuja extensa lista de conflitos coloniais – muitos ainda estão em estudos, em revisão histórica – pode ser classificada em dois grupos: a guerra propriamente dita e conceituada como disputa entre impérios e reinos por territórios brasileiros ou estrangeiros é o primeiro grupo, e o menor entre eles; o segundo grupo é o das guerras civis no interior do território brasileiro entre revoltados, rebeldes, sediciosos, conjurados, quilombolas, indígenas e seus grupos rivais, na maioria representantes dos interesses do império português; é o maior número de conflitos. Em todos eles houve mortos.

Nosso entendimento é que na constituição da modernidade política europeia no século XVIII os termos república, guerra civil e desobediência civil – neste texto consideradas como resistência à escravidão de maneira geral – começavam a se afirmar no cotidiano das sociedades políticas. Não por acaso, o século XVIII é o período das revoluções norte-americana e francesa. Esse ideário não passou despercebido na colônia brasileira¹⁶.

Não podemos apartar as minas do Serro do Frio, as minas gerais e a colônia brasileira do novo cenário político mundial – apesar das reconhecidas escalas de alcance local e global, de ritmos locais diferentes nos vários corpos políticos –, antes devemos ampliar a análise da profunda conexão entre as mudanças políticas do mundo na modernidade e o cotidiano dessas populações.

É Hannah Arendt quem propõe uma revisão dos conceitos de poder e de autoridade¹⁷, ao analisar como no século XVIII houve o advento das revoluções, no limite entre o descenso ou decréscimo do poder e da autoridade por causa

16 STARLING, Heloisa Murgel. Ser republicano no Brasil colônia. A história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

17 BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. Violência e poder em Hannah Arendt. Porto Alegre: Revolução E-book – Simplíssimo, 2017. s/p.

da apologia da violência como instrumento de ampliação do poder¹⁸. Para ela, quanto mais violência, menor poder e autoridade. Para Hannah Arendt a autoridade se define pelo “reconhecimento inquestionável por aqueles a que se pedem que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias”¹⁹. Por isso, o século XVIII é marcado politicamente pela organização de resistência à escravidão, que é o termo que pretendemos usar para explicar a formação dos quilombos serranos, uma vez que a desobediência civil é conceito ligado diretamente às repúblicas consolidadas segundo Hannah Arendt.

Dessa forma, nossa metodologia para esse estudo gira em torno de Foucault e Arendt, a fim de fazer a leitura e narrativa críticas dos textos oficiais do Senado da Câmara da Vila do Príncipe contra os quilombos. Esses pensadores políticos trabalharam com êxito a modernidade histórica e política, pautados pelos eventos históricos do nosso mundo atual e alargaram nossa compreensão sobre esses fenômenos sociais desde o século XVI e seu incrível salto quantitativo e qualitativo no século XVIII.

18 A perigosa equação entre poder e violência está tradicionalmente alicerçada na compreensão da política como uma relação de domínio. Há quem manda, há quem obedece. Esta forma de entender o poder é consenso entre alguns pensadores da tradição política como Platão, Karl Marx, Jean Bodin, Thomas Hobbes, Voltaire, Carl von Clausewitz, Max Weber, Jean-Paul Sartre, Strausz-Hupé, Stuart Mill e Bertrand de Jouvenel, para citar alguns. Contudo, Arendt diverge dessa tradição e procura estabelecer a separação entre mando-obediência que, no fundo, tende a justificar a equação entre violência-poder. É assim que nasce a recuperação de uma outra tradição que pode ser encontrada na Antiguidade, que “pela primeira vez descobriu a essência e a esfera do político” (ARENDR, 1992, p. 201). Por isso, para ela (ARENDR, 1994, p. 34), o fenômeno do poder apartado da violência surgiu “quando a cidade-estado ateniense denominou sua Constituição uma isonomia, ou quando os romanos falaram de uma *civitas* como a sua forma de governo” uma vez que eles “tinham em mente um conceito de poder e de lei cuja essência não se assentava na relação mando-obediência, e que não identificava poder e domínio na relação de mando-obediência, e que não identificava poder e domínio ou lei e mando.” Os pensadores do século XVIII se inspiraram nessa concepção de poder para fundar a república, “em que o domínio da lei, assentado no poder do povo, poria fim ao domínio do homem sobre o homem, o qual eles pensavam ser um governo ‘próprio de escravos’” (ARENDR, 1994, p. 34). A tradição de equacionar poder e violência ainda se mantinha forte entre esses homens porque ainda falavam em obediência às leis ao invés de obediência aos homens. Mas, para Arendt, “o que eles de fato queriam dizer era apoio às leis para as quais os cidadãos haviam dado seu consentimento” (ARENDR, 1994, p. 34). Nem mesmo o apoio popular às leis “nunca é inquestionável” (ARENDR, 1994, p. 34), pois somente “um ato de violência pode impor – a obediência com a qual pode contar todo criminoso quando me arrebatava a carteira com a ajuda de uma faca, ou rouba um banco com a ajuda de uma arma” (ARENDR, 1994, p. 34).

19 ARENDR, Hannah. Sobre a violência. Tradução: André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 37.

Os Quilombos Serranos

A palavra quilombo entrou definitivamente no léxico do gesto pedagógico colonial. Nas minas do Serro do Frio (de 1702 até 1714) e na Vila do Príncipe (1714 a 1838) – e em todo seu termo, bem como na Comarca do Serro do Frio – a partir de 1720 – o quilombo fez parte do imaginário popular. Estava sempre na boca do povo²⁰. Em torno do quilombo criaram-se muitas histórias e lendas. Quilombo ou *kilombo* é um vocábulo de origem banto – o grande conjunto de línguas do grupo nigero-congolês oriental faladas na África – que significa acampamento ou fortaleza; guardou sempre a ideia de que seus moradores estavam “escondidos”, “fugidos” e com necessidade de se defenderem. Mas porque os escravos se organizariam em torno dos quilombos, qual seria a sua finalidade?

Parece óbvio, mas talvez seja importante explicar o motivo de surgimento dos quilombos no território das minas do Serro do Frio desde que o primeiro escravo resolveu fugir do cativeiro. Afinal, era para isso que serviam os quilombos: homens e mulheres se uniam num território ou acampamento para preservar a liberdade conquistada através da fuga da escravidão, seja escapando das fazendas, das lavras de ouro, seja das casas dos arraiais e da vila. O quilombo era um acampamento preparado para a resistência contra o cativeiro. Onde houve escravidão, houve quilombo. Por isso, houve quilombo “em todos os lugares da América [...]: *palenques* ou *cumbes* na América espanhola, *marrons* na América inglesa e, na francesa, *grand marronage*, diferente de *petit marronage*, fuga individual e quase sempre temporária”²¹.

Na história colonial das minas do Serro do Frio o quilombo marcou territórios para sempre. Assim, havia no século XVIII, o Quilombo da Aplicação no Rio Guanhões ou Ribeirão de Santa Cruz do Quilombo. Este foi citado no requerimento de João da Silva Pereira, datado de 16 de outubro de 1770, em que solicitava a dom José I à mercê de lhe confirmar a doação em sesmaria, de meia légua de terra junto ao Ribeirão do Quilombo, termo da Vila do Príncipe²². No mesmo território do quilombo foi solicitada uma sesmaria de uma légua quadrada pelo português Quitério Lourenço Barbosa em 27 de

20 ARQUIVO IPHAN SERRO, Registro Geral 1775-1778, Doc. 03, Cx. 52, fl. 128).

21 HERMANN, Jacqueline. Quilombo. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 494.

22 BOSCHI, Caio. C. (Coord.). Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p. 51 [Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, Doc. 7671].

março de 1793, com vários documentos anexos ao seu pedido confirmado as confrontações:

Requerimento que fez Quitério Lourenço Barbosa ao Ilmo. e Exmo. Sr. Governador e Capitão General destas Minas Visconde de Barbacena sobre uma sesmaria e vem remetida aos oficiais da Câmara para informarem. Ilmo. Exmo. Diz Quitério Lourenço Barbosa morador no Ribeirão chamado o Quilombo da Aplicação da Vila do Príncipe e Comarca do Serro Frio que sendo este possuidor de umas terras de plantar cujas pegam da Barra do Rio Guanhões correndo pelo Ribeirão de Santa Cruz do Quilombo acima até a porteira de Francisco da Silva Camelo e como os possui sem ser por título régio e o suplicante se acha velho e alcançado em anos e justamente deseja passar para sua pátria que é o Reino de Portugal e quer vender ou deixar as ditas terras aos seus herdeiros suplica a vossa excelência se digne conceder-lhe mandar-lhe medir meia légua de terra em quadra pelo dito Ribeirão²³.

No século XIX, apareceu o povoado de São José do Quilombo pela primeira vez em documentos oficiais guardados em arquivos públicos. Ele se somou a tantos outros reconhecidos atualmente pela história oral serrana como é o caso do Baú²⁴ e do Vau, comunidades quilombolas Setecentistas. O arraial de São Gonçalo do Rio das Pedras, por exemplo, pode ter se tornado um remanescente quilombola por conta de um proprietário de grande fazenda que decidiu no testamento dar para seus escravos suas terras. Fato é que em 28 de outubro de 1865, os vereadores do Senado da Câmara respondiam o ofício do dr. juiz de direito da Comarca do Serro do Frio pedindo subvenção de 100\$000, para se baterem dois quilombos nas vizinhanças de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, o que foi negado por falta de recursos em caixa.

Por trás de cada quilombo, a luta contra a escravidão. Quilombo e resistência à escravidão eram sinônimos no gesto pedagógico colonial: quem estava nesse território sabia que em algum momento teria sua liberdade reivindicada pelos capitães-do-mato. Estes receberam vários nomes na história, sempre com

23 ARQUIVO IPHAN SERRO. Senado da Câmara, Vereações 1791-1794, Doc. 03, Cx. 48. fl. 117-118; 183-184v.

24 ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 138, n.p. Segundo Souza (1999, p. 81), “a fazenda do Delgado ou do Ó foi doada a quatro escravos, ficando em morte deles para o patrimônio da Igreja do Rosário de Milho Verde. Os negros do Baú, que até hoje conservam o dialeto, talvez deturpado, são remanescentes, talvez destes quatro negros”.

a mesma função de reordenar o jogo político escravista da Coroa portuguesa: sertanistas ou bandeirantes paulistas e mineiros, mestres-de-campo, batedores de quilombo, capitães de assalto, oficiais e soldados das Companhias de Ordenanças a pé e a cavalo em cumprimento de diligências régias. Foi através da ordem de 12 de janeiro de 1719²⁵, que criou nas minas do Serro do Frio o cargo de capitães-do-mato “para a prisão dos negros fugidos vencendo prê-

25 Isso por consequência do bando do governador dom Pedro de Almeida Portugal, datado de 27 de dezembro de 1717: “Faço saber a toda pessoa, etc., que chegando à minha notícia o grande prejuízo que causam os quilombos dos negros fugidos matando e roubando enfiando os caminhos com detrimientos dos passageiros e sendo preciso dar providência a este dano pra que os povos e particulares vivam em sossego ordeno e mando que toda e qualquer pessoa que quiser tomar a sua conta atacar os ditos quilombos de negros o poderá fazer sem impedimento algum levando para isto as armas que quiser e me trará as cabeças de todos os que resistirem sem que os senhores deles possam alegar cousa alguma para que lhe satisfaçam, visto o dano público que fazem” (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 70, n.p.). Segundo Maria Eremita de Souza, “Livro sem capa e faltando as 27 primeiras páginas Bandos do Governador [este livro de bandos foi mandado copiar em 1783 pelo ouvidor Dr. Joaquim Manuel de Seixas Abranches conforme registrou ao fim de cada bando o escrivão Inácio Ribeiro de Queiroz e declara que fez em virtude de um capítulo de correição do meritíssimo Dr. Joaquim Manuel de Seixas Abranches]”. O *corpus* jurídico para combater os quilombos segue crescente na cronologia do governo da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (1709-1720) e depois na Capitania de Minas Gerais (1720). Nas *Ephemérides Mineiras* (VEILGA, 1897) encontramos alguns registros: 28/03/1714 – “aviso ao governador da Capitania, aprovando o ato em que ele proibiu que os negros usassem armas de fogo, as quais serão permitidas aos nobres” (v. I, p. 405); 18 de junho 1725 – “por uma provisão desta data, dirigida ao capitão-general de Minas-Geraes, tem-se notícia de haver tido no ano anterior (1724) descoberta uma conspiração dos negros contra os brancos da Capitania; foram a tempo empregados os meios eficazes para o eu malogro; deu causa a se tornar patente a planeada insurreição a divergência que incidiu os negros na escolha do rei de todos, se um de angola ou se um mina” (v. II, p. 407); 24 de fevereiro 1731 – “ordem passada, em virtude da resolução de 21 do mesmo mês, criando em Vila Rica uma Junta composta pelo governador, como presidente, dos ouvidores das quatro comarcas, do juiz de fora da Vila do Carmo (Mariana) do provedor da fazenda, com jurisdição para sentenciar em última pena os delinquentes bastardos, carijós, mulatos e negros, cabendo ao governador desempatar em qualquer caso de empate na votação” (v. I, p. 228); 28 de Fevereiro 1738 – “ordem régia ao governador da Capitania, mandando estranhar à Câmara de Vila Rica o ter lançado finta sobre os povos para pagamento dos capitães do mato, encarregados da captura do negros fugidos, e bem assim restituir-lhes o que já tiver cobrado, advertindo ao governador que deve proibir a extorsão de tais finta; vê-se bem que o aparente interesse, revelado por esta ordem, em prol do povo, tinha o fim real de não desfalcas os recursos do contribuinte da metrópole com imposições municipaes. Esses recursos nunca eram demais para as exigências do fisco real e para os famosos donativos e subsídios voluntários...” (v. I, p. 262).

mio de cada prisão; por esta razão, nas Contas do Senado de 1738, se lê: Pagos aos capitães do mato por duas cabeças de negros quilombolas – 30\$000”²⁶.

Nos primeiros anos das minas do Serro do Frio e da Vila do Príncipe as relações sociais e políticas dividiam de um lado os livres (branco era sinônimo de liberdade) que disputavam os privilégios e de outro lado os cativos (preto era sinônimo de cativo ou alforria), que compartilhavam as proibições de todos os tipos.

Na vereação de 09 de janeiro de 1725, o Senado da Câmara governado pelos “homens bons” da vila publicou ordem de proibição destinada aos negros, mulatos e carijós cativos ou forros, de vender produtos de comer ou de beber, porque se tornara inconveniente para o bem público. Previa-se pela primeira infração 30 dias de cadeia para os forros e para os escravizados 30 oitavas de multa para seu senhor ou senhora; pela segunda vez, o dobro; pela terceira vez, expulsão da Comarca do Serro do Frio por seis meses²⁷. Há, no contexto dessa proibição, algo que os estudos sobre a escravidão atuais revelam: os escravos e escravas de ganho dedicavam-se em grande parte a essas atividades comerciais a fim de pagar a sua alforria, muitas vezes em horários fora de suas funções domésticas, nas lavras de ouro ou nas fazendas. A ordem parecia querer frear o mecanismo principal da economia da alforria, os ganhos extras para o pagamento parcelado da manumissão.

Pouco tempo depois, publicou-se uma ordem no dia 27 de janeiro de 1726, determinando que na Capitania de Minas Gerais ficava proibido a eleição de juiz ou vereador e para cargos oficiais nobiliárquicos homem bom mulato, dentro do quarto grau; se este homem bom fosse casado com uma mulher mulata seria terminantemente proibido de ser eleito para cargos no Senado da Câmara²⁸. Subentende-se que caso o “homem bom” fosse casado com uma mulher negra, ele já estaria banido do rol dos “homens bons”, tornado inelegível, fosse ele branco e rico, reinol e opulentado. Por isso, numa afirmativa mais clara: “tinham nossos avós, e o Senado, portanto, repugnância de se unirem *em público* aos mulatos e, maiormente aos negros, escravos ou forros”²⁹.

As ordens do governo da Capitania de Minas Gerais, eram extremamente severas em relação aos escravos fugidos. O Alvará de 07 de março de 1741,

26 SILVA, Dario Augusto Ferreira da. Memória sobre o Serro antigo. Serro: Typographia Serrana, 1928. p. 108.

27 SILVA, Ibid. p. 107.

28 SILVA, Ibid. p. 105.

29 *Ibidem*, grifos do autor.

ficou muito conhecido por autorizar a aplicação de um ferro quente – normalmente usados para marcar cavalos, burros, mulas e bois – na testa com a letra F, de fugido e pela segunda vez que fosse recapturado – de fuga individual provisória ou encontrado em quilombo – se lhe cortasse uma orelha sem mais processo que a notoriedade do fato. A falta de uma orelha não impediria o escravo de voltar ao trabalho. Para evitarem-se tentativas de armar os quilombos a vereação de 08 de abril de 1741, ordenou que:

todo negro, sem seu senhor ou sem seu mandado que for encontrado armado de faca, porrete ou qualquer arma, de noute, pelas circunferências, seja preso por capitão do mato ou oficial de justiça, e posto no Pelourinho, aí receberá 200 açoutes³⁰.

O próprio dr. Dario, se perguntou, depois dos exemplos de repressão dos escravos na Vila do Príncipe e seu termo: “aí vão fartas razões para o recurso dos quilombos; quem não procura, mesmo com risco de vida, fugir dos sofrimentos atrozes?”³¹.

Na vereação de 23 de julho de 1740, o procurador do ano Manuel Nogueira Passos apresentou uma reclamação sobre os abusos dos negros fugidos:

[...] e logo pelo procurador do dito Senado foi requerido que esta Villa se acha na consternação e os mais arraiais a ela anexos por causa dos negros fugidos chamados calambolas³² e já tão desaforados de noute furtavão as casas dessa Villa chegando a subir por paos e descobrindo as telhas das casas para roubarem e fazerem os desaforos que os seus maos gênios permitem por cuja causa se devia dar a providencia necessária e para sossegar os moradores dos requerimentos que atualmente estão fazendo era preciso e necessário que se assareassem capitães do mato para se dar cargo a esses maos feitores e delas usarem na forma da lei [...]³³.

30 SILVA, Ibid. p. 107.

31 SILVA, Ibid. p. 108.

32 O termo “calambola” ou “calhambola” é o mesmo que quilombola (HERMANN, 2000, p. 494). Segundo Silva (1789, p. 217), calhambola era o nome dado ao “escravo, ou escrava, que fugiu, e anda amontado, vivendo em quilombo; é termo usado no Brasil”.

33 ARQUIVO IPHAN SERRO, Vereações 1735-1742, Doc. 03, Cx. 46. fl. 135-135v.

O juiz ordinário João Mendes da Mota e os vereadores Bartolomeu Ferraz Tinoco, Manuel de Souza Ribeiro, Vicente Pereira de Moraes e Castro, concorreram em assalariar o capitão do mato para caçar e prender os desordeiros³⁴.

A pergunta a ser feita: o que roubavam os negros fugidos?

Possivelmente comida ou objetos de valor. Não fica esclarecido qual seria o quilombo do qual faziam parte os escravos fugidos, ou se eram escravos em ação solitária.

Por esta mesma época os oficiais do Senado da Câmara reclamavam da presença ostensiva de negros fugidos no entorno da Vila do Príncipe, afirmando que na Chácara do Camões, bem debaixo de uma lapa se achavam pelo menos 8 deles com duas negras a roubarem quem passasse; da mesma forma no Engenho do Pires havia um quilombo formado assim como em vários outros lugares; pedia, como era comum à época, fossem expedidos mandados de prisão para que os fizesse cumprir o capitão do mato; o pedido foi deferido unanimemente³⁵.

A repressão dos escravos era contínua. No dia 10 de janeiro de 1746, o Senado da Câmara determinou:

A todos e quaisquer oficiais de Justiça prendam a todos o quaisquer negros que acharem parados na paragem chamada Gambá, distrito desta Vila, onde fazem vários tumultos de escravos, causando grandes distúrbios e faltando aos serviços de seus senhores e outras mais circunstâncias prejudiciais de que usam sendo em grandes danos às almas deles ditos escravos e aos moradores da dita paragem pelo escândalo que causam, usando batuque, dançando neles com escravas de tabuleiro e outras que se prestam em grande gravame do serviço de Deus e da república e para se evitarem semelhantes danos mandamos que todos e quaisquer oficiais de Justiça, ao depois de publicado este prendam a todos e quaisquer negros que acharem no dito sítio do Gambá ou seus arredores com batuques e sejam trazidos à cadeia onde o juiz ordinário pela primeira vez mandará executar pena de 5 açoites no Pelourinho e pela segunda vez em dobro e o oficial que trouxer

34 Para Boxer (1963, p. 158), “uma das principais atividades dos capitães do mato era destruir os *quilombos*, ou povoações de escravos fugidos, estabelecidas nos matagais; habitualmente situadas em pontos de difícil acesso e distantes das vilas e estradas”.

35 SILVA, Dario Augusto Ferreira da. Memória sobre o Serro antigo, op. cit., p. 108.

preso qualquer negro se pagará sua diligência que será arbitrada pelo juiz ordinário³⁶.

E, por fim, no ano de 1775³⁷ havia sido descoberto na mata do Peçanha “um extraordinário quilombo”, e assim “quantos negros fugiam e negras para aí se refugiarem de toda parte, mineiros, roceiros etc., e assim ficou organizada uma república negra”, sendo que “ela opôs uma luta terrível e somente pode ser vencida e extinta por ter vindo poderoso auxílio de Vila Rica”; e acrescenta: “eram, pois, os quilombolas eternos e contínuos pesadelo e incômodo”³⁸.

A patente para o capitão de assalto do quilombo do Peçanha foi passada em 13 de novembro de 1775, com nomeação do capitão Teotônio Gracia Santiago.

É preciso ler o documento com duas ressalvas como pano de fundo da portaria: a primeira é que a expedição não era apenas para dizimar quilombo, mas para expulsar e talvez escravizar os índios daquela mata; segunda, que ao final do século XVIII a expansão em direção ao Peçanha era fundamental para o alargamento do território “civilizado” da Comarca do Serro do Frio sobre as terras indígenas:

Portaria que os oficiais da Câmara mandaram lavrar a Teotônio Gracia Santiago nomeado capitão para assalto de um quilombo na mata do caminho do descoberto do Peçanha. O juiz vereador e procurador que serviam no Senado da Câmara em esta Vila do Príncipe e seu termo o presente ano por eleição na forma da lei etc. Pela presente nossa Portaria por nós assinada e selado com o selo das Armas Reais deste Senado ordenamos e mandamos a Teotônio Gracia Santiago que por sermos cientificados o ser

36 SOUZA, Maria Eremita de. Aconteceu no Serro. Belo Horizonte: BDMG, 1999, pg. 76.

37 No ano anterior, 1774, registra Souza (1999, p. 70-71): “se o senhor não cumpria um mandato de almotacé ia para a cadeia seu feitor ou escravo. Vejam a portaria lavrada em 1º de novembro de 1774 pelos oficiais da Câmara ao almotacé Serafim José de Almeida: ‘Aos caminhos e estradas que vê a esta vila e que estão arruinando e prejudicando o bem comum e administração da Justiça e dos sacramentos e porque esta incúria é repreensível e merecedora de exemplar castigo, todas as pessoas que têm obrigação de fazerem suas testadas lhe ordenamos que avise aos moradores para em termo breve darem os caminhos feitos e se o não fizerem serão condenados em 6 mil réis e os fará prender até apagarem e dar o caminho feito, e sendo eclesiástico ou tenha tal privilégio que não davam ser preso executará esta pena no seu feitor e escravo”.

38 SILVA, Dario Augusto Ferreira da. Memória sobre o Serro antigo. Serro: Typographia Serrana, 1928, pg. 109.

capaz e idôneo e com expedição para qualquer diligência lhe incumbirmos em razão de nossos cargos devemos providenciar e muito principalmente em [...] e prejuízo dos vassallos de Sua majestade Fidelíssima que Deus guarde e conforme as ordens e bandos dos Exmos. Senhores Governadores desta a bem de vadear os negros fugidos e aquilombados somos servidos por não haver nesta vila capitães do mato de patentes nomearmos ao sobredito Teotônio Gracia Santiago capitão para o assalto de há de dar acompanhado com a gente que ele eleger e ver lhe é suficiente e capaz em um quilombo de negros fugidos que se acha na mata do caminho que vai desta Vila para o descoberto do Peçanha com a brevidade possível percebendo os emolumentos que em direito lhe pertencerem de tomadias dos negros que a seu salvo prenderem de seus donos e todo e mesma forma praticada sem que para ele dito nomeado capitão e soldados que o acompanharem de perceberem deste conselho cousa alguma e valerá esta nossa Portaria para o assalto do sobredito quilombo [...]³⁹.

Outro quilombo recebeu a atenção e as providências do Senado da Câmara, o do distrito ou sertão do Curumataí. Assim, no dia 01 de junho de 1778, Isidoro Amorim Pereira recebeu patente de capitão-de-entrada (outro nome para capitão-do-mato) por um ano. Na expedição da patente afirmou-se que o distrito se achava sem capitão-mor das ordenanças e “que nele e suas vizinhanças havia negros fugidos e aquilombados donde saíam para fazer seus roubos” e por isso “dará nos ditos quilombos e em todos os mais que compreenderem dentro do sobredito distrito do Curumataí [atual distrito de Buenópolis] e seus contornos cuja diligência aprontará os soldados que lhe forem necessários”⁴⁰.

Por esta época, era extremamente comum a nomeação dos avaliadores de escravos pelo Senado da Câmara, como vemos na citação a seguir:

Como qualquer mercadoria, havia ainda os avaliadores de escravo: “a 18 de marco de 1789 foi requerido pelo procurador que era preciso nomear-se homens do Concelho para avaliadores de escravos, pois era necessário avaliadores inteligentes e que façam aquelas competentes reflexões que devem fazer nos mesmos escravos, suas moléstias, lesões ou achaques e ainda ofícios ou partes que os mesmos tenham, o que tudo devem examinar

39 ARQUIVO IPHAN SERRO, Registro Geral 1775-1778, Doc. 03, Cx. 52, fl. 128.

40 ARQUIVO IPHAN SERRO, Registro Geral 1775-1778, Doc. 03, Cx. 52, fl. 350.

com muita individualização para que não sejam lesados nem os exequentes nem os executados e se evitem despesas de pleitos, pelo que por ser prática nos portos marítimos serem nomeados para avaliadores dos ditos escravos homens que tenham casas de tráficos dos mesmos escravos, por esta razão requeria ele procurador que se desanexasse o cargo de avaliador dos bens imóveis e se nomeasse para avaliador dos ditos escravos pessoa que tivesse tido exercício a que nestas minas chamamos comboieiros de lidar em comprar e vender os ditos escravos para que por meio deste exercício possa ter mais completa inteligência de avaliar os escravos conforme o completo estado de cada um e concorrerem em Manuel Rocha e Souza os requisitos necessários para ter o dito exercício”; pelo juiz ordinário foi dito quer concordava com a nomeação do procurador e que o escrivão passasse a provisão. Todos os requisitos eram avaliados no cativo assim aqueles que trabalhavam por conta própria tinham mais valor⁴¹.

Em 21 de maio de 1796, o Senado da Câmara autorizou gastos com pólvora e chumbo para os capitães do mato entrarem num quilombo de Senhora do Porto sob o comando de Manuel Dias de Sá⁴².

Nos anos de 1759 e 1760, andou pela Vila do Príncipe e seu termo o sertanista paulista Bartolomeu Bueno do Prado. Não houve na história da Capitania de Minas Gerais um sertanista tão sanguinário. A sua trajetória de sertanista coincide com o período de maior crescimento dos quilombos no território brasileiro. O fato desse sertanista paulista ter trabalhado na Vila do Príncipe caçando quilombolas diz muito do gesto pedagógico colonial: a violência dos extermínios tinha função educativa, pois de um lado devolvia à escravidão os cativos sobreviventes reparando o dano da perda aos seus proprietários, por outro, espalhava o medo entre os escravos da Capitania de Minas Gerais e da Vila do Príncipe e seu termo, como forma de conter as fugas.

A chegada de Bartolomeu Bueno do Prado à Vila do Príncipe foi comunicada pelo governador mineiro em carta datada de 17 de outubro de 1759, escrita em São João d'el Rei:

Registro de huma carta que escreveu o Senhor José Antônio Freire de Andrade governador destas minas aos oficiais da Câmara desta Villa do Príncipe e seu termo cuja hé da forma

41 SOUZA, Maria Eremita de. *Aconteceu no Serro*. Belo Horizonte: BDMG, 1999. p. 71.

42 ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, *Caderno 74*, n.p.

e maneira seguinte: “O Capitam Bartolomeu Bueno do Prado que vai em quatro meses sahio desta Villa com hum corpo de quatrocentos homens em direitura ao quilombo do Campo Grande me deu parte que avendo dado em hum quilombo em dezesseis de setembro em hum sitio chamado o Andaial ahonde matou vinte e cindo negros e prendeu vinte e continuando a sua jornada para a cerca da Marcella atacou outro quilombo aonde os que se puderam contar foram quarenta e nove o número dos presos athé agora me parece não passa de sessenta o que participo a Vossas Mercês para que fiquem a intelligência do que tem resultado desta deligência para que Vossas Mercês concorrerão com tanto zello Deus guarde as Vossas Mercês Sam João de El Rey desassete de outubro de mil setecentos e cincoenta e nove (o dito Bartolomeu Bueno continua na deligência de dar em outros quilombos que tem notícia para as partes do Sapucahy). Senhores juizes e officiaes da Villa do Príncipe. José Antônio Freire de Andrade. E não se continha mais em a dita carta a qual Eu escrivão abaixo assinado bem e fielmente aqui fis registrar da propria a que me reporto e com ella este registro conferi consertei sobescrevi e assignei nesta Villa do Príncipe aos quatro dias do mez de janeiro de mil setecentos e sessenta anos e Eu Antônio Bernardo de Sobral e Almeida escrivam da Câmara que o sobescrevi consertei e assignei Antônio Bernardo de Sobral e Almeida⁴³.

43 ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, *Caderno 4*, n.p. A transcrição do documento foi realizada pelo alferes Luiz Antônio Pinto para a Revista do Arquivo Público Mineiro, manuscrito datado de 24/10/1896, intitulado “Batedura de Quilombos (Archivo da Câmara Municipal da Villa do Príncipe hoje cidade do Serro)”; o livro citado pelo alferes não se encontra no Arquivo do Iphan Serro: “À fl. 185v. do Livro 2º de Registro de Cartas, ordens e bandos”. Ele acrescentou à transcrição algumas notas: “Não sei se este capitão Bartholomeu Bueno do Prado descende do célebre Anhanguera – Bartholomeu Bueno da Silva – que o Conde de Sarzedos mandou de São Paulo em 1723 fazer descobrimento em Cuiabá, como refere o padre José Manuel de Siqueira na sua “Memória a respeito do descobrimento dos Martyrios” que o general Couto de Magalhães publicou em seguida a sua “Primeira viagem ao Araguaya” – (São Paulo, Typ. do “Federalista” 1889) não sei. Em minhas pesquisas tenho encontrado tantos Bartholemeus Buenos que já ando zozno – ora Bartholomeu Beuno de Siqueira; ora Bartholomeu Bueno da Silva; aqui Bartholomeu Bueno do Prado; ali Bartholomeu Bueno de Campos Leite e Gusmão: um capitão, outro coronel e o primeiro de todos “Diabo que foi” tradução da palavra Anhanguera, como explica em nota a pág. 134 o General Couto de Magalhães. Os livros da Matriz estão cheios de Bartholomeus Buenos – em Tapanhuacanga os houve; os houve também no Rio Manso e até um pequeno afluente do Ribeirão do Lucas que banha esta cidade ganhou o nome de Córrego do Bueno que presumo de algum Bartholomeu. Trataremos disso depois. Cidade do Serro, 24 de outubro de 1896. Luiz Antônio Pinto”.

Segundo Veiga o motivo da convocação do sertanista paulista Bartolomeu do Prado para o extermínio dos quilombos mineiros seria a insurreição malograda dos escravos marcada para o dia 15 de abril de 1756, numa quinta-feira santa. O plano original seria tomar o poder das autoridades mineiras, nos moldes do funcionamento da “república” ou Quilombo do Palmares⁴⁴.

Assim, “seria um levante geral de negros para o extermínio total dos brancos e mulatos, com exceção apenas das mulheres; combinaram [...] que se efetuariam num mesmo dia o levante nas quatro comarcas mineiras”⁴⁵; não há documentos com os nomes dos escravos envolvidos, por isso, “nem os documentos do tempo, nem a tradição guardaram os nomes dos modernos obscuros Spartacus”⁴⁶. Contudo, houve uma delação e o movimento foi traído, ficando o delator em anonimato. Veiga reclamou que os historiadores mineiros tivessem esquecido praticamente este conflito que não chegou a acontecer conforme combinado entre os cativos. Somente R. Southey teria dedicada vagamente seis linhas, assim como *Compêndio da época da Capitania de Minas-Geraes de 1694 a 1780*, havia apenas uma linha escrita – “Descobriu-se a tentativa de insurreição, a qual foi prevenida!” Isto só...”⁴⁷.

Assim, diante do silêncio dos cronistas mineiros, Veiga resolveu empreender sua pesquisa na qual descobriu um documento retirado do Livro de Registros do Senado da Câmara de Vila Rica, relativo aos anos de 1754 a 1756, fl. 236v. a 239:

Senhores do nobilíssimo Senado da Villa de Sabará. A boa harmonia que devemos procurar com tão nobre Senado nos põe na precisão de participarmos a vossas mercês, a notícia que temos de se haverem confederado os negros aquilombados com os que assistem nesta e nessa vila e nas mais de toda a Capitania, para na noite do dia quinze do corrente darem um geral assalto em todas as povoações, privando da vida a tudo o que forem

44 VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemerides Mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897. p. 77-86. Para Starling (2018, p. 25), “Palmares era uma República por desenvolver determinados atributos característicos de um tipo de associação de natureza política: era uma comunidade autogovernada, com seu próprio edifício institucional, um referencial coletivo de interesses e algum partilhamento de princípios norteadores da vida em comum – e, justiça lhe seja feita, até hoje esses atributos definem a República em sua generalidade”.

45 VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemerides Mineiras (1664-1897)*, op. cit., p. 77.

46 *Ibidem*.

47 VEIGA, *Ibidem*. p. 78.

homens (sic) assim brancos como mulatos determinando morte a seu senhor cada um dos e cravos que lhe for mais familiar. É a ordem desta execrável determinação acometerem aos brancos ao tempo em que dispersos se ocuparem em correr as Igrejas, sem perdoarem a pessoa de qualquer qualidade que seja, não sendo mulher. Esta notícia, que só como voz vaga foi ao princípio atendida, tem chegado a manifestar indícios que requerem toda a atenção por se sinalarem escravos que se dizem propostos para regerem as Minas, resolutos, além de patentear em parte muitas praticas tendentes a tal conspiração e ser certo que em anos diversos se tenham percebido andar de semelhantes intentos sem que se chegasse a experimentar os seus cruéis efeitos; não parece desacerto acautelar uma mina que pôde com lastimoso sucesso enganar da sua possibilidade. À grande capacidade de vossas mercês compete dar a providência necessária em um tão factível acontecimento, comunicando também aos Senados mais distantes ajusto recurso de um golpe que a todos ameaça, ao que nós ficamos aplicando nosso cuidado pela obrigação que nos corre e serviço de Sua Majestade, dando juntamente conta ao ilustríssimo Governador e à. exc. rvm. para que naquela noite determine se não abram as Igrejas, por melhor se evitarem os grandes concursos de negros, que todos os anos se observam. Afetuosamente oferecemos as nossas vontades a disposição de vossas mercês a quem desejamos todas a felicidade. Deus guarde a vossas mercês muitos anos. Vila Rica, em câmara de três de abril de mil setecentos e cinquenta e seis anos. E não e continha mais em as dita cartas que aqui registrei das próprias, por mandado do Senado, bem e fielmente como nelas se contém. - E eu, José Antônio Ribeiro Guimarães, escrivão da câmara, que a escrevi, registrei e assignei. José Antônio Ribeiro Guimarães⁴⁸.

48 VEIGA, Ibid. p. 79-80.

Após as providências para se evitarem as missas da quinta-feira santa⁴⁹ nas comarcas e suas vilas ficou estabelecido o castigo para os escravos rebeldes. Veiga acreditou encontrar no livro de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, autor da *Nobiliarquia Paulistana*, a resposta:

[...] De sorte que, para se evitar um futuro levantamento de pretos contra os brancos, se empenhou a atividade, ardor, zelo e desembaraço do coronel José Antônio Freire de Andrada (hoje Conde de Bobadela), governador da Capitania de Minas Geraes, a vencer a Bartolomeu Bueno do Prado, natural de São Paulo, por si e seus avós, para capitão-mor e conquistador de um quase reino de pretos foragidos, que ocupavam a campanha desde o Rio das Mortes até o Grande, que se atravessava na estrada de São Paulo para Goiás. Bartholomeu Bueno desempenhou tanto o conceito que se formava de seu valor e disciplina da guerra contra esta canalha, que se recolheu vitorioso apresentando 3.900 (TRÊS MIL E NOVECENTOS) pares de orelhas dos negros que destruiu em quilombos, sem mais prêmio que a honra de ter ocupado no real serviço, como consta dos acórdãos tomados em Câmara de Vila Rica sobre esta expedição e o efeito dela para total segurança dos moradores daquela grande capitania⁵⁰.

Veiga levantou a hipótese de sumiço dos documentos comprobatórios do extermínio dos escravos rebeldes, uma vez que “em nossas pesquisas nos livros velhos do arquivo municipal de Ouro Preto não se nos deparou ainda o aludido acordão” sendo possível “que o mesmo heroico capitão-general fizesse desaparecer o registro para sonegar à posteridade a notícia do monstruoso

49 A explicação da escolha da quinta-feira santa seria a longa permanência dos fiéis nas igrejas nos dias de intenso ofício religioso nos templos. Assim, explica Campos (2007, p. 79), “era ‘dia de igreja’, mas nem sempre de paz social, já que ocorriam comoções e profanações. A legislação dos governadores é abundante, particularmente a de d. Pedro de Almeida, conde de Assumar, no sentido de controlar e punir escravos que andassem armados, principalmente em tempo de Semana Santa. As tropas de ordenanças deveriam ser mantidas às portas dos templos para permitir sossego e proteção para as ‘ocupações espirituais dos seus senhores’, visto que os fiéis encontravam-se desarmados nas funções religiosas”. Trindade (1928, v. I, p. 154), registra que no mandato episcopal de dom frei Manuel da Cruz, primeiro bispo da Diocese de Mariana, houve a “Revolta de negros – haviam planejado os negros fazer uma rasoira nos brancos, e designaram para esse morticínio a quinta-feira santa de 1756. Concorrendo com o governo para evitar a catástrofe mandou o Sr. Bispo que nesse dia se conservassem fechadas as igrejas do Bispado, particularmente as de Villa Rica e Marianna, onde mais ameaçadora se imaginava a negra conspiração. Segundo Xavier da Veiga foram sacrificados por essa ocasião, na capitania, 3900 desses infelizes, algarismo que outros reputam exagerado”.

50 VEIGA, Ibid. p. 82.

sucesso”⁵¹. Por fim, exclamou: “negros vitimados, sem comiseração e sem dó, nas solidões florestais da formosa Terra Mineira, virgem ainda e aonde debalde os míseros buscaram asilo fugindo aos tormentos quotidianos do cativo!”⁵².

Diferente da versão de Veiga, Franco acredita que tudo isso foi um exagero discutível. Depois de transcrever a mesma carta – já registramos seu conteúdo logo acima – e que foi enviada para os vereadores da Vila do Príncipe noticiando a passagem de Bartolomeu Bueno do Prado por seu continente, afirmou: “refere Pedro Taques que Bartolomeu Bueno do Prado, fez por essa ocasião grande mortandade entre os negros, tendo morto quase dois mil deles; acreditamos haver exagero nesta referência do grande linhagista”⁵³, pois por conta das notícias da dita carta “daí se conclui que Bartolomeu Bueno do Prado cuidou mais em fazer os negros prisioneiros para retornarem à escravidão do que de matá-los”⁵⁴.

Fato é que Bartolomeu Bueno do Prado percorreu as terras serranas para exterminar quilombos, somando-se a tantos outros sertanistas e capitães do mato com a mesma finalidade. Qual foi o número total de escravos mortos no conflito, deste conflito que durou até a segunda metade do século XVIII? Essa história ainda não foi contada.

Conclusão

A retórica do Senado da Câmara da Vila do Príncipe registrada em seus documentos relativos aos programas regulares de dizimação dos quilombos de escravos fugidos em seu território, com a contratação sistemática de capitães-do-mato ou capitães-de-entrada com o dinheiro dos cofres públicos demonstra o efetivo funcionamento de um gesto pedagógico colonial centrado no uso indiscriminado da violência como forma de garantia da ordem social e a manutenção do sossego da república.

República é um termo polissêmico, criado e modificado historicamente nas dinâmicas políticas das sociedades. Durante grande parte do século XVIII, a república era vista pelas autoridades oficiais serranas como ajuntamento solidário e pacífico de súditos em torno da figura absoluta do rei, distante

51 *Ibidem*.

52 VEIGA, *Ibid.* p. 82.

53 FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: século XVI-XVII-XVIII*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. p. 312.

54 FRANCO, *Ibid.* p. 313.

em seu reino de Portugal e benevolente com seus colonos. Nesse sentido, os quilombos seriam uma clara desobediência às leis reais, um tumulto ou desassossego desnecessário do corpo político, do qual o rei era sua cabeça, e como tal, tinha que ver respeitada sua razão de ser, sua autoridade.

Por isso, eram comuns os crimes de lesa-majestade, centrados na noção de desobediência direta ao rei em seu território, ou seja, sua colônia brasileira. Contudo, nos últimos anos do século XVIII, república parece ter sofrido forte inflexão, mudando sua conotação para outra semântica, com novo léxico que incluíam a justa rebeldia, a necessária sedição contra autoridades violentas, conjurações anticoloniais. Nesse sentido, vemos a possibilidade da Inconfidência Mineira, em 1789. Rebelar-se para garantir a liberdade parece ter sido a tônica dos movimentos de desobediência civil ao final do século XVIII e primeira metade do século XIX. Entre esses movimentos incluem-se os quilombos de escravos fugidos da Vila do Príncipe e suas minas de ouro e fazendas de atividades agrárias e pastoris.

Os quilombos serranos são expressão da modernidade política do século XVIII, ajustando com o passar dos anos aos movimentos revolucionários europeus e norte-americanos, contudo, com um diferencial: por conta da privação de sua liberdade, naturalizada socialmente por questões econômicas, os escravos não gozavam do status de cidadãos. Não sendo cidadãos não lutavam por liberdade, mas eram tratados como criminosos. Um desajuste semântico no léxico político colonial é evidente, mas não decorre de uma vaga má vontade das autoridades locais. Antes, aos escravos era dada no interior da complexa economia da alforria o direito a ser coartado e conseguir libertar-se, desde que cumprisse as regras do jogo. Ao fugir, os escravos quebravam a lógica da economia da alforria, gerando prejuízo para seus proprietários. Por isso, a naturalização social em considerar os escravos fugidos dos quilombos como desordeiros, criminosos e sediciosos. Enquanto aos inconfidentes foi dado o mérito da desobediência civil, aos calhambolas ou quilombolas foi dado o demérito de suas organizações políticas, como se não tivessem direito à desobediência civil.

Contudo, os escravos, diferentemente dos homens da Inconfidência Mineira, não lutavam pela garantia de sua liberdade, mas pela antecipação de sua libertação. De fato, uma vez escravizado, mesmo que fugido e agrupado em quilombos, os cativos em desobediência civil não possuíam juridicamente sua carta de alforria e assim, não podiam legalizar sua situação. Continuavam à margem da política colonial, desconsiderados em sua possibilidade de desobediência civil. Trata-se, evidentemente, de um acordo das elites brasileiras

em torno do tema da escravidão, garantindo enormes dificuldades jurídicas para que os cativos pudessem se libertar sem pagar sua coartação, caso fosse ajustada com seus proprietários.

Diferentemente dos homens e mulheres coloniais com seu gesto pedagógico colonial configurando a impossibilidade de cidadania para os cativos dos quilombos, Foucault e Arendt admitem que na política moderna há um jogo confuso entre poder e autoridade, entre poder e vigor, mantido em torno da violência e da violação dos corpos dos cidadãos. Para Arendt, quanto maior o uso da violência – comum e natural no cotidiano da república serrana –, menor o poder das autoridades, fosse o rei, o governador-geral, os oficiais do Senado da Câmara ou mesmo do proprietário de escravos. O poder é um fenômeno de coesão em torno de uma autoridade que permite uma ação em concerto, ou seja, para o maior número de cidadãos. Nesse caso, é importante recordar que nos séculos XVIII e XIX, escravos e egressos da escravidão – os alforriados, especialmente – eram em maior número da população na Vila do Príncipe.

Como manter esse maior número em obediência aos ditames da economia da alforria e às regras sociais de apartação econômica e política?

Usando a violência física ou simbólica.

Contudo, quanto mais violência, menor o poder. Não por acaso, houve conflitos sociais questionando a autoridade do rei e de seus funcionários em território colonial, uma vez que a autoridade era mantida pelo uso massivo da violência e não pelos acordos democráticos ligados à noção republicana de constituição. A insistência de Arendt é na pluralidade que é o ponto de partida para a criação do espaço para a ação, para o qual os homens se movimentam com a intenção de exercitar a sua liberdade, espaço esse que “existe potencialmente; mas só potencialmente, não necessariamente nem para sempre”⁵⁵. Por isso, “o poder não é sinônimo de opressão nem de coerção, mas de aptidão humana para viver na pluralidade. Ele é sempre potencial: exerce-se na relação entre os homens, pelo diálogo aberto à multiplicidade de perspectivas”⁵⁶.

No mesmo sentido, Foucault demonstra como o poder não é um dado abstrato, teórico, fantasioso, mas vivenciado diariamente, palpável, integrando

55 ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 212.

56 SCHIO, Sônia Maria. *Hannah Arendt: história e liberdade (da ação à reflexão)*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006. p. 197.

ou apartando os corpos, fazendo-os disciplinados para obedecer, em constituição de arrojados dispositivos de poder, contudo, criados em torno da violência e da violação, a fim de se conquistar o mais imediato cumprimento. O medo não é poder, mas uma forma de manter subjugadas as populações. É o que ele chama de processo de biopolitização das comunidades políticas transformadas numericamente em populações na modernidade, a partir do século XVIII.

Portanto, definimos a complexa formação dos quilombos no período colonial serrano como forma legítima de resistência à escravidão plenamente integrada aos movimentos de libertação consolidados em torno do Quilombo de Palmares, reverberando e amplificando no território brasileiro com o passar dos anos dos séculos XVIII e XIX, em momentos de maior ou menor efervescência, a negação do projeto escravista da Coroa portuguesa. Nesse sentido, micropoderes estabeleciam-se nos quilombos, capilarizando resistências, ampliando a possibilidade de negociações entre cativos e seus proprietários e entre os cativos e o governo local e a própria Coroa Portuguesa. Nesse conjunto de ações políticas, os quilombos serranos parecem conformar em torno de si potencial inequívoco de transformação social. No primeiro quilombo serrano, já se percebia sua vocação política para a resistência aos dispositivos biopolíticos modernos instituídas em solo brasileiro pela Coroa portuguesa, com seus mecanismos de controle e disciplina baseados no medo da punição.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. 10. ed. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. Tradução: Mauro W. Barbosa de Almeida. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Tradução: André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ARQUIVO IPHAN SERRO. Senado da Câmara, Registro Geral 1775-1778, Doc. 03, Cx. 52.
- ARQUIVO IPHAN SERRO. Senado da Câmara, Registro Geral 1775-1778, Doc. 03, Cx. 52.
- ARQUIVO IPHAN SERRO. Senado da Câmara, Vereações 1735-1742, Doc. 03, Cx. 46.
- ARQUIVO IPHAN SERRO. Senado da Câmara, Vereações 1791-1794, Doc. 03, Cx. 48.

ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. Caderno 70, n.p.

ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. Caderno 74, n.p.

ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. Caderno 138, n.p.

BOSCHI, Caio. C. (Coord.). Inventário dos manuscritos avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

BOXER, Charles Ralph. A idade de ouro do Brasil. Tradução: Nair de Lacerda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. Violência e poder em Hannah Arendt. Porto Alegre: Revolução E-book – Simplíssimo, 2017.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. Atlas of the Transatlantic Slave Trade. New Have: Yale University Press, 2010.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. A New Assessment of the Transatlantic Slave Trade. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David (Eds.). Extending the Frontiers. Essays on the new Transatlantic Slave Trade Database. New Have: Yale University Press, 2008, p. 1-60.

FONSECA, José da; ROQUETE, J.-I. Dicionário da Língua Portuguesa. Paris, Lisboa: Guillard, Aillaud e Cia., 1848.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Nascimento da prisão. Tradução: Raquele Ramalhe. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: século XVI-XVII-XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

HERMANN, Jacqueline. Quilombo. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 494-495.

INIKORI, J. E. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: OGOT, Bethwell Allan (Ed.). História Geral da África. Volume V. África do século XVI ao XVIII. Brasília: UNESCO, 2010, p. 91-134.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica. Tomo I. 5.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo. Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII. As dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PINTO, Antônio Luiz Memórias municipaes. Arquivo da Câmara Municipal da Villa do Príncipe hoje cidade do Serro. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte/MG n. IV, ano I, p. 755-797, 1896.

SILVA, Dario Augusto Ferreira da. Memória sobre o Serro antigo. Serro: Typographia Serrana, 1928.

SILVA, António de Morais. Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau. Reformado, e acrescentado por António de Morais Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789 (2 vols.).

SOUZA, Maria Eremita de. Aconteceu no Serro. Belo Horizonte: BDMG, 1999.

STARLING, Heloisa Murgel. Ser republicano no Brasil colônia. A história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VEIGA, José Pedro Xavier da. Ephemerides Mineiras (1664-1897). Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897.

Recebido em 18 de maio de 2022
Aprovado em 24 de julho de 2023

DANILO ARNALDO BRISKIEVCZ

Os Super-humanos (1929):
anarquismo, desejo e evolucionismo
em Han Ryner

*The Superhumans (1929): Anarchism,
Desire and Evolutionism in Han Ryner*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v10i19.40914>

Gilson Leandro Queluz

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

<https://orcid.org/0000-0002-0728-1218>
queluz@utfpr.edu.br

Como citar:

QUELUZ, Gilson Leandro. Os Super-Humanos (1929): Anarquismo, Desejo e Evolucionismo em Han Ryner. *História, histórias*, Brasília, v. 10, n. 20. jul./dez. 2022.

Resumo

Este artigo pretende analisar o conceito de evolução presente no romance distópico *Os Super-humanos*, escrito pelo anarquista individualista francês Han Ryner, publicado em 1929. O romance apresenta uma teoria da evolução hibridizada, a qual mistura elementos neolamarckistas, catastrofistas e da teoria dos saltos, com concepções evolucionárias de cunho místico e profético, como aquelas propostas por Michel Savigny, além de dialogar com as concepções éticas características do anarquismo individualista. Os principais personagens da obra, ou seja, os Superelefantes, os Superanjos e os Imortais são, simultaneamente, resultado do processo evolutivo e do desejo de ascensão dos seres. Ressaltam-se, no contexto de fortalecimento do pensamento autoritário dos entreguerras, as críticas ao desejo de dominação dos Superelefantes e a lírica defesa dos princípios anarquistas individualistas de Han Ryner, como o pacifismo e o antimilitarismo, nos cânticos dos Superanjos.

Palavras-chave

Han Ryner; teorias evolucionistas; anarquismo individualista; Michel Savigny.

Abstract

The aim of this article is to analyze the concept of evolution present in the dystopian novel *The Superhumans*, published in 1929 and written by the French individualist anarchist Han Ryner. The novel presents a hybridized theory of evolution, which mixes neo-Lamarckian, catastrophic and leap theory elements with evolutionary conceptions of a mystical and prophetic nature, such as those proposed by Michel Savigny, in addition to dialoguing with the ethical conceptions, characteristic of individualist anarchism. The main characters in the narrative, that is, the Superelephants, the Superangels and the Immortals are, simultaneously, the result of the evolutionary process and the desire for ascension of beings. In the context of strengthening the interwar authoritarian thinking, the criticisms of the Superelephants' desire for domination and the lyrical defense of Han Ryner's individualist anarchist principles, such as pacifism and antimilitarism, in the Superangels' chants, are highlighted.

Keywords

Han Ryner; evolutionary theories; individualist anarchism; Michel Savigny.

Introdução

Este trabalho, pretende compreender o conceito de evolução presente no romance distópico *Os Super-humanos*, escrito pelo anarquista individualista francês Han Ryner, publicado em 1929. O romance apresenta uma teoria da evolução hibridizada, a qual mistura elementos neolamarckianos com concepções evolucionárias de cunho místico e profético, como aquelas propostas por Michel Savigny, e compiladas por seus filhos George e Edmond Savigny, no livro *Vivre...Mourir...Renaître*¹, além de dialogar com as concepções éticas libertárias características do anarquismo individualista de Han Ryner.

Han Ryner (1861-1938), foi um anarquista individualista, filósofo e professor francês. Publicou um grande número de contos, novelas, peças teatrais e ensaios filosóficos, sendo os mais conhecidos: *Manual Filosófico Individualista* (1903), *O Crime de Obediência* (1900), *A Esfinge Vermelha* (1905), *O Quinto Evangelho* (1911), *Homem Formiga* (1910), *Os Pacifistas* (1914), *O Amor Plural* (1927), *Os Super-humanos* (1929). Nas primeiras décadas do século XX, seus textos eram publicados pela imprensa anarquista e tinham grande repercussão nos meios intelectuais franceses. Ryner chegou a ser nomeado em 1912, em uma eleição promovida por Romain Rolland e pela Academia Goncourt de Paris, como o “príncipe dos narradores filosóficos”. Apesar da rebeldia em ser enquadrado em qualquer definição, Han Ryner pode ser considerado um anarquista individualista ou, nos seus próprios termos, um filósofo da vontade da harmonia.

Vittorio Frigerio definiu assim o pensamento individualista anarquista de Han Ryner,

Ryner assume e renova primeiro o cinismo, e depois o estoicismo grego humanizando-o e removendo a rigidez que os romanos lhe deram. Ele defende um distanciamento sorridente e relaxado, o desprezo de todo poder e toda violência, que são inseparáveis, e exalta o indivíduo como a única verdade que o homem deve conhecer, negando a existência e viabilidade de qualquer abstração. À “vontade de poder” nietzscheano, que deixou uma marca profunda no individualismo anarquista, Ryner opõe um

¹ SIMON-SAVIGNY, Edmond & Georges(ed). *Vivre...Mourir...Renaître: Résumé des theories hexagrammistes*. Paris: Editions Chacornac Frères, 1942.

“desejo de harmonia” marcada por um pacifismo absoluto e um agnosticismo silencioso².

Roberto das Neves, ressalta que o pensamento de Han Ryner é “essencialmente an-arquista”, seu espírito seria “profundamente anti-dogmático, ferozmente anti-autoritário, radicalmente individualista, e estes são postulados indubitáveis do an-arquismo”³. No período entreguerras, em um contexto de retração do anarquismo sindicalista e comunista, Han Ryner, conjuntamente com Emile Armand, foi um representante exemplar de um ascendente anarquismo ético, que se colocava como antídoto moral ao “mundo violento e explorador”. Este anarcoindividualismo de caráter antiburguês opôs-se ao estado centralizado e posicionou-se pela “consciência individual e pelo controle do eu, e pelo equilíbrio harmonioso do homem com a natureza”⁴. Ryner era um pacifista radical, posição afirmada originariamente nos seus romances *Esfinge Vermelha* e *Crime de Obediência*, e enfatizava a liberdade de controle do próprio corpo, inclusive a liberdade sexual, o amor plural como “a negação do estado militarizado, seja republicano ou fascista”⁵.

Na novela, os humanos que desenvolvem o poder de transmutação de seus corpos, transformando-se nos super-humanos, são essencialmente seguidores da filosofia hexagramista de Michel Savigny, que concebe que a humanidade passaria por seis grandes cataclismas, correspondentes ao domínio de uma espécie animal superior no plano terrestre. Para ele, não é a função, mas o desejo que cria o organismo. Estas hibridizações evolucionistas, oriundas de diversas fontes, aprofundam-se pela utilização das concepções libertárias, características da visão filosófica de Han Ryner, no espaço imaginário de uma distopia⁶, servindo como base para uma irônica crítica dos plurais e canhestras manifestações humanas em sua luta pelo poder e sobre as pró-

2 FRIGERIO, Vittorio. La Littérature de l'anarchisme: Anarchistes de lettres et lettrés face à l'anarchisme. Nouvelle édition [en ligne]. Grenoble: UGA Éditions, 2014, p. 251

3 NEVES, Roberto, in: RYNER, Han. Manual Filosófico do Individualista. Rio de Janeiro: Germinal, 1966, p. 21.

4 SOON, Richard D. Sex, Violence, and the Avant-garde: Anarchism in Interwar France. University Park: The Pennsylvania State University, 2010, p. 8.

5 SOON, Ibid, p. 13.

6 Usamos o termo distopia conforme a definição de Sargent: “uma sociedade não existente descrita em considerável detalhe e normalmente localizada em um tempo e espaço que o autor intenciona que um leitor contemporâneo veja como consideravelmente pior que a sociedade na qual o leitor vive”(SARGENT, 2005 n. 2, p. 153-160.). Sargent também assinala que as distopias se tornaram dominantes dentro do gênero literário utópico, em diálogo pessimista com eventos da primeira metade do século XX como, entre outros, as duas guerras mundiais, a depressão econômica, as pandemias como a gripe espanhola (SARGENT, 2010).

prias concepções nietzschianas do super-homem. É neste sentido que Brian Stableford, comenta que Han Ryner nos apresenta no romance “uma teoria da evolução altamente idiossincrática e desafiadoramente heterodoxa, da qual há poucos vestígios em outras obras de ficção especulativa”, tendo como principal característica o desenvolvimento livre de ideias, “desinibido pelas restrições do darwinismo ou qualquer forma restrita de neo-lamarckismo”⁷.

Hexagramismo e Catastrofismo: um romance evolucionista idiossincrático

O romance *Os Super-humanos* inicia com a descrição de um mundo próximo a um cataclisma, fruto de um aquecimento global⁸. Desta forma, os climas foram unificados, sendo que “o sufocamento tórrido e úmido era o mesmo nos polos e no equador”⁹. Segundo o narrador, “em todos os lugares, a natureza parecia estar começando de novo”, os animais pareciam estar revertendo para formas pré-históricas, como um novo gênesis que se dava em velocidade estonteante, onde “elefantes estavam se revertendo para mamutes; hipopótamos gigantes bloqueavam os rios; os focinhos dos rinocerontes estavam ericados com vários pares de chifres”¹⁰. Aves pré-históricas, como as *aepyornis*, as aves elefantes, reapareceram. A súbita transformação climática levou ao desaparecimento da flora, “nada mais restando de sua colorida e harmoniosa” eloquência¹¹. Neste mundo que retornava à sua infância, ocorria a proliferação de novas doenças que tornaram certas cidades quase desérticas. Contudo, a esta extravagância de morte, que se seguia o fato de que a “vida parecia intoxicante e volúvel, como uma orgia”¹².

7 STABLEFORD, Brian in: RYNER, Han. *The Superhumans*. Tarzana, CA: Black Coat Press: 2011, p. 10-11.

8 Observe-se que, apesar da visão de Savigny sobre este tema, como abordaremos neste artigo, estar marcada por uma visão peculiar sobre a teoria do catastrofismo, as últimas décadas do século XIX foram marcadas por um conjunto de teorias sobre as grandes transformações climáticas, algumas especulando que estas variações ocorreriam devido às emissões de gases por vulcões, outras indicando que seriam motivadas pelas variações solares. Em 1896, Svante Arrhenius, propôs que as mudanças climáticas poderiam ser causadas pelo aumento da produção de dióxido de carbono. Ver: WILSON, Jessica. & LAW, Stephen. Um breve guia sobre aquecimento global. Ministério das Relações Exteriores e Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2010, p. 23-34.

9 RYNER, Han. *The Superhumans*, op. cit. , p. 181.

10 RYNER, Ibid, p. 182.

11 RYNER, Ibid, p. 181.

12 RYNER, Ibid, p. 182.

Esta situação delicada apenas precedeu o aparecimento de um novo sol. O novo sol em sua aproximação constante da terra provocava calamidades e um sentimento do inexorável apocalipse. Neste momento de desespero, Ryner enfatiza, ironicamente, que enquanto os cientistas explanavam de forma tranquilizante a racionalidade dos acontecimentos, a maioria dos seres humanos acentuava, na angústia de seu desespero, seus instintos mais irracionais e violentos, sendo ressuscitados “crimes esquecidos e extintas insanidades”¹³. Os seres humanos, neste “vento quente da angústia”, tornaram-se instáveis, “violentos e fracos, irritáveis e lacrimosos, prontos para matar por uma palavra mal-entendida”¹⁴. O Grande Conselho da Europa, imitado pelo Imperador da Ásia e pelo comitê Supremo Americano, criou novos vocabulários, impondo-os ao uso comum. Instaurava-se uma nova semântica, procurando ocultar a realidade. Por exemplo, quando da impossibilidade de trabalho no calor dos dias cada vez mais abrasivos, estabeleceu-se a obrigatoriedade do trabalho noturno, decretando-se que a partir daí a noite se chamaria dia e o dia se chamaria noite. Também neste contexto, Ryner, do alto de seu anticlericalismo contumaz, afirma que as religiões, que haviam desaparecido neste futuro apocalíptico, retornaram com força, reaparecendo até mesmo “cultos abjetos como o do Dalai Lama e o do infalível Papa”¹⁵.

A lógica inerente a este cataclisma imaginário nos é apresentada no capítulo II do livro, denominado os Hexagramistas. Nele, é descrita uma reunião, realizada no Instituto dos Cientistas Independentes (localizado no Boulevard Michel Savigny), a qual é caracterizada como autogestionária, pois ninguém a presidia e os participantes tinham total liberdade e igual direito de fala e opinião. A situação crítica, porém, criava a necessidade da adoção de alguns rituais, com o objetivo de manter a unidade da comunidade. Desta forma, quem abriu a reunião foi um jovem, que fez as vezes de um semi sacerdote. Primeiramente, ele pronunciou as sílabas do Deus de Israel, Je, significando Eu Fui, Ho, eu sou, e Wah, eu serei¹⁶. Este rito inicial, síntese simbólica do “segredo da evolução dos seres”¹⁷, foi seguido da leitura das profecias de Michel Savigny.

É a crença nas profecias de Michel Savigny, que os une, unidade simbolizada no uso pelos participantes da reunião do símbolo dos “dois triângulos

13 RYNER, Ibid, p. 183.

14 RYNER, Ibid, p. 183.

15 RYNER, Ibid, p. 183.

16 Estas sílabas e seu significado, “Eu fui, Eu sou, Eu serei”, são o título do capítulo 6 da obra de síntese do pensamento de Michel Savigny escrita pelos seus filhos. Ver SIMON-SAVIGNY, Edmond & Georges (ed). Vivre...Mourir...Renaître, op. cit.

17 SIMON-SAVIGNY, op. cit., p. 79.

equiláteros interseccionados—ou, como os iniciados o chamam, um hexagrama”¹⁸. Michel Savigny, nasceu em Soubise (Charente-Maritime), no dia 29 de setembro de 1832, e faleceu em 12 de abril de 1905. Ele havia “procurado as explicações das lendas passadas de boca em boca desde as primeiras eras da humanidade, o significado dos símbolos esculpido nos monumentos das cidades antigas do oriente, o sentido oculto das religiões”¹⁹. Ao fazê-lo, acabou por, supostamente, revelar as bases da ciência moderna, extraíndo “toda uma filosofia”, toda uma moral, cujos princípios relatara oralmente aos seus filhos²⁰, Edmond e Georges Simon-Savigny, a quem responsabilizara por torná-los conhecidos. Para cumprir este desígnio, os irmãos Edmond e Georges, criaram a revista *O Hexagrama*, na qual divulgaram a síntese das conclusões de seu pai, atraindo um círculo de escritores e artistas, entre eles, Han Ryner.

Observe-se que o esforço de síntese de Michel Savigny, dialogava com um contexto geral de fascinação na França, entre a segunda metade do século XIX, e as três primeiras décadas do século XX, com a investigação do sobrenatural e, especialmente, com o espiritismo e com o ocultismo moderno²¹. Lachapelle²² comenta que apesar do ocultismo ser um movimento marginal na França do início do século, “seus ramos rivais e suas teorias conflitantes tinham se tornado parte da paisagem cultural”. Enquanto o espiritismo, liderado por Allan Kardec, procurava afirmar sua crença na “revolução na ciência e na religião” pois, “eles poderiam trazer o amanhecer de uma ciência espiritual e uma fé suportada por evidências concretas”, os ocultistas, por sua vez, ganhavam popularidade com um conjunto de “ensinamentos hete-

18 RYNER, Han., op. cit. , p. 185.

19 SIMON-SAVIGNY, op. cit., p. 5.

20 SIMON-SAVIGNY, *Ibid*, p. 6.

21 Para uma discussão das aproximações e afastamentos entre anarquismo e as tendências espiritualistas e ocultistas. Ver: LAGALISSE, Erica. *Occult Features of Anarchism*. Oakland, CA.: PM Press, 2019. Para PERES (2012), a constituição de novas sociabilidades na modernidade, conduziu a novas formas de associação baseadas, “na adesão voluntária de seus membros”, estando “afastadas do controle do Estado” e que, potencialmente, representavam a ruptura com as instituições tradicionais da sociedade”. Desta forma, as aproximações do anarquismo com correntes espiritualistas e ocultistas, caracterizadas por estas novas formas de associação, como a teosofia, espiritismo e maçonaria, poderia indicar uma estratégia de alianças visando um combate ao dogmatismo clerical e às instituições hegemônicas. Para exemplificar, através do caso brasileiro, este processo de convergências e divergências do anarquismo com correntes como o espiritismo e a teosofia nas primeiras décadas do século XX. Ver: LAURIS JUNIOR, Renato Luiz. *José Otíctica: reflexões e vivências de um anarquista*. Dissertação – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009.

22 LACHAPELLE, Sofie. *Investigating the Supernatural: From Spiritism and Occultism to Psychical Research and Metapsychics in France*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011, p. 56.

rodoxos e esotéricos”²³. A partir de uma orientação mística, eles “esperavam descobrir as revelações perdidas e o conhecimento dos tempos antigos e torná-los relevantes para o mundo moderno. Eles clamavam que a fusão das ciências contemporâneas com as revelações sagradas e antigas poderia levar a uma nova, “completa ciência”²⁴. De maneira geral, estes ocultistas convergiam no esforço de criação de um novo conceito de ciência que deveria incorporar e dar destaque ao “conhecimento antigo e aos métodos de pesquisa esotéricos”²⁵. Eles acreditavam que a autoridade estava localizada principalmente na revelação sagrada e depois nos métodos experimentais e observacionais. Assim, preferiam enfatizar as sensações e os instintos no lugar da racionalização, desaprovando a abordagem hegemônica sobre a natureza, vigente no período. É neste contexto que Savigny, desenvolve a sua teorização, procurando unir Ciência e Tradição, reunindo elementos da tradição religiosa como o budismo e o hinduísmo, elementos da tradição ocultista como o hermetismo, complementando-os com livres interpretações das teorias evolucionistas e físicas do período.

O hexagrama hermético, aquele que “representa as condições de equilíbrio no universo”²⁶, sintetizava, para Poinsot, a teoria de Michel Savigny,

O Hexagrama tem seis pontos, dos quais, um em Capricórnio, e o outro na sua frente, em Câncer, cada um governa um triângulo, e cada triângulo governa uma era geológica, o conjunto deles constituindo as seis eras que a Bíblia chama de seis dias da Criação e da qual a seguinte é a lista à luz da nova doutrina: - 1. Câncer ou Caranguejo. O reino dos crustáceos e moluscos 2. Peixes. O reinado dos peixes. 3. Escorpião. O reinado dos Répteis (originalmente, provavelmente, era uma víbora). 4. Capricórnio. O reinado dos pequenos mamíferos e aves. 5. Virgem. O reinado da placenta-mamífera e mamíferos superiores. 6. Touro. O Reino Humano (a parte que o Touro, o símbolo do homem, desempenha na Tradição é bem conhecida) ²⁷.

23 LACHAPELLE, Sofie. Ibid, p. 12.

24 LACHAPELLE, Sofie. Ibid, p. 12.

25 LACHAPELLE, Sofie. Ibid, p. 45.

26 SIMON-SAVIGNY, op. cit., p. 29.

27 POINSOT, Maffeo. Encyclopaedia of Occult Science, v. VII, Noginski: Osteon Press, 2015, p. 486.

Estas eras não teriam sido eras sucessivas ou contínuas, mas sim, marcadas pela revolução, pela superimposição de uma classe animal superior às outras pelo desejo de ascensão. Esta visão é baseada em uma complexa teoria “fundada como está no estudo analógico das forças elétricas e vitais, baseado em uma primeira força primitiva chamada od”²⁸. O od é a força primária, o princípio primordial, e expressa-se em suas metamorfoses, do od impuro, ou força elétrica e o od refinado, ou força vital. O od impuro teria uma divisão análoga de forças elétricas em quatro classes de átomos materiais: carbono, hidrogênio, oxigênio e azoto. Ao se agruparem de diferentes formas, estes átomos constituiriam todos os “corpos materiais conhecidos”²⁹. O od refinado se traduziria nos átomos psíquicos que seriam de quatro variedades: átomos de sensibilidade, átomos de memória, átomos de razão, átomos de inteligência. O agrupamento destes quatro tipos de átomos psíquicos em diferentes proporções constituiria “todos os centros de força animal, todas as “almas” dos animais e dos homens”³⁰. Para Savigny, o agrupamento físico é provisório, efêmero, enquanto o agrupamento psíquico é indestrutível, imortal. Como o ser psíquico é imortal, ele tende a se aperfeiçoar através de suas reencarnações, acumulando novos átomos psíquicos através dos tempos. Somente quando, após uma sucessão de cataclismas a natureza se coadunasse com o ser psíquico, é que ocorreria a realização plena do ser. Para este autor, as tempestades elétricas e magnéticas nos períodos de cataclisma exerceriam notável influência sobre os seres, tornariam “os corpos fisiológicos mais maleáveis aos desejos do ser psíquico”³¹. Este fenômeno explicava a sucessão das eras, conforme caracterizado na explicação do hexagrama, sendo a base da teoria evolutiva de Savigny.

Em sua teoria, Savigny adota princípios do catastrofismo, ou seja, a visão elaborada originalmente por Cuvier, e fortalecida pelas pesquisas geológicas posteriores, e, parcialmente, pela tendência conservadora de manutenção de uma visão teológica da criação, de que as catástrofes que atingiram a terra periodicamente foram “necessárias para a criação de formas de vida adaptadas as condições em mudança, e que estas mudanças foram marcadas pela descontinuidade e não por uma modificação gradual”³². Por mais que as visões geológicas posteriores não partilhassem desta visão teológica, as pesquisas indicavam que o gradualismo na evolução não era um absoluto,

28 POINSOT, Maffeo. *Ibid*, p. 486.

29 SIMON-SAVIGNY, op. cit., p. 46.

30 SIMON-SAVIGNY, *Ibid*, p. 46.

31 SIMON-SAVIGNY, *Ibid*, p. 85.

32 BOWLER, Peter J. *Evolution: The History of an Idea*. Berkeley: University of California Press, 2003, p. 120.

com os movimentos da terra e o vulcanismo podendo conduzir a drásticas mudanças, como a extinção de espécies e uma rápida evolução. No caso de Savigny, são enfatizadas as catástrofes provocadas por causas astronômicas, que trariam grandes transformações climáticas e tempestades elétricas e magnéticas significativas. Para que as grandes modificações fisiológicas sejam possíveis, ele enfatiza que a “Terra deve estar em condições extraordinárias”³³. Portanto, para ele, “todas as faunas superiores apareceram na terra graças a um cataclisma ígneo ou glacial”³⁴. Os grandes cataclismas que ocorreriam aproximadamente a cada 25.900 anos, e seus efeitos climáticos e sísmicos, seriam causados alternadamente pela “aproximação de uma esfera flamejante como o sol ou de uma esfera fria como a lua”³⁵. Esta visão foi fortalecida por sua adesão à teoria de uma evolução por saltos, como a apregoada por Geoffrey Saint-Hilaire, que argumentava que a pressão ambiental poderia levar a dramáticas transformações, conduzindo a saltos repentinos na evolução, inclusive, à criação instantânea de novas espécies. Lembremos que no início do século XX, Hugo de Vries, fortaleceu a teoria da evolução por saltos, ao propor a sua teoria da mutação, na qual as espécies ao “invés de serem formadas pela seleção natural de variação contínua, as variedades poderiam ser criadas instantaneamente por saltos”³⁶. Segundo Vries, as mutações positivas, que produziam novos caracteres e todas as espécies, passaram por processos velozes de mutações rápidas que espriavam novas variedades desta maneira.

Por outro lado, Savigny também adotou uma espécie de neolamarckismo místico ao enfatizar que os organismos poderiam ser agentes ativos, agentes criativos da sua própria transformação e de sua espécie³⁷, acrescentando, na tradição da magia natural, que o desejo seria fundamental neste processo. Poinot explica sinteticamente esta visão:

Savigny, portanto, assume que não é a função, mas o desejo que cria o órgão. Assim, os peixes parecem nascer do desejo dos crustáceos de se livrar de sua casca dura e de viver a vida livre do oceano, os répteis nasceram do desejo de deixar a água e conquistar a terra (a que eles se adaptaram à medida que os peixes se adaptavam à água), etc. O Ser sente cada vez mais a inferioridade do corpo que habita, e deseja uma constituição superior, mais nobre, mais livre.³⁸

33 SIMON-SAVIGNY, op. cit., p. 84.

34 SIMON-SAVIGNY, *Ibid*, p. 90.

35 SIMON-SAVIGNY, *Ibid*, p. 85.

36 BOWLER, op. cit., p. 269.

37 BOWLER, *Ibid*, p. 238.

38 POINSOT, op. cit., p. 486-487.

Para Savigny, portanto, a compreensão da evolução em suas diferentes fases, só poderia ocorrer se percebermos que “longe de ser um fenômeno fisiológico determinado por circunstâncias externas, a transformação de uma espécie é, pelo contrário, um fenômeno de ordem essencialmente psíquica³⁹”. Ao considerar que os seres procuram, através de suas reencarnações sucessivas, romper com a prisão opaca do corpo, opondo-se a que “o nosso centro psíquico” entre em contato com as forças psíquicas externas, magnéticas ou elétricas”, ele hibridiza sua teoria da evolução com o princípio da transmigração das almas. Logo, para o autor, os seres procuram ter um “corpo menos material, menos denso e com menos necessidades prementes⁴⁰”, tornando-se um ser psíquico para a futura era psíquica.

Em sua novela distópica, Han Ryner, que era amigo dos filhos de Savigny, Edmond e Georges, imagina o processo evolutivo terreno após o cataclisma provocado pelo aparecimento de um segundo sol, a “estrela de fogo”. A remodelação plástica da matéria-espiritual provocada pelo caos evolucionário que se seguiu ao aparecimento deste novo sol, pela influência das extraordinárias tempestades elétricas e magnéticas, foi acompanhada pela possibilidade, por parte de alguns humanos, de redefinir seu próprio ser, corporal e espiritualmente, através da força psíquica do desejo.

Uma Distopia entre Superanjos, Imortais e Superelefantes

No romance, portanto, podemos dizer que a lei da evolução é explicada, entre outros fatores, pelo desejo de ascensão dos seres. Desta forma, Han Ryner inscreve seu romance de maneira original na tendência predominante indicada por Claves⁴¹ de distopias que problematizavam, a partir do final do século XIX, questões referentes ao evolucionismo, como os discursos darwinistas sociais e eugenistas.

Estes seres eram exatamente os hexagramistas, que alertados previamente pelas profecias de Savigny, de que “finalmente, o oceano ferve, erguendo-se em névoas, e essas névoas, envolvendo a Terra, anunciam aos humanos sobreviventes do cataclisma espantoso que a planície pode renascer onde o deserto

39 SIMON-SAVIGNY, op. cit., p. 86.

40 SIMON-SAVIGNY, *Ibid*, p. 93.

41 CLAYES, Gregory. *Utopia: a história de uma ideia*. São Paulo: SESC, 2013.

foi feito⁴², estavam conscientes da possibilidade de remodelação e ascensão dos seus seres.

Se na teoria de Savigny, os seres poderiam através do desejo remodelarem-se gradualmente, em sucessivas reencarnações, visando tornar-se seres diáfanos, querubins, na novela de Han Ryner, há uma abertura para a problematização ética do desejo humano e de sua conformação em outras possibilidades de ser. Potencialidade, inclusive, já indicada pelos irmãos Savigny, que alertavam que a teoria do seu pai seria ainda mais fecunda se “das leis que governam a evolução”, por ele apresentadas, emergisse uma “moral natural”⁴³, aquela baseada no amor e no altruísmo, que conduziria à era da fraternidade.

Assim, na reunião já citada, há um debate sobre qual seria o desejo a definir a forma de ser privilegiada no futuro. O primeiro grupo é aquele que pretende tornar a profecia de Savigny literal, ao desejar transmutar-se em querubins, criando as asas dadas pelo amor: “o amor é o escultor harmonioso que molda toda a matéria na forma do bem, mas o martelo do ódio destrói todas as estátuas; faz uma poeira irritante ridícula dos mármore mais bonitos. Amor, vamos escolher o amor”⁴⁴. O segundo grupo é aquele que tem por lema “vamos colocar um fim para a morte”⁴⁵, demandando o desejo da eternidade e de imortalidade. O terceiro grupo é aquele que aspira maior inteligência e poder, cujo lema é “vamos desenvolver cérebros mais poderosos. Cefalizar nosso ser!”⁴⁶. Em comum, o desejo de remodelação dos corpos para adquirir maior vigor e comando, com pouca reflexão sobre as capacidades de criação e destruição a eles inerentes.

Ryner, experimentando com a teoria de Savigny, descreve o ocorrido no período cataclísmico onde ocorreram mutações do ser, algumas operadas conscientemente pelos hexagramistas, que teriam explorado “curiosamente, o domínio de todas as espécies; para visitá-los, inventaram novas regiões; tentaram mil formas hesitantes que se ofereciam, transformavam-nas, criando assim outras, e depois rejeitavam aqueles envelopes imperfeitos”⁴⁷, graças à “intermediação de elementos mais refinados – eletromagneticamente equivalentes, se desejarem, ou se preferirem, fluidos espiritualmente materiais”⁴⁸.

42 RYNER, op. cit., p. 188.

43 SIMON-SAVIGNY, op. cit., p. 98.

44 RYNER, op. cit., p. 198.

45 RYNER, Ibid, p. 193.

46 RYNER, Ibid, p. 193.

47 RYNER, Ibid, p. 202.

48 RYNER, Ibid, p. 201.

Deste modo, após alguns milênios e explorações multiformes do ser, ocasionadas por diversas reencarnações e metamorfoses, constituiu-se, a partir do iniciado grupo hexagramista, a casta dos super-humanos, dividida em três categorias: aqueles que desejavam as asas do amor e da espiritualidade transmutaram-se nos diáfanos Superanjos; aqueles que desejavam transcender a morte transformaram-se nos encouraçados Imortais; e aqueles que ansiavam pelo poder e inteligência viraram os magnificados Superelafantes. Han Ryner, escreveu uma carta para a brasileira Maria Lacerda de Moura, a sua principal divulgadora no Brasil, transcrita na obra *Amor Plural*, na qual procurou explicar a lógica do seu romance e desses personagens, “A avidez nietzscheniana de dominar criou os Dominadores ou Superelafantes; a tímida avareza, cujo medo de morrer não é senão uma forma, criou os Imortais; mas, o Amor criou os Superanjos”⁴⁹.

Han Ryner nos apresenta uma distopia, um mundo governado pelos Superelafantes ou “dominadores”, adorados como deuses e contando com uma casta de sacerdotes para dirigir seu culto. Estes cultos envolvem desde o sacrifício de crianças, entregues pelos seus adoradores e devoradas “pelos deuses” após devidamente assadas pelos sacerdotes em fornos móveis, até ritos amorosos com sacerdotisas habilidosas que “já haviam excitado e acalmado sua força rígida, e depois a ressuscitado com as mais carinhosas e sensíveis fantasias, por horas a fio”⁵⁰.

Os deuses do oriente, ou Eor, eram 102, 90 deuses e 12 deusas, e os deuses do ocidente ou, Oor eram 45. Os deuses do ocidente viviam em palácios de mármore, em uma cidade de 102 milhões de habitantes com 102 bairros de 1 milhão de habitantes cada. A população de cada bairro era mantida neste número pela atuação dos sacerdotes, que se encarregavam de enviar para as províncias os doentes e incapacitados, as grávidas, os maiores de 40 anos. Em troca, as províncias, além das crianças destinadas às mesas ou serviços dos deuses, tinham de enviar jovens homens entre 18 e 20 anos, e belas mulheres entre 15 e 18 anos. No centro de cada bairro havia um monte natural ou artificial, cercado por um parque chamado paraíso, e no seu topo um monumento chamado *heaven*, que compreendia um templo, um vestíbulo e um palácio. Neste espaço dois mil sacerdotes e duas mil sacerdotisas serviam e adoravam ao seu deus específico.

49 RYNER, Han apud MOURA, Maria Lacerda de. Han Ryner e o Amor Plural. São Paulo: Editora Unitas, 1933, p. 254.

50 RYNER, Han. op. cit., p. 226.

Os Imortais se autodefiniam como aqueles que se “tornaram pequenos para deixar pouco espaço a morte, e nos tornamos duros, tão duros quanto o ferro, e nos tornamos lentos, quando nos dignamos a nos mover”⁵¹. Procurando a imortalidade, eles seguiram uma preocupação primordial do ser ao encarnar, que “era cercar-se de uma couraça de átomos naturais” para se proteger. Segundo Savigny, “o ser procurou esconder-se nas profundezas da matéria”⁵². Contudo, contraditoriamente, após séculos de isolamento, os seus corpos encoraçados viraram uma prisão, sendo facilmente submetidos pela violência e força dos Superelefantes, que objetivavam a maior concretização do seu poder “divino”.

O terceiro grupo, os Superanjos, ou os Amours, eram em número de 40, sendo seres alados e andrógenos que são descritos como de “proporções inesperadas, mais nobres do que proporções humanas, mais pensativas do que a beleza viril, mais tocantes que a graça feminina”⁵³. Eles voam e dançam no ar exalando perfumes e sons inebriantes, cantando odes ao amor. Eles apresentam efeitos desalienantes sobre os seres humanos, que, por sua vez, são apresentados como seres escravizados pelos Superelefantes, pois

não havia nada particularmente notável sobre os humanos dessa época. Eles foram, como em outros séculos, covardes e gananciosos: covardes o suficiente para matar ou morrer pelas ordens de um mestre; covardemente o suficiente para sacrificar, sob ordens de um mestre, os tesouros miseráveis de seus corações enlouquecidos, os falsos bens pelos quais eles sacrificavam rotineiramente suas vidas e as dos outros⁵⁴.

O romance apresenta o processo de busca de acréscimo de poder e superação dos limites pelos Superelefantes. Após dominarem os imortais, os Superelefantes do oriente entram em guerra com seus equivalentes do ocidente. O objetivo é a correção de uma “assimetria”. Os 102 “deuses” do oriente possuíam uma menor extensão territorial e um menor número de humanos sobre o seu controle do que os 45 Superelefantes do oriente. A guerra se fez tendo como dano colateral um alto grau de mortandade humana, sendo resolvida, por fim, a favor do ocidente, após um conflito direto entre os “deuses” no campo de batalha.

51 RYNER, *Ibid*, p. 213.

52 SIMON-SAVIGNY, *op. cit.*, p. 87.

53 RYNER, *Han. op. cit.*, p. 206.

54 RYNER, *Ibid*, p. 216.

Esta batalha entre os Superelefantes é seguida pela tentativa dos dominadores vencedores em aprisionar ou cooptar os Superanjos. Após algumas tentativas, conseguem aprisionar os Amours, entretanto, tiveram que soltá-los por não conseguirem lidar com seus tristes cantos de amor e sua exasperante resistência passiva e pacífica. O romance termina com os dois Superelefantes principais conversando sobre seus sonhos de dominação e ampliação das capacidades do seu ser para infinitas formas e poderes.

Os Superelefantes de Ryner: uma crítica aos autoritarismos e ao egoísmo nietzschiano

Os Superelefantes são descritos como:

vastos que nossos elefantes asiáticos, eles quase igualam a estatura dos antigos mamutes – mas eles tinham duas trombas. A da esquerda permanecia a mais hábil e forte dos órgãos preênsis. A da direita, se alguém fosse descrever, tinha algo humano nela; sua extremidade abrindo como nossas bocas, permitia um vislumbre dos dentes, uma língua e uma espécie de garganta⁵⁵.

Isso permitia que esses seres tivessem uma linguagem articulada, “quase harmoniosa”⁵⁶. O corpo dos “dominadores” também é descrito como “dos mesmos ombros dos quais desceriam as duas pernas anteriores, brotam dois braços e mãos”⁵⁷, similares em formas aos humanos.

Esta descrição é acompanhada por uma crítica perspicaz de Ryner à figura do super-homem, especialmente o nietzschiano, como fruto de uma vontade de poder egoísta e sem limites, na lógica de exaltação do senhor contra o escravo. Esta crítica é reiterada, pois em outros momentos de sua obra, como no diálogo imaginário entre o judeu Ahasherus e Nietzsche, colocou nos lábios do filósofo a afirmação,

Fiz-te ver a necessidade de uma nova ordem e de uma nova escravidão. Para todo reforço, para cada elevação do tipo Ho-

55 RYNER, Ibid, p. 217.

56 RYNER, Ibid, p. 217.

57 RYNER, Ibid, p. 217.

mem, é necessária, meu filho, uma nova espécie de servidão (...) será necessário pôr entre os homens cada vez mais guerra e desigualdade⁵⁸.

Para o Nietzsche deste diálogo, “o homem é algo que deve superar-se. Que ele seja a flecha do desejo a ser arremessada para a outra margem”⁵⁹. Esta afirmação é rebatida com uma diferente compreensão de super-homem por Ahashevus, “todos os super-homens serão grandes e iguais, e não restarão mais homens que queiram servir como escravos”⁶⁰. Nietzsche, transtornado com essa sugestão de igualdade entre os seres humanos, reage violentamente com um tom marcado pelo antissemitismo: “Judeu hediondo, miserável pregador da igualdade, afasta-te do teu caminho! Desprezo aquele que reclama igualdade e justiça”. Ahashevus rebate, afirmando, “Jamais houve ruína igual ao teu pensamento”⁶¹. Seguindo esta crítica à visão do Super-homem, no romance de Ryner, o desejo de domínio nietzschiano é tratado de forma irônica, pois os Superelefantes, que inclusive se autodenominam de deuses ou dominadores, estão voltados à satisfação dionisíaca e predatória de seus imensos apetites sexuais e de poder.

A novela, publicada em 1929, também procura, em um contexto de ascensão do fascismo⁶², criticar uma aristocrática e autoritária defesa na literatura, da configuração do super-homem por intelectuais protofascistas e fascistas, baseada em uma interpretação peculiar do evolucionismo. Gabrielle D’Annunzio⁶³, por exemplo, de maneira reducionista, em romances como *Terra Vergini* e *Le Vergini dele roce*, considerou a hereditariedade como transmissão dos genes superiores, sendo a seleção natural vista a partir de uma compreensão

58 Id, 1966, p. 91-92.

59 RYNER, op. cit. , p. 86.

60 RYNER, Ibid, p. 91.

61 RYNER, Ibid, p. 93.

62 É importante ressaltar a crítica de Han Ryner ao fascismo, presente, por exemplo, em seu prefácio à obra de BORGHI, Armando. Mussolini en chemise. Paris: Les Editions Rieder, 1932. Han Ryner também expressou seu antifascismo, entre outras ações, na adesão, conforme Louis Simon, ao Comitê Mundial contra a Guerra e o Fascismo em 1936, ver: SIMON, Louis. Un individualiste dans le social: Han Ryner. Paris: Groupe Maurice-Joyeux, 2003, p. 24.

63 Gabrielle d’Annunzio (1863-1938), foi um romancista, dramaturgo e poeta italiano. Entre outras obras escreveu os romances *Le Vergini dele Roce* (1895) e *Il Fuoco*(1900), as tragédias *La Gioconda*(1899) e *Fedra*(1909) e o poema *Canto Novo*(1882). Envolveu-se em uma experiência protofascista ao liderar a invasão da cidade de Fiume, em 1919, com um exército nacionalista voluntário, e proclamar-se como Duce. A experiência terminou no final de 1920, com o bombardeio da cidade pela marinha italiana e a consequente rendição de d’Annunzio e seu exército.

classista e fortemente racista, como a afirmação da inexorável superioridade das elites aristocráticas sobre as classes populares condenadas à servidão. Também nos interessa a celebração por D'Annunzio da unidade homem-animal como característica do super-homem, aquele que não coloca limites a seu instinto de dominação, de brutalidade, de sensualidade⁶⁴ (Merlino, 2016). Desta maneira, os Superelefantes poderiam simbolizar criticamente no romance de Ryner, a desmedida ambição e riqueza das elites autoritárias e a exaltação do seu poder encarnado no usufruto, encarado como exclusivo e inerente, da violência e da luxúria animal.

Stableford comenta que a utilização por Ryner, dos Superelefantes como imagem da espécie dominadora deste novo tempo, pode remeter à conclusão do romance *Le Voyage*(1901) de J. H. Rosny⁶⁵ na qual, ao descrever uma relação quase simbiótica entre seres humanos e seus protetores elefantes em um enclave africano, comentou que se os elefantes tivessem duas trombas eles seriam a espécie dominante na terra⁶⁶. Uma outra aproximação simbólica possível, empreendida por Ryner, é com a figura de Ganesha, um dos principais deuses do hinduísmo, e que é considerado o mestre do intelecto, da sabedoria e chefe dos exércitos celestiais, e que representa, simbolicamente, a encarnação de todo o cosmos. Corin Braga⁶⁷, argumenta que esta encarnação dos super-homens nietzschianos em paquidermes com características intensificadas expressa uma ironia contumaz de Ryner. Para ele, este aspecto “implica uma inversão da hierarquia biológica na terra”, uma distopia liderada por animais, “na qual o homem é possuído pela besta interior”⁶⁸. Poderíamos pensar com Célia Magalhães que a utilização destes monstros no romance faz parte de uma “estratégia discursiva que leva a articular as diferenças radicais entre os modos de ser radicalmente contrários,

64 MERLINO, Alessandro. *L'evoluzionismo nella letteratura italiana*. Tricase: Edição do Autor, 2016. Observe-se que já em 1904, Ryner criticou veementemente este aspecto da obra de d'Annunzio, “uma febre de sucesso, de prazer e dominação tão ardente quanto aquela de d'Annunzio não é sem delírio de crueldade(...)d'Annunzio, lírico espumando com todas as insanidades afrodisíacas e destrutivas, é uma das grandes vergonhas do nosso tempo” ver: RYNER, Han. *Prostitués:Études Critiques*.Paris: Société Parisienne d'Édition, 1904, p. 209-216.

65 J. H. Rosny aîné(1856-1940) foi um escritor francês de ficção científica que publicou, individualmente, mais de 106 obras, além de 47 em parceria com seu irmão J.-H. Rosny jeune . O seu romance *La Guerre de feu* (1909) foi filmado em 1982 por Jean-Jacques Annaud.

66 STABLEFORD, op. cit., p. 217.

67 BRAGA, Corin. Réversion des espèces et réduction à l'absurde: paraboles antiutopiques animalières. *Caietele Echinox*, vol. 31, 2016, pp. 287-300.

68 BRAGA, Corin. Réversion des espèces et réduction à l'absurde, op. cit., p. 287.

tornando possível renomear, transformar e apropriar, num movimento que vai da identificação à alienação total”⁶⁹.

Evolução e Ética: os Superanjos

Na mesma carta, já citada de Han Ryner para Maria Lacerda de Moura, ele comentou “Amará, creio, os diversos cânticos dos Superanjos, nos quais procurarei exprimir, com graça, o essencial de minha filosofia”⁷⁰.

Ryner, sintetiza nos Superanjos a sua visão da necessidade de união entre evolução e ética. Os cânticos dos Amours expressam os princípios básicos de sua visão anarquista individualista. O primeiro deles era o desejo da harmonia através do amor. Foi o amor que deu asas aos anjos e que proporcionou a vitória sobre o ódio, a inveja e o ciúme. Assim, essencialmente, eles louvam o amor, “Não há força benevolente exceto a do amor e seu calor. O amor é, simultaneamente, o único sol que pode trazer o florescer e a única flor que pode florescer”⁷¹.

Para chegar ao amor, os Superanjos cantam que foram necessárias renúncia e sabedoria. A renúncia, primeiramente, dentro da tradição anticlerical libertária, aos falsos deuses e à submissão religiosa, “A renúncia de bens falsos, a rejeição de fardos pesados e espinhosos - ó liberdade!”. Para os Superanjos, “o único Deus é chamado Amor”⁷². Também defendem a renúncia aos excessivos desejos materiais, à alienação trazida pelo consumismo, “As coisas não têm nada de amável. As coisas não têm coração e meu amor não pode ser por elas. As coisas só têm valor como suporte para os seres vivos”⁷³.

A renúncia ao consumismo e à religião deve ser acompanhada pela sabedoria, especialmente pela sobriedade de não ter nada além do necessário. No caso dos Superanjos, eles concretizam esses desígnios ao voarem desnudos e livres e alimentarem-se frugalmente: “Uma fruta satisfaz nossa fome mais extrema. Normalmente, basta uma flor, ou uma folha perfumada”⁷⁴. Ryner aproveita esse momento do cântico dos Superanjos para fazer a defesa do

69 MAGALHÃES, Célia. Os monstros e a questão racial na narrativa modernista brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 26.

70 RYNER, Han apud MOURA, Maria Lacerda de. Han Ryner e o Amor Plural, op. cit., p. 254.

71 RYNER, op. cit. , p. 268.

72 RYNER, Ibid, p. 267.

73 RYNER, Ibid, p. 208.

74 RYNER, Ibid, p. 209.

vegetarianismo, pois a sobriedade os isenta de necessidades como aquelas que sobrecarregam os “comedores fedorentos de carne”⁷⁵.

Os Superanjos também manifestam um ideário anarquista quanto ao poder. Eles declaram, quando intimados a prestarem homenagens e adorarem aos Superelfantes, “o poder de um ser vivo sobre seres vivos sempre leva à maldade e opressão”⁷⁶ e exaltam a liberdade, “nossos ritmos, cores e música apenas distribuem suas virtudes na liberdade dos corações”⁷⁷. Quando temporariamente aprisionados pelos Superelfantes, eles resistem, pois cantando a “selvagem liberdade do amor, você recusa tudo que é limite ou uma pausa. Promessas e juramentos, venenos mais sutis, servidões mais covardes”⁷⁸.

Os Superanjos também professam, a exemplo de Ryner, convicções pacifistas, “o desprezo por todas as armas e toda a violência é o começo da sabedoria e o limiar do amor”⁷⁹. Desta forma, o antimilitarismo também é expresso, “qualquer exército é o inimigo do verdadeiro Deus”, o amor. O cântico dos anjos é um canto de defesa da não violência, “nenhuma violência pode proteger o amor e a vida. Toda violência fere o amor e a vida”⁸⁰.

Conclusão

Han Ryner se apropria da teoria hexagramista de Savigny em diferentes sentidos e sinais. Por um lado, mantém os traços fundamentais da peculiar teoria evolucionista de Savigny, que hibridiza o catastrofismo com a teoria dos saltos, neolamarckismo e ocultismo. Ryner, poeticamente, como vimos, adota os princípios gerais desta teoria em seu texto. Ele, como anarquista individualista, simpatizava com as visões neolamarckistas que relativizavam e combatiam o papel determinístico estabelecido pelo darwinismo social acerca da seleção natural, especialmente a luta pela sobrevivência, e a sobrevivência dos mais aptos, abrindo espaço para a importância, radical na sua novela, como entrevisto no processo de auto constituição dos super-humanos, da ação do indivíduo para a alteração do seu destino. Contudo, a apropriação da teoria de Savigny no romance serve, principalmente, a uma reflexão ética sobre a evolução humana e a responsabilidade última dos seres na construção de si próprios nas sociedades monstruosamente desiguais.

75 RYNER, *Ibid*, p. 210.

76 RYNER, *Ibid*, p. 256.

77 RYNER, *Ibid*, p. 257.

78 RYNER, *Ibid*, p. 273.

79 RYNER, *Ibid*, p. 267.

80 RYNER, *Ibid*, p. 268.

A novela também é marcada por um forte viés anticlerical e por críticas, características do pensamento libertário, ao autoritarismo, às estruturas injustas capitalistas e seus processos de alienação humana, as quais normalmente são expressas pelos Superanjos e sua convicção no papel do amor, na defesa da harmonia, na atitude pacifista, na apologia da simplicidade e de resistência não-violenta ao poder.

Referências

- BOWLER, Peter J. *Evolution: The History of an Idea*. Berkeley: University of California Press, 2003.
- BRAGA, Corin. Réversion des espèces et réduction à l'absurde: paraboles antiutopiques animalières. *Caietele Echinox*, vol. 31, 2016, pp. 287-300.
- CLAYES, Gregory. *Utopia: a história de uma ideia*. São Paulo: SESC, 2013.
- FRIGERIO, Vittorio. *La Littérature de l'anarchisme: Anarchistes de lettres et lettrés face à l'anarchisme*. Nouvelle édition [en ligne]. Grenoble: UGA Éditions, 2014.
- LACHAPELLE, Sofie. *Investigating the Supernatural: From Spiritism and Occultism to Psychical Research and Metapsychics in France*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011.
- LAGALISSE, Erica. *Occult Features of Anarchism*. Oakland, CA.: PM Press, 2019.
- LAURIS JUNIOR, Renato Luiz. *José Oiticica: reflexões e vivências de um anarquista*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009.
- MAGALHÃES, Célia. *Os monstros e a questão racial na narrativa modernista brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MERLINO, Alessandro. *L'evoluzionismo nella letteratura italiana*. Tricase: Edição do Autor, 2016.
- MOURA, Maria Lacerda de. *Han Ryner e o Amor Plural*. São Paulo: Editora Unitas, 1933.
- PERES, Fernando. *A. João Penteadó: O discreto transgressor de limites*. São Paulo: Alameda, 2012.
- POINSOT, Maffeo. *Encyclopaedia of Occult Science*, v. VII, Noginski: Osteon Press, 2015.
- RYNER, Han. *Manual Filosófico do Individualista*. Rio de Janeiro: Germinal, 1966.
- RYNER, Han. *Prostitués: Études Critiques*. Paris: Société Parisienne d'Édition, 1904.
- RYNER, Han. *The Superhumans*. Tarzana, CA: Black Coat Press: 2011.
- SARGENT, Lyman Tower. *What is a utopia?* *Morus*, n. 2, p. 153-160, 2005.

SARGENT, Lyman Tower. Utopianism: A Very Short Introduction. New York: Oxford University Press, 2010.

SIMON, Louis. Un individualiste dans le social: Han Ryner. Paris: Groupe Maurice-Joyeux, 2003.

SIMON-SAVIGNY, Edmond & Georges(ed). Vivre... Mourir... Renaitre: Résumé des theories hexagrammistes. Paris: Editions Chacornac Frères, 1942.

SOON, Richard D. Sex, Violence, and the Avant-garde: Anarchism in Interwar France. University Park: The Pennsylvania State University, 2010.

WILSON, Jessica. & LAW, Stephen. Um breve guia sobre aquecimento global. Ministério das Relações Exteriores e Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2010.

Recebido em 26 de novembro de 2021
Aprovado em 23 de julho de 2023

GILSON LEANDRO QUELUZ

Processos Criminais e a Escrita jornalística na Construção da Memória e da Identidade local no Sudeste da Amazônia Legal¹.

Criminal Processes and Journalistic Writing in the Construction of Memory and Local Identity in the Southeast of Legal Amazon.

<https://doi.org/10.26512/rhh.v10i19.39054>

Marilza Sales Costa

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

<https://orcid.org/0000-0001-9639-4718>
costa_marilza@yahoo.com.br

Como citar:

COSTA, Marilza Sales. Processos Criminais e a Escrita Jornalística na Construção da Memória e da Identidade Local no Sudeste da Amazônia Legal. *História, histórias*, Brasília, v. 10, n. 20. jul./dez. 2022.

¹ Este trabalho constitui parte da pesquisa Pós Doutoral desenvolvida em História na linha de pesquisa História Cultural memórias e identidades. Universidade de Brasília - UNB.

Resumo

O artigo analisa os processos criminais e a escrita jornalística na construção da memória e da identidade local no sudeste da Amazônia Legal constituindo parte do projeto de pesquisa “História, Memória e Representações nos processos criminais de homicídios ocorridos na mesorregião do sudeste do Pará (Amazônia Legal): período de 1920 a 1970. Trabalho desenvolvido através de um estudo quantitativo e qualitativo no acervo documental em “arquivo inativo” do Fórum da Comarca de Marabá-PA em convênio com o Centro de Referência em Estudos e Pesquisa sobre a História e Memória da região Sul e Sudeste do Pará-(CRHM/Unifesspa/2018). Realizando pesquisa bibliográfica e de campo dando ênfase as narrativas discursivas de natureza criminal produzidas nas sentenças e as ocorrências e os sujeitos dos litígios em questão. Assim, problematizando e delineando o cotidiano através da imprensa escrita jornalística local e do “acervo fotográfico” da Casa da Cultura de Marabá-PA (CCM).

Palavras-chave

Processos; imprensa; memória.

Abstract

The article analyzes criminal processes and journalistic writing in the construction of memory and local identity in the southeast of the Legal Amazon as part of the research project “History, Memory and Representations in Criminal Proceedings of homicide Occurred in the Southeastern Pará Meso-region (Legal Amazon): period from 1920 to 1970. Work developed through a quantitative and qualitative study in the documentary collection in “inactive file” of the Forum of the Judicial District of Marabá-PA in an agreement with the Reference Center for Studies and Research on History and Memory of the South and Southeast of Pará-(CRHM/Unifesspa/2018) conducting bibliographical and field research emphasizing the discursive narratives of a criminal nature produced in the sentences and occurrences and the subjects of the disputes in question. Thus, problematizing and outlining the daily life through the local journalistic written press and the “photographic collection” of the Casa da Cultura de Marabá-PA (CCM).

Keywords

Processes; press; memory.

I - Os Primeiros Passos da Pesquisa

O presente artigo “Processos criminais e a escrita jornalística na construção da memória e da identidade local no sudeste da Amazônia Legal” constitui parte do Projeto maior Pós-doutoral em “História, Memória e Representações nos processos criminais de Homicídios ocorridos na mesorregião do sudeste do Pará (Amazônia Legal): período de 1920 a 1970”, vinculado a linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História-PPGHIS/UnB: História cultural, Memórias e Identidades.

No intuito de alcançarmos os objetivos propostos na pesquisa e de compreendermos os discursos que permeavam a memória e a identidade no período de estudo, através do convênio entre o Centro de Referência em Estudos e Pesquisa sobre a História e Memória da região Sul e Sudeste do Pará-(CRHM/Unifesspa/2018), e o Fórum de Marabá-PA, elaboramos e desenvolvemos ações para dar conta do “acervo inativo” primário de natureza cível e criminal a ser captado, restaurado, indexado e disponibilizado para estudo. Realizamos um levantamento dos processos finalizados que se encontravam no “arquivo inativo” do Fórum da Comarca de Marabá-PA, em torno de 10 toneladas de papel e/ou aproximadamente 1.000 km lineares de documentos em estado de armazenamento em vias de descarte que necessitavam de organização e melhoria nas condições de preservação e uso.

Interessados em encontrar os processos do período de 1920 a 1970, higienizamos e organizamos os processos criminais e cíveis que conservavam informações importantes na compreensão da memória e da história da região; particularmente, os crimes de homicídios nos chamou atenção por ser uma região conhecida pela memória local de “Marabala” por altas taxas de assassinatos no campo, apresentando 09 (nove) municípios atendidos pelo Fórum de Marabá-PA e, se constituindo em 39 (trinta e nove) a partir da metade da década de 1980. Diante de um levantamento inicial constatamos a viabilidade de dados para execução e finalização da pesquisa.



Figura 1:
Processos cíveis e criminais-captação, higienização, organização.

Fonte:
Arquivo do (a)
autor(a), (2019).

A saber, historicamente, o Fórum de Marabá-PA, foi criado pelo Decreto número 3.057, de 27.02.1914 e tendo como primeiro Juiz o Dr. José Elias Monteiro Lopes.² Atualmente, a Lei 8159, de 08 de janeiro de 1991 no Brasil dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.³ Nesse caso, os “arquivos inativos” que já foram finalizados, arquivados e não são considerados sigilosos e vistos como documentos públicos sua gestão está diretamente relacionada ao exercício de suas funções. O caso do “acervo inativo” do Fórum de Marabá-PA, cobrindo um período da história de ocupação da mesorregião do sudeste paraense na Amazônia Legal entre 1920 a 1970, e servindo para pesquisa para o público em geral.

Nesse sentido, o convênio entre Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará localizado na cidade de Belém-PA, tendo como objetivo disponibilizar a documentação que compõe o Acervo Histórico de documentos judiciais do TJ/PA, localizado na Comarca do Fórum de Marabá, cedeu o acesso a processos anteriores ao ano de 1988, para que fosse tratado, catalogado, controlado e preservado, garantindo o acesso e a manutenção da memória social às gerações futuras, além da realização de pesquisas científicas na construção do conhecimento da história das relações sociais e culturais da Amazônia Legal. O convênio foi fundamentado na Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes à matéria e publicado no Diário Oficial da União, n 110, de 02 de abril de 2018. No acervo transferido à UNIFESSPA, nos primeiros meses do ano de 2019 foram captados, aproximadamente, 1.900 (Um mil e novecentos) processos no geral e até o momento higienizados e preliminarmente catalogamos (973), e transferidos ao Centro de Referência em Estudo, Pesquisa e Extensão sobre a História e Memória da região Sul e Sudeste do Pará-CRHM.

2 Para mais informações ver: Câmara Municipal de Marabá. Histórias do Legislativo (1913-2014), CMM, 2014, p. 12-13. Disponível: <http://maraba.pa.leg.br/institucional/ouvidoria/20200626122352>. Acesso em: 12 jan. de 2019.

3 BRASIL. Presidência da República. Decreto n.º 3.057, de 27.02.1914. BRASIL. Presidência da República. Lei 8159, de 08 de janeiro de 1991. BRASIL. Presidência da República. Lei 8.666/93. Disponível: <https://www.bcb.gov.br/pre/leisedecretos/Port/lei8666.pdf>. Acesso em: 03 de mar. de 2019.

ANOS	LITÍGIOS	PROCESSOS	ANOS	LITÍGIOS	PROCESSOS
1932 - 1988	Acidente de trânsito	10	1955 - 1989	Defloramento	11
1932 - 1988	Ação de Alimentos	23	1958 - 1985	Demarcação de Terras	9
1935 - 1977 1977 - 1982 1982 - 1984 1984 - 1987 1987 - 1997	Alvará Judicial	18 17 17 18 18	1958 - 1979	Dependência econômica	18
1942 - 1988 1956 - 1990	Assento de óbito	15 18	1940-1960	lesões corporais	36
1947 - 1987	Ação de Arresto	17	1932 - 1990	Estupro	5
1979 - 1984	Adoção	15	1947 - 1972	Escrituras	15
1950 - 1981 1981 - 1984 1984 - 1989	Ação executiva Fiscal	17 20 16	1930 - 1980	Estelionato	5
1932 - 1952 1952 - 1969 1969 - 1972 1973 - 1977 1977 - 1979	Ação de Execução forçada	15 28 31 18 15	1932 - 1963	Falsidade Ideológica	8
1960 - 1987 1939 - 1982 1982 - 1986 1986 - 1989	Ação de despejo Separação	15 19 18 13	1950 - 1973	Falência	7
1975 - 1976	Acidente seguido de morte	2	1946 - 1953	crime de sedução	4
1949 - 1976	Afogamento	15	1932 - 1985 1985 - 1987 1987 - 1989	Guarda Menor	22 23 20
1942 - 1989 1986 - 1990	Busca e apreensão Tráfico	22 8	1971 - 1983 1983 - 1985	Guarda Permanente	17 13
1947 - 1988 1942 - 1988	Carta predatória Infrações Penais	18 11	1932 - 1988	Habeas Corpus	12
1932 - 1959 1956 - 1989 1979 - 1987	Inventário	15 23 17	1939 - 1989	Indenização	7
1932 - 1959 1959 - 1974 1974 - 1979 1979 - 1984 1984 - 1987	Manutenção de posse	4 12 21 22 9	1942 - 1989	Injúria	1
1955 - 1988 1942 - 1989	Mandado de Segurança Registro Nascimento	5 22	1979 - 1987	Justiça Gratuita	6
			1932 - 1959 1959 - 1987	Licença para advogar	6 14
			1945 - 1953	Naturalização	3
			1947 - 1959 1947 - 1974 1978 - 1987	Registros eleitorais Reclamação Trabalhista	15 9 16 33

Tabela 1: As tipologias dos processos cíveis e criminais - 1932-1997.

Fonte: Acervo Fórum e CRHM/Marabá-PA (2018/2019) elaboração autora (2019).

Sobre a importância dos “arquivos inativos”,⁴ nos faz lembrar que os arquivos reúnem, em sua essência, fragmentos históricos que contém experiências individuais e coletivas, que ao acessarmos nos permitirá conhecer referenciais de memórias identitárias potencializadas por sentidos simbólicos⁵ importantes na compreensão da formação das identidades histórico sociais.

Ao procurarmos desenvolver um estudo quantitativo sobre os “arquivos inativos” processuais, vemos que na tabela 1 (acima) encontramos ações contra a propriedade e contra a vida humana, podendo verificar a intermitência de algumas ações civis: a Ação de Execução forçada (1932-1979), quando um devedor não satisfaz o credor, o Estado intervém no patrimônio do devedor tornando-se efetivo o direito do credor (CPC, 1973, art. 621)⁶ outras ações mais frequentes em décadas. Em outro momento podemos encontrar litígios sobre a manutenção de posse (1932-1987), Alvará Judicial (1935-1997) e Inventário (1932-1987). Porém, surge com regularidade ações como separação (1939-1989), Guarda de Menor (1932-1989) e permanente (1971-1985) e Reclamações trabalhistas (1947-1987). As demais configuram-se como recorrentes no período. No caso das ações criminais que refletiram as construções e vivências de homens e mulheres do século XX e, se tratando da mesorregião do sudeste paraense da Amazônia Legal, constatamos em dados levantados sobre a origem de nascimento da maioria dos migrantes de outras regiões, esses eram provenientes do Estado do Goiás e do Maranhão.

De acordo com Velho (1972)⁷, a partir da década de 1920, ocorreram várias frentes migratórias, temporárias e sazonal (inverno, verão) à região. Houve o deslocamento de sujeitos destinados a trabalhar na extração e comercialização da castanha do Pará e/ou nos garimpos de diamante existentes no rio Tocantins. Segundo o autor, a região possuía, aproximadamente, 3 (três) mil habitantes, sendo que boa parte viviam em palhoças sem qualquer infraestrutura, além da população indígena (figura 1 abaixo). Esse movimento estendeu-se até a década de 1960 com a maior taxa de migração no período do verão, aumentando consideravelmente o percentual da população.

4 KICH, T. J. F.; KONRAD, G; PEREZ, C. B. O poder Judiciário e as fontes para a História da sociedade. X Encontro Estadual de História. O Brasil no Sul: Cruzando Fronteiras entre o regional e o nacional. Universidade Federal de Santa Maria - RS, 2010.

5 Para mais informações ver: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 8. Ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

6 Código de Processo Civil -Lei 5869/73, de 11 de janeiro de 1973. Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/> Acesso em: 05 mar. de 2019.

7 VELHO, Otávio. Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.



Ressalta-se que no sudeste do Pará tem sido, tradicionalmente, reconhecido (por longa década) na memória popular como “palco” de violência e da ocorrência de homicídios por posse e expropriação da terra, do controle da mão de obra barata e/ou escrava, de conflitos indígenas e da presença de uma oligarquia que assegurou o poder político e econômico alicerçado na “lei da obediência” e da “força” (EMMI, 1999).⁸

Nesse sentido, ao estudarmos as bibliografias pertinentes ao período (1920 a 1970): Velho (1972), Sousa (1992), Araújo (1996), Emmi (1999), Petit (2003), Costa (2020) e outros, que versam sobre a ocupação e migração da região passamos a conhecer a historiografia local sobre os ciclos econômicos e os fluxos migratórios. Esses, considerados por alguns autores como grandes potencializadores de conflitos e geradores de mortes.

8 EMMI, M. F. Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais. 2.ed. Belém. Núcleo de Altos Amazônicos. 1999.

Figura 2: Índios da etnia Gavião e população cabocla posseira (Goiás/Maranhão) vivendo em palhoças (1950 a 1960).

Fonte: Arquivo Público/ Fundação Casa da Cultura (2019).

Na busca de compreender a História, as Memórias identitárias e as representações no processo migratório da região, além das mazelas sociais “encrostadas” no imaginário local, passamos a realizar uma análise qualitativa no intuito de diminuir qualquer distância entre a teoria e os dados encontrados na pesquisa, buscando estudar as observações e os fatos que estivessem relacionados ao estudo proposto. Assim como, realizamos uma análise quantitativa no estudo de uma descrição das causas do fenômeno e das relações possíveis entre as variáveis, procurando uma certa regularidade e as relações entre os fenômenos. Tais observações nos levou a discorrer sobre “o lugar” da Memória e das identidades no período (1920-1970), utilizando como recurso, mesmo que minimamente, as fontes da imprensa escrita jornalística local e o “acervo fotográfico” da Casa da Cultura de Marabá-PA (CCM), já que no período em estudo ainda tem sido analisado de forma dispersa e fragmentada nos escritos populares e acadêmicos na região.

Nesse contexto, nos propomos nesse artigo, compreender a realidade como representação, trazendo visibilidade a memória e a identidade. Assim como, discorreremos sobre algumas narrativas do fenômeno “homicídio” na “história local”, sendo que esse “local” pensado como espaço de reflexão não estando pronto e acabado, ou seja, apresentando o “local” como palco principal de convergência de ações e, vendo-o além das dimensões físicas, pois as narrativas são plurais comprometidas com aqueles que dela se utilizaram não possuindo verdades absolutas e não nos esquecendo que

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalização de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam [...] as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas).⁹

Assim, a construção da memória e das identidades forjadas na formação e organização da história da mesorregião do sudeste paraense da Amazônia Legal não são consideradas “neutras” e nem isentas de estarem permeadas por interesses diversos e de classes, podendo ser reconhecida, também, nos processos criminais do período (1920-1970) a ser estudado.

9 CHARTIER, R. A História Cultural: Entre Práticas e Representações. Lisboa: DIFEL, 1990, p.17.

II - O “lugar” da Memória e das Identidades (1920-1970)

Maluf,¹⁰ comenta o sentido do “lugar” o vê como algo pertencente a memória “[...] um dos elementos que dá unidade a um grupo (...) que reside a própria existência do grupo que retém do passado aquilo que está vivo, ou mesmo aquilo que ainda é capaz de viver na consciência do grupo”. Ao longo desse trabalho, nos interessamos em estudar e compreender o caráter narrativo da construção da memória e da identidade local “ordenando e ligando as imagens”, fotográficas e jornalísticas, de forma lógica e seqüencial sem nos esquecermos do caráter social e, a partir dessa articulação organizando uma análise da constituição histórica e social do sudeste paraense da Amazônia Legal [...] com 5.035.070 Km, isto é, 59% da área do Brasil”.¹¹ Tendo como um dos estudos realizados o levantamento de dados e de análise da ocorrência da violência nos processos criminais da época sendo um dos grandes recursos na compreensão da dinâmica histórica e social da região.

Nesse sentido, a “compreensão da natureza do trabalho” também possui um grande peso no entendimento dos diferentes usos dos recursos naturais, das formas de trabalho e dos sujeitos envolvidos no processo. Assim, passamos a analisar os chamados “ciclos econômicos” (1920-1970) ocorridos na região através das notícias expressas na imprensa escrita jornalística local e do “acervo fotográfico” da Casa da Cultura de Marabá-PA (CCM) nos possibilitando um conhecimento a mais sobre a memória e a identidade local.



Figura 3:
Trabalhadores e Residências (barracões) na região (década 1920).

Fonte:
Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura (2019).

10 MALUF, Marina. Rótulos da memória. São Paulo: Siciliano, 1995, p.43.

11 PETIT, Pere. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-64. Belém: Paka - Tatu, 2003 (série Açai), p.71.

Araújo¹² confidencia que entre os anos de 1870 e 1920, aproximadamente 250 a 300 mil nordestinos migraram para a Amazônia para trabalhar e, dessa migração a população no Pará mais que quadruplicou em 1872, e correspondia a 275.237, em 1920 passa a 983.507 (IBGE, Censo - 1920) e cerca de 15.000 em 1926.¹³ Os trabalhadores eram desqualificados, favelados, despossuídos de terras, mão de obra trocada por ínfimos salários e/ou escravizados pela elite dominante local. Eles viviam da pesca e caçavam para se alimentar quando não estavam tirando castanha na “exploração do látex da seringueira” (*Hévea Brasiliensis*).

Ainda comenta que, inicialmente, a exploração da castanha era feita de forma “livre” pela população, principalmente entre os anos de 1920 e 1925. Eles faziam o transporte do produto da coleta para a cidade e os vendia aos comerciantes. A partir de 1925, os castanhais passaram a ser arrendados pelo governo que estabeleceu um tipo de controle político sobre os comerciantes de castanha através da renovação do arrendamento condicionado a critérios políticos do governo do Estado do Pará. As relações do poder local com o governo central se estreitaram mediante seus interesses econômicos individuais (EMMI, 1999).¹⁴

O desenvolvimento da economia extrativista da castanha possibilitou a determinadas famílias o domínio sobre os castanhais formando a “oligarquia dos castanhais” e a disputa do poder local entre si gerou “[...] a violência com relações de trabalho semi-escravista, escravistas”.¹⁵ Essas famílias detinham cerca de 37% do total dos castanhais: Família Mutran (21,4%); Família Almeida (7,7%); Família Azevedo (4,7%) e Família Moraes (3,5%) (EMMI, 1999).¹⁶

De acordo com Ianni¹⁷ os donos dos barcos eram os patrões que possuíam os meios de produção, enquanto o trabalhador, “castanheiro”, era o que vendia a sua força de trabalho. A produção da Castanha nos anos de 1925 a 1928, cresceu de 10.553 hl(hectolitros) a 15.304 hl (hectolitros), porém, houve uma

12 ARAÚJO, José Augusto Carvalho de. Expansão da fronteira no Sul do Pará: aspectos geopolíticos que influenciaram a definição do espaço rural e urbano nos municípios de Marabá e Eldorado dos Carajás. Monografia de Especialização. Belém: UFPA. 1996.

13 SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980.

14 EMMI, M. F. Oligarquia do Tocantins...1999..

15 ARAÚJO, José Augusto Carvalho de. Expansão da fronteira no Sul do Pará...p. 28..

16 EMMI, M. F. Oligarquia do Tocantins ... p. 113..

17 IANNI, Octavio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1988.

diminuição para 7,598 hl(hectolitros) no ano de 1927¹⁸. Ressaltamos que de 1920 a 1940 os castanhais eram controlados pelo Governo Estadual na figura do então Secretário Geral do Pará: Deodoro de Mendonça.

Na metade da década de 1940 (1942-1945), o município marabaense concentrou a “corrida” garimpeira em decorrência de dois fatores: primeiro, por causa do aeroporto existente na cidade de Marabá, facilitando o escoamento da produção do garimpo; segundo, a “[...] ocorrência de “boas áreas” de garimpo às proximidades da cidade. Assim, a cidade de Marabá se tornou o centro irradiador dos esforços da garimpagem, devido ao seu aeroporto”.¹⁹ Porém, na década de 1950, o monopólio do comércio passaria para os grandes grupos de comerciantes, os fazendeiros e os exportadores de castanha. Tal relação de negócios permaneceu por muitos anos através de alianças matrimoniais (EMMI, 1999).²⁰



Figura 4: Líderes políticos, locais e regionais - visita do Secretário Geral do Pará - Deodoro Machado de Mendonça (1927) reunião sobre a economia castanheira na região. Embarcações de castanhas: “Encarregados dos barracões, barqueiros e trabalhadores” podem ser diferenciados pela forma da vestimenta (1920).

18 Para mais informações sobre o assunto, PETIT, Pere. Chão de promessas...2003.

19 SOUSA, Edmar Carvalho de. A diversidade étnica e regional de Marabá. Trabalho de Conclusão de Curso. Marabá, PA: UFPA. 1992, p. 19.

20 EMMI, M. F. Oligarquia do Tocantins...1999.

Fonte: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura (2019).



Figura 5: Garimpo de Serra Pelada- migração em massa e de Nordestino Goianos/ Maranhenses (Década,1960). Em frente a Câmara Municipal-Marabá-PA. Tropa de Burro do Castanhal Macaxeira (1953).

Fonte: Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura - autora Maria Sulamit Souza (2019).

O comércio se desenvolveu nas cidades circunvizinhas através das tropas de burros que comercializam a castanha e outras especiarias de utensílios domésticos. O Governo Federal considerou a forma econômica de agricultura de subsistência e do extrativismo como formas arcaicas que deveria ser modificada para uma sociedade industrial moderna baseado na política de valorização do desenvolvimento econômico e da modernização das atividades agropecuárias e do pequeno parque industrial. Dessa forma, pensando numa política “desenvolvimentista” através de propagandas de divulgação do “vazio” demográfico e incentivos com slogan “terras sem homens, para homens sem terra” com propósito de “integrar a Amazônia” ao resto

do país instigando o “nacionalismo” e desenhando um “lugar” com idéias centrais de projeto de colonização para o norte (jornais nacionais e locais) para a Amazônia,²¹ o governo criou a SPVEA (1953) (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) e a SUDENE (1959) (Superintendência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste) para:

[...] incentivar a produção agrícola e pecuária no intuito de conseguir autosuficiência alimentar; incentivo à produção industrial com base nas matérias-primas existentes na região; implantação de um sistema de crédito bancário os pequenos produtores rurais com o intuito de extinguir o sistema de aviação; ampliação da rede rodoviária conseguindo a ligação terrestre entre a região e o sul e Oeste do país, além da construção de estradas para unir o Pará e o Maranhão.²²

21 MORBACH, Marise Rocha. A publicidade no Período Médici: os efeitos da propaganda de ocupação da Amazônia XXIV. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande – MS, 2001.

22 PETIT, Pere. Chão de promessas... p. 72.

Fazendo parte dessas metas prioritárias a construção da estrada Belém-Brasília (Federal- BR-010/PA) foi a principal via de ocupação e “integração” da região ao restante do país. O Estatuto da Terra criado pela Lei 4.504 de 30/11/1964²³ teve como meta principal realizar a reforma agrária e desenvolver a agricultura. Posteriormente foi criado o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) com o objetivo de desenvolver uma política de distribuição de terras que intensificou a migração para região sudeste da Amazônia Legal.

No sudeste paraense até o final da década de 1960 a população, em sua maioria, era indígena, vivendo da caça e pesca, e havia as vilas com uma população cabocla posseira localizados as margens dos rios em casas de palhas e de barro e no interior das terras próximas a cidade. A proposta de uma política econômica “nova” esteve nas mãos dos grandes latifundiários auxiliados por incentivos fiscais governamentais gerando, em muitos casos, grande número de desapropriação de terras indígenas e a expulsão de posseiros em áreas de plantio (política concentracionista e desigual) e o surgimento de uma área de Segurança Nacional no intuito de evitar possíveis ameaças consideradas “comunistas”, nocivas a política de desenvolvimento para região e ao “interesse nacional”, a exemplo a “Guerrilha do Araguaia” (1967 e 1974)²⁴ entre o Estado do Pará, Maranhão e Goiás (hoje Tocantins) localizada na região do “Bico do Papagaio” tomando proporções nacionais, sendo divulgadas pelas mídias internacionais. Tal “movimento” se instalou na região e fez pressão a força armada do regime militar (1964-1985).

No período de 1940 a 1960 a imprensa escrita jornalista da região: Marabá (1945-1946), Safra (1940-1951), O Progressista (1947-1947), A Notícia (1956), dentre outros jornais, não só tiveram relevância nas narrativas discursivas sobre a política e a economia, mas influenciaram a construção da memória e da identidade local. Inicialmente reforçando os ideais republicanos de caráter reprodutivo e de propagação dos interesses de uma classe oligárquica intelectualizada nacional e marabaense da qual indígenas, posseiros, caboclos e trabalhadores da castanha estavam excluídos dos “bônus”, embora os enunciados (elementos verbais e não verbais) contidos nos jornais tivessem expressado o valor do “pertencimento”, do progresso, da civilização com conotação de objetivos ditos “comuns”. Nesse sentido,

23 Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.. Base Legislação da Presidência da República - Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 Portal do Governo Brasileiro. Disponível: (legislacao.presidencia.gov.br/. Acesso em: 02 mar. de 2019.

24 EMMI, M. F. Oligarquia do Tocantins ...1999.

Temos agora a somar ao serviço útil dos barcos-motores e a aeronave sobrevoando florestas nas retas redutoras de distâncias, permitindo a intercomunicação rápida destas remotas terras mal-acordadas para a civilização com os maiores centros progressistas do País e do Mundo. Conjugados esses dois fatores do progresso já nem mais pensamos em isolamento e temos abertas maiores probabilidades de atingirmos a uma escala mais elevada na ascensão do progresso social e econômico.²⁵

Assim, a linguagem jornalística é direcionada aos seus leitores/interlocutores/assinantes e não incluem a população de modo geral. Nele são expostos fatos, informações e notícias que coincidem com os interesses particulares de seus destinatários, e os do Jornal. Do mesmo modo, o jornal eleva a figura de um dos ilustres líderes da comunidade local quando sua vida foi ceifada por um homicida:

Toda cidade se recorda num misto de revolta e indignação, daquela noite fatídica de 8 de outubro de 1954, quando o perverso indivíduo B. M. cometeu um dos mais revoltantes, frios e premeditados crimes de que a história deste Município registra. A. A. C. era uma das expressões mais lídicas da sociedade marabense, em pleno esplendor de uma juventude ardente, expansiva e criadora. Dotado de rara capacidade de trabalho, inteligência e empreendedor, gozava da invejável popularidade em todas as camadas sociais da cidade, popularidade que já se alastrava pelas localidades circunvizinhas. Pela palavra fluente, pela elegância de suas atitudes, pela distinção de suas maneiras cativantes e fidalgas, era sem favor uma das personalidades mais em evidência em nosso meio [...] o bandido seguiu às pegadas. Necessidade rubor aquela preciosa vida a traição e protegido pela escuridão, pois, não seria capaz de fazê-lo frente a frente. Ele conhecia sobrejamente a vítima, apesar de afirmar cinicamente o contrário, e sabia de sua compleição atlética e ação pronta e resoluta capaz de defender a própria vida com decisão e êxito. Súbito, um tiro ecoou no ar, quebrando a solidão da noite. O grande, o imenso coração de A. A. C. estava mortalmente ferido.²⁶

No texto jornalístico o capital intelectual: inteligência, empreendedor, popularidade, palavra fluente, elegância, expansivo, criador, maneiras cativantes e

25 Safrá Ilustrada, Ano I, Fatores do Progresso-Marabá-Estado do Pará, n 2, 25 de Fevereiro de 1951, p.02.

26 A Notícia, Ano II, Julgado e condenado a 26 anos de reclusão o cruel e bárbaro assassinato de A. A. C. Marabá-Estado do Pará, n 5, 06 de Maio de 1956, p.01.

fidalgo, enfatizam o capital simbólico²⁷ que a vítima possuía e mostra a relevância na sociedade local. O autor afirma que na sociedade existem lutas que reforçam a acumulação de capital simbólico. No caso acima foi evidenciado a honra e o prestígio da vítima fundado no conhecimento e no reconhecimento do outro como partícipe de uma posição social “superior” podendo ser percebida como práticas discursivas ideológicas características de um grupo dominante que utilizou os textos jornalísticos como espaço de controle social e poder e, em se tratando do capital intelectual que possuíam, passando a construir uma memória e uma identidade local.

Nesse caso, os processos criminais relacionados as ocorrências de homicídios na região também servem como fonte de compreensão dos referenciais de memórias identitárias das representações histórico sociais na região. Assim, passamos a analisar alguns dos processos captados, higienizados e organizados no decorrer da pesquisa de campo.

III - Os Homicídios nos Processos Criminais do Sudeste Paraense

Em termos de organização e divulgação de trabalhos estatísticos produzidos sobre o fenômeno no período (1920 a 1970), passamos a estudar as representações sobre a história e a memória postas nas narrativas discursivas de natureza criminal produzidas nas sentenças nos processos criminais ocorridos na região. A Comissão Pastoral da Terra-CPT (2010),²⁸ tem sido considerada uma das fontes históricas que publicou dados sobre os assassinatos no campo, de resto uns poucos jornais locais e muito raramente nacionais realizaram algumas análises dessa região. Embora, os cartórios locais possuam acervos documentais, esses estão sob a “guarda” de famílias tradicionais. Vale lembrar que dados sobre a violência só foram organizados e publicados a partir de 1995, pela Delegacia Especializada em Conflitos Agrários do Pará²⁹ recém criada e os únicos dados computados foi o da capital, Belém-PA. Fato recente também no país já que:

27 BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico...2005.

28 Comissão Pastoral da Terra (Regional Norte 11) - Conflitos no Campo Brasil-2010/ Organização e seleção Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski: CPT, Goiânia: CPT Nacional- Brasil, 2011. Disponível: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/3-cadernoconflitos> Acesso; 06/2019.

29 AROUCK, Osmar. Inventário de registros e denúncias de mortes relacionadas com posse e exploração da terra no Estado do Pará. Belém: Secretaria Especial de Estado de Defesa Social. 2002.

o interesse dos historiadores pelos arquivos judiciais ocorre a partir das décadas de 1960 e 1970 do século XX, em um contexto de surgimento de novos sujeitos sociais, como o movimento feminista, o movimento negro, o movimento homossexual e outros sujeitos coletivos, que levaram a história brasileira a ser contada a partir de perspectivas diferentes das tradicionalmente utilizadas.³⁰

Portanto, pouco ou nada se sabe sobre a história e memória do fenômeno “homicídio” no período da proposta de projeto estudado (1920 a 1970), embora permeie no imaginário popular (representações) através da linguagem, de livretos de cordéis ou da historiografia local a questão da violência latente na região. Porém, são produções que não conseguem dar conta da sequencialidade e da confiabilidade histórica por serem informações fragmentadas necessitando maior empenho no que diz respeito aos aspectos de confiabilidade, comunicabilidade e a regularidade, além da preservação desse patrimônio documental,³¹ assim “[...] considerando que a resolução de conflitos presentes em processos judiciais revelam questões sociais e culturais de uma época e informações de densidade humana, acredita-se que esses documentos devem ser utilizados em prol da história”.³²

No artigo “o Poder Judiciário e as fontes para a História da sociedade”, os autores³³ destacam a importância dos arquivos judiciais como patrimônio de reconstrução das representações sobre a história e memória de um povo, além de relevante para pesquisas e também para o ensino. Nesse sentido, consideram recente o percurso que a história levou para reconsiderar esses acervos documentais importantes no entendimento do passado e do presente. Porém, tendo conseguido consolidar sua produção científica nas análises das representações e práticas sociais sobre a história e memória através da compreensão das relações de forças existentes nos arquivos judiciais.³⁴

Dentre algumas pesquisas realizadas nesse sentido, destacamos a preocupação com a evolução histórica desses acervos documentais para preservação da memória nacional, sendo que no Brasil, esses documentos fazem parte

30 KICH, T. J. F; KONRAD, G; PEREZ, C. B. O poder Judiciário... p.02.

31 JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista de Serviço Público Brasília 56(2): Abr/Jun. 2005.

32 KICH, T. J. F; KONRAD, G; PEREZ, C. B. O poder Judiciário...p.02-03.

33 KICH, T. J. F; KONRAD, G; PEREZ, C. B. O poder Judiciário...2010.

34 CHARTIER, R. A História Cultural... 1990.

dos acervos dos cartórios, já que a maior parte de documentos que relatam a história brasileira foram levados para Europa. Contudo, existem “[...] documentos do passado brasileiro, sobretudo da época colonial, guardados nos cartórios, nas igrejas e conventos, nas Câmaras Municipais, dispersos nas inúmeras localidades do Brasil”.³⁵ Para frisar a relevância dos acervos documentais no judiciário os

processos são registros de práticas adotadas. Permitem a desconstrução do passado, o reconhecimento das diferenças que o passado acaba por revelar, as normas e os valores sociais instituídos em seus diferentes contextos, as relações cotidianas estabelecidas entre os gêneros, às normas e regras de conduta social, assim como o seu contrário.³⁶

Ou seja, as fontes documentais judiciárias possuem uma enorme relevância para a análise das representações sobre a história e memória social, econômica, política e cultural de uma determinada localidade e não so nesse sentido, também abrange o contexto nacional. Nesse caso, a história local, por ser inacabada, o pesquisador acaba atribuindo significados mais amplos em sua análise. Outro fator de suma relevância quando analisamos um determinado acervo documental na área jurídica são as peculiaridades que estes possuem nos autos criminais, pois foram gerados para dar conta da demanda de uma instituição e ao mesmo tempo carregam informações que para o historiador se tornam fontes de pesquisa.³⁷ Em se tratando de “autos criminais”

[...] é um documento que pode ser utilizado para a análise e compreensão de vários aspectos dessa época: a conduta das pessoas, seus valores, suas representações; o cotidiano da cidade, a estrutura familiar, as relações de vizinhança, as diferentes formas de violência; as relações entre as instituições políticas,

35 NUNES, Maria Thétis. A importância dos arquivos judiciais para a preservação da memória nacional. Revista CEJ, Brasília, v. 2 n. 5, mai./ago. 1998, p.04. Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/cej/issue/view/15>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

36 CAMPOS. Paulo Fernandes de Souza. A preservação de documentos provenientes do Poder Judiciário. Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR, v. 4 n. 1, 2001, p.07. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/juridica/article/view/1255>>. Acesso em: 06 mai. 2019.

37 CAMARGO, Ana Maria. Política Arquivística e Historiografia no Judiciário: palestra proferida no I Seminário de Política e Memória Institucional e Historiografia. Justiça & História, Porto Alegre, v. 3, n. 5, 2003. Disponível: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/03/interpretes_do_acervo_02.php. acesso em: 10 de mai. de 2019.

os padrões sociais e o sistema de valores então existentes; os conflitos e as manifestações das pessoas, as diferentes formas de transgressão às normas sociais; os delitos mais comuns e que se repetem; a organização do poder judiciário e da força policial.³⁸

Portanto, são questões representativas da sociedade e que sua análise dependerá daquele que faz a pesquisa necessitando ler nas entrelinhas as denúncias e queixas embutidas de valores, assim como as “lacunas” que possam ser percebidas entre o representado e a representação em si. Assim, não podemos esquecer que toda produção jurídica tem um pouco da leitura de vida de alguém

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é produto de uma sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.(...) O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também de épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, e {...} manipulado ainda que pelo silêncio.³⁹

Consequentemente, estão impregnados de valores, conflitos, visões de mundo e de homem. Ou seja, “[...] toda a produção historiográfica traz a marca de seu tempo, à medida em que o pesquisador convive com versões conflitantes próprias de qualquer realidade histórica”.⁴⁰ A autora ainda discorre sobre dois pontos importantes ao se debruçar sobre os “autos criminais”, estes podem revelar fatos novos sobre os antigos, assim como lançar várias dúvidas sobre as certezas até, então, dadas como verdades absolutas, intocáveis no cenário que se pretende estudar originando um caráter inacabado, pois são fatos que podem, em dado momento, apresentar outras versões já que apresentam, em seu bojo, estruturas ideológicas formadas nas conjunturas sociais da época.

Dessa forma, o pesquisador deverá ter cuidado na análise desses dados observando a época, o momento do acontecimento, os sujeitos, as “lacunas”, suas práticas e demais características que podem ajudá-lo na leitura o mais próximo da confiabilidade e sequencialidade. São informações que vem inspirados em histórias de vida, interesses financeiros, familiares, de vizinhanças, “[...]”

38 LIMA, Enezila. Os autos criminais e as possibilidades em pesquisa em História Regional. Hist. Ensino, Londrina, v.6, aut. 2000, p. 125.

39 LE GOFF, J. História e memória. In Memória-História. Trad. Bernardo Leitão et al. Portugal [Porto]: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984, p.26.

40 LIMA, Enezila. Os autos criminais e as possibilidades ... p. 127.

de posse e uso de bens, de menores infratores ou menores abandonados, crimes contra a raça, a opção sexual e as escolhas pessoais.⁴¹ Por fim, “[...] o arquivo é a memória e esta, por sua vez, tem potencialidade para informar e alterar a realidade presente”,⁴² sendo fonte primária testemunhal, deve ser utilizada por historiadores e pesquisadores dedicados a leitura da sociedade, garantindo a preservação e uso posteriores.⁴³

Assim, ao estudarmos os processos criminais “inativos” como fontes informacionais para fins históricos, sociais, científicos e culturais um de nossos principais objetivos foi o de contribuir com a construção e reconstrução da história do sudeste paraense da Amazônia Legal podendo ressignificar as análises das representações sobre a história e as memórias identitárias ainda “intactas” nos acervos documentais do Fórum de Marabá-PA, no período proposto da pesquisa (1920 a 1970), já que somos os primeiros a ter acesso a documentação de processos considerados “históricos” na área do judiciário do Fórum de Marabá-PA.

Em termos históricos estudamos que as expedições realizadas em direção ao sudeste paraense da Amazônia Legal gerou vilas, burgos e cidades com migrantes provindos, principalmente, do nordeste e centro-oeste brasileiro (Goiás e Maranhão); os conflitos por posse terra e por trabalho originou uma memória social, dinâmica, mutável e seletiva⁴⁴ na medida que muitos registros de crimes ocorridos no período de 1920 a 1970, não foram considerados relevantes já que a violência se tornou algo aparentemente “natural» na memória local. Assim, propomos evidenciar alguns processos criminais de ocorrência de homicídios do “acervo inativo” do Fórum de Marabá-PA, em convênio com CRHM/Unifesspa, com objetivo de estudar e analisar a construção da memória e da identidade local na região.

Na tabela 2 (abaixo) podemos evidenciar a ocorrência de homicídios entre 1948 a 1970, dados obtidos na fonte primária do “acervo inativo” da Comarca do Fórum de Marabá-PA. No ano de 1948, vemos a ocorrência de apenas 02 (dois) assassinatos de comerciários; um (01) de um tripulante de barco exercendo um trabalho de barqueiro na condução da safra da castanha. No período, vemos que a cidade estava em pleno desenvolvimento do comércio e existiam muitas “vendas” em que os trabalhadores compravam bebidas

41 LIMA, Enezila. Os autos criminais e as possibilidades ...p. 128.

42 DUARTE, Zeny; FARIAS, Lúcio. O espólio incomensurável de Godofredo Filho: resgate da memória e estudo arquivístico. Salvador: ICI, 2005, p. 45.

43 BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

44 LE GOFF, Jacques. História e Memória...1984.

alcóolicas e faziam suas compras diárias de comidas e ferramentas para utilizar nos castanhais e nos garimpos com grande concentração migratória em busca de trabalho e subsistência. Na década de 1950, tivemos um total de 07 (sete) homicídios, em que teve o uso de arma de fogo e todas as vítimas identificadas eram lavradores.

ANO	QUANTIDADE DE PROCESSOS	HOMICÍDIOS TIPO/MORTE	OCUPAÇÃO	RÉUS	IDADE (vítima)	ESTADO CIVIL (vítima)
1948	3	*faca *arma (02)	*tripulante barco a motor *comerciário *S/I	3	* 28 anos	*Casado * casado * S/I
1955	2	*arma (02)	*lavrador (02)	2	* S/I	*Casado *solteiro
1958	1	*arma	*lavrador	1	*S/I	*solteiro
1959	4	*arma (04)	*S/I *lavrador *lavrador *Lavrador	04	*S/18(04)	*S/I *solteiro *solteiro *solteiro
1960	1	*faca	*lavrador	1	*S/I	*solteiro
1961	1	*arma	*castanheiro	1	*S/I	*solteiro
1970	2	*arma (02)	*motorista *S/I	2	*37 anos *S/I	*solteiro *S/I

Tabela 2: Processos criminais- Homicídios - 1948-1970.
Fonte: Acervo Fórum e CRHM/Marabá-PA (2018/2019).

No período podemos observar uma incidência maior de mortes por questões de posse de terra entre lavradores e latifundiários que se repete fortemente na década de 1960 com o êxodo rural incentivado pelo governo federal com o plano de desenvolvimento para “integrar” a Amazônia ao restante do país auxiliado pela criação de órgãos gestores como a SPVEA (1953) (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a Superintendência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).⁴⁵ Ambos, grandes incentivadores das políticas de integração nacional que expulsou pequenos trabalhadores rurais de suas terras para iniciar a concessão de grandes terras “devolutas”(do Estado) à latifundiários, sendo reconhecidos na história local como “grileiros”.

45 Para mais informações sobre o assunto: PETIT, Pere. Chão de promessas...2003.

O “conflito no campo, trabalho escravo, grandes latifundiários e grilagem”⁴⁶ são realidades latentes e podem ser explicadas (em parte) pelo processo de ocupação da região. Nesse sentido, existiram sujeitos sociais envolvidos com interesses individuais e coletivos como o “pistoleiro” que protegia de invasões as grandes extensões de terras griladas, muitas vezes ociosas e improdutivas e mantinha os trabalhadores sobre vigilância, o “gato” (gerente) que contrata a mão-de-obra a serviço do fazendeiro (grande latifundiário).⁴⁷ Esses foram os principais sujeitos destacados nos processos criminais e na imprensa escrita jornalística da época.

Na década de 1960, a produção de castanha já teria decaído e a população migrante estava a procura de outras atividades que pudesse substituir o trabalho laboral da castanha. Porém, os castanhais foram desativados somente na década de 1980. Vale ressaltar que no fluxo migratório para os garimpos se intensificou a tal ponto que o governo federal enviou um administrador que ficou responsável pela gestão do garimpo de Serra pelada e com poderes concedidos pelo Executivo Federal utilizou com “mão de ferro” as prerrogativas que a política lhe teria atribuído.

No período tornou-se “comum” o chamado “sumiço” de trabalhadores dos garimpos; porém, quase sempre o desaparecimento e os possíveis crimes não eram denunciados, ou mesmo, os corpos eram encontrados (textos jornalísticos e literário). Além disso, os julgamentos eram em sua maioria realizados na capital, Belém-PA. A maioria eram homens oriundo dos Estados do Maranhão e Goiás (hoje Tocantins), que deixavam suas famílias nos Estados de origem, e ao chegar na região constituíam outra família. Em sua maioria eram solteiros e relativamente com idade média propícia ao trabalho laboral da castanha e do garimpo.

No ano de 1970, encontramos a ocorrência de um (01) único assassinato. Foi um período de construção de grandes rodovias, o “inchaço” nas cidades através do processo de recrutamento de mão de obra barata para as grandes empresas de mineração e campanhas oficiais “motivacionais” mostrando o grande “paraíso verde” a espera de trabalhadores e da concessão de títulos de terras. Ainda uma proposta de desenvolvimento, “Integrar para não entregar”, ao resto do país. Tais empresas situadas as proximidades do corredor de escoamento das mercadorias do norte ao sul, abrindo espaços para grandes

46 Processo de falsificação da escritura de terras que pertencem ao Estado, ocupadas ilegalmente.

47 LOUREIRO, Violeta Refhalefsky. Estados Bandidos e Heróis: Utopia e luta na Amazônia. Belém: Cejup. 1997.

empresas nacionais e estrangeiras interligadas pelos incentivos fiscais e pelos acordos governamentais estaduais. Assim como, muitos posseiros sendo expulsos de suas terras pelos grandes latifundiários migrados para a região.

Resultado, o chamado “progresso econômico” trouxe tensões ainda maiores no aumento da criminalidade da ação de marginais, dos assaltos, das tentativas de roubos, dos crimes, do tráfico de drogas, assim como, também vemos o surgimento de novas “frentes de trabalho” a configuração de “novos” trabalhos formais e informais emergindo nos espaços citadinos da região sudeste paraense da Amazônia Legal. Outras configurações de trabalho emergiram, ao longo de décadas, as de empresários, autônomos, vendedores e outros. Também desencadeou tensões como crimes passionais:

Do presente inquérito verifica-se que no dia 29 de março de 1958, às dezesseis horas no lugar denominado São José, deste município de Marabá, Estado do Pará, R. A. M., por motivo fútil, assassinou barbaramente com um tiro de espingarda à J. P.. O acusado R. A. M. , veio a cidade e Marabá, a fim de fazer algumas compras e resolveu a tomar alguns aperitivos. Ao regressar de Marabá, para aquele local, R. continuava a beber, (verificava-se que tempos atrás J. P. foi amante da atual mulher de R., J. Cerqueira). Chegando em sua casa, R. já um tanto alcoolizado começará insultar J. P., este a poucos minutos havia chegado de seu rosado e estava assando algumas espigas de milho, quando ouvira os palavrões de R. que o ameaçava de morte, J. com toda calma dissera à R.: acaba com isso rapaz, nós somos amigos, pra que essas coisas, o tiro atingiu a vítima nos peitos, depois que J. tombou, o criminoso ainda deu outro tiro pra cima.⁴⁸

Podemos observar no contexto do período em que ocorreu o crime, na década de 1950⁴⁹, grande leva de trabalhadores para região e o fluxo da castanha ainda era fortemente presente nas relações econômicas e sociais citadinas.⁵⁰ Existiam comércios diversos, porém, o desemprego e a ociosidade eram frequentes nas praças e nos bares da cidade, relatos na imprensa local.

48 Processo crime, 1958, Marabá-PA. Réu: R. A. M.. Arquivo do Fórum de Marabá-PA/CRHM/2019.

49 Para mais informações sobre o código que regia crimes de homicídios na década de 1950: Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal. Base Legislação da Presidência da República.

50 EMMI, M. F. Oligarquia do Tocantins ...1999.

Por ser uma sociedade profundamente arraigada no patriarcalismo em que pese o papel da mulher permeado pelo comportamento e os padrões aceitos em sociedade, essa conservadora, o réu tinha sido amigo da vítima e não teria certeza que sua mulher (atual) havia tido um caso com a J. P. (lavrador) (narrativa em parênteses), R. deveria “limpar” sua honra, além disso, a mulher era vista através do homem, assim, considerada parte de propriedade do homem, pois em “[...] termos de papéis sociais, observamos a exclusão da mulher no efetivo direito da cidadania tem relação direta com mulheres enquanto “não cidadãs”, e elas adquiriam sua “não cidadania” como esposas e mães de cidadãos”.⁵¹ Nesse caso, vemos que “[...] as mulheres não são portadoras de interesses autônomos, mas apenas dos da família, tal como são definidos a partir dos interesses e poderes dos maridos-cidadãos”.⁵²

Esse tipo de morte se tornou comum na época, e em que pese o papel secundário da mulher apresentado nos processos criminais da época, pois em se tratando de denunciar um crime, esse só teria credibilidade se fosse realizado por seu esposo ou por seu responsável (homem), em algum momento se a mulher fosse casada ainda lhe davam “algum crédito”, porém se fosse “amasiada” (sem a oficialidade do casamento em cartório) seu depoimento era desconsiderado nos autos do processo. Na sentença abaixo o réu foi condenado, mas “caducou” a pena.

Aos vinte e três dias do mês de Abril de 1961, nesta cidade de Marabá, e na Delegacia de Polícia, onde se achava o respectivo delegado, tenente W. P. S. comigo escrivão adiante declarado aí presente J. G. S. filho de P.S.N. e L. G. N. com quarenta e cinco anos de idade, casado, lavrador, residente no local denominado “junco”, deste município, trabalhando atualmente em extração de Castanha, não sabendo ler nem escrever o qual inquirido, DISSE: que espontaneamente apareceu na delegacia e disse o seguinte que no dia vinte um do corrente achava-se na

51 COSTA, Marilza Sales; BARROSO, E. P. ; HONOR, A. C. ; OLIVEIRA, I. ; MARTINS, A. C. A. ; PANTOJA, L. S. ; BARROSO, M. H. ; FREITAS, M. V. O. ; ROVAI, M. G. O. ; BRILHANTE, N. ; VELOSO, S. C. B. . História e representações sociais de mulheres: percepções, significados e sentidos nas narrativas discursivas de jornais, revistas e de natureza criminal.. In: Eloísa Pereira Barroso; André Cabral Honor e Ione Oliveira (orgs). (Org.). Subjetividades e Sensibilidades na escrita da História..1aed. v. 10, Jundiaí/SP: Paco editorial, 2020, p.183. ISBN: 978-65-86476-89-7.

52 KUHLMAN, Elisa de Oliveira. Mulheres na luta pela terra: um estudo a partir de Gênero e Trabalho. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Anais[...] São Paulo, julho, 2011, p.09. Disponível: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso: 11/2019.

residência de J. C. A. que é próxima a residência do depoente que momento depois entra R. R. e B. tal empregado de R. R. e por motivo de rixa velha...L.C.S. capanga de J. S. pegou um rifle calibre quarenta e quatro, de um castanheiro e atira em B. Tal defendendo J. S. da morte.⁵³

Nesse caso, o réu era “capanga” de J. S. que possuía um castanhal no município de Marabá, e antes era patrão de B. O “Tal” que foi assassinado. Esse tipo de delito “rixa” também era “comum” no cotidiano citadino, ora por questões não resolvidas em relação a pagamentos e a dívidas ou questões relativas a apropriação e a competição na extração de castanha e na obtenção do lucro. Em outra ocorrência de delito, os conflitos por posse de terra de castanhais eram frequentes, mas quase sempre o processo do crime era arquivado

A inclusa instrução preliminar trata de um crime de homicídio praticado por A. S., brasileiro, lavrador, residente e domiciliado nesse Município, crime esse praticado na pessoa de F. B. O fato delituoso ocorreu no dia 10 de junho de 1955... Foram feitas as diligências exigidas a instrução do sumário e consequente pronunciamento do acusado nas penas dos crimes praticados. Entretanto, no decurso do tempo da ação criminoso a esta data, deu-se o assassinato do acusado, conforme se constata notoriamente nesta cidade, fato que está corroborado pela certidão de óbitos que se requer seja a mesma junta pela oficial do registro civil desse termo sede. Pelo exposto é de se dar a extinção da punibilidade do acusado, conforme preceitua o art. 108, I do Cód. Penal.⁵⁴

A extinção de punibilidade de autores de crimes é vista como recorrente nos processos criminais da época, o acusado, quase sempre, fugia da cena do crime e deixava “caducar” e /ou, no caso acima, posteriormente foi morto. Interessada em compreender os resultados das sentenças proferidas na Comarca de Marabá-PA,⁵⁵ pesquisou e analisou alguns dados sobre a ocorrência de homicídios na região com dados obtidos nos cadernos de conflitos no

53 Processo crime, 1961, Marabá-PA. Réu: L.C. da S. Arquivo do Fórum de Marabá-PA/CRHM/2019.

54 Processo crime, 1955, Marabá-PA. Réu: A. S. Arquivo do Fórum de Marabá-PA/CRHM/2019.

55 COSTA, Marilza Sales. Homicides in the mesoregion of the legal amazon 1964-2007 (<https://doi.org/10.37118/ijdr.19749.09.2020>). International Journal of Development Research, India/Brasil, p. 40274 - 40278, 30 set. 2020. ISSN: 2230-9926.

campo da Comissão Pastoral da Terra - CPT⁵⁶, obtendo os seguintes resultados: a ocorrência de 644 homicídios por conflitos fundiários nos anos de 1964 a 2007, desses, 574 não obtiveram inquéritos correspondendo a 89% dos casos.

Apenas 70 inquéritos foram abertos correspondendo a 11% dos casos, porém desses 70, 10 não foram concluídos se configurando a morosidade e impunidade do poder estatal. Dos 60 inquéritos concluídos com o pedido de prisão, 17 dos acusados foram liberados em menos de dois (02) meses após o decreto de prisão.

Vale ressaltar que a partir da metade da década de 1960, a terra deixou de ser de propriedade “comum” e passou a ser apropriada de modo privado tornando-se mercadoria, objeto de meio de produção e valor de troca controlada pela empresa privada e o Estado sendo o mediador dessas políticas econômicas e sociais.⁵⁷ Vale ressaltar que no estudo dos acontecimentos seguiram uma sequencialidade e confiabilidade histórica, esta potencializada pelos estudos bibliográficos e pelos processos criminais do período de 1920 a 1970, em respeito aos sujeitos residentes no sudeste paraense da Amazônia Legal. Assim esperamos ter dado ao estudo a devida relevância a pesquisa sobre a construção das memórias identitárias e a da formação da identidade local.

Considerações Finais

A pesquisa buscou analisar os processos criminais e a escrita jornalística na construção da memória e da identidade local no sudeste da Amazônia Legal. Inicialmente, realizamos algumas considerações sobre os dados, preliminarmente, obtidos no “acervo inativo” do Fórum de Marabá-PA, estando no Centro de Referência em Estudos e Pesquisa sobre a História e Memória da região Sul e Sudeste do Pará-(CRHM/Unifesspa/2018); descrevendo as tipologias por crime ocorridos na região no período em estudo. Vale ressaltar que foram os primeiros processos cíveis e criminais captados pela CRHM (2019), portanto, no decorrer de três anos, outros processos passaram por captação, higienização e conservação.

56 Comissão Pastoral da Terra (Regional Norte 11)- Conflitos no Campo Brasil-2007 (1964-2007)/Coordenação Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena: Goiânia: CPT Nacional- Brasil, 2008. Disponível: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/3-caderno-conflitos> Acesso; 06/2019.

57 IANNI, Octavio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1987.

Vemos que existe uma relação estreita entre os ciclos econômicos ocorridos na mesorregião do sudeste paraense da Amazônia Legal e a memória e a identidade local. Para tanto, escolhemos compreendê-las através dos processos criminais do Fórum da Comarca de Marabá-PA, e da imprensa escrita jornalística, além das fotografias obtidas na Casa da Cultura de Marabá- PA, já citados por nós. Nosso esforço esteve direcionado na compreensão dos processos crimes e sua relação com as transformações ocorridas nos chamados “Ciclos econômicos” na região. Esse percurso histórico tornou-se relevante na compreensão das representações sociais geradas pelos sujeitos e suas ações em sociedade, assim como na interpretação dos autos criminais contidos nos processos.

Vemos que a cada período estudado a forma como a violência se apresentou depende do contexto histórico e da realização da leitura e do estudo minucioso nos processos criminais da época, assim como da imprensa jornalística e do acervo fotográfico, dados indispensáveis na compreensão do período em que a pesquisa se concretizou. Realizar estudos sobre a memória e a identidade local através de processos criminais e cíveis “inativos” não pode ser considerado uma atividade de fácil execução por questões como: acondicionamento em sacos plásticos e misturados sem padronização, numeração e maços avulsos sem identificação misturados com outros processos administrativos tendo que separar, captar, higienizar e organizar os reconhecidos como “históricos” (1920 a 1970).

Ressaltamos que os processos criminais são instrumentos de estudo da história social que se volta para o cotidiano dos sujeitos e as micro-relações no seu todo. E o historiador deve primar por essas fontes primárias levando em consideração cada detalhe, mesmo o que não está explícito, mas que de alguma forma fornece apontamentos para entender as representações do mundo social. A pesquisa nos auxiliou no estudo dos comportamentos, das relações pessoais, nos mostrou as condições de trabalho e as relações de poder em sociedade, particularmente a do sudeste paraense na Amazônia Legal e esperamos que sirva de estudos para as comunidades em geral.

Referências bibliográficas

a) Fontes Documentais

BRASIL. Presidência da República. Decreto n.º 3.057, de 27.02.1914. Disponível: <http://maraba.pa.leg.br/institucional/maraba/historia> . Acesso em: 20 fev. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei 8159, de 08 de janeiro de 1991. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8159-8-janeiro-1991-322180-norma-actualizada-pl.pdf> . Acesso em: 03 mar. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei 8.666/93. Disponível: <https://www.bcb.gov.br/pre/leisedcretos/Port/lei8666.pdf> . Acesso em: 03 de mar. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.. Base Legislação da Presidência da República - Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 Portal do Governo Brasileiro. Disponível: legislacao.presidencia.gov.br. Acesso em: 02 mar. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Lei n 1.806, DE 10 de Outubro de 1980. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1806.htm . Acesso em: 03 mar. de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Código de Processo Civil -Lei 5869/73, de 11 de janeiro de 1973. Disponível: <https://www.jusbrasil.com.br/> . Acesso em: 05 mar. de 2019.

BRASIL, Presidência da República. Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 - CÓDIGO PENAL. Disponível:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 5 mar. de 2019.

Câmara Municipal de Marabá. Histórias do Legislativo (1913-2014), CMM, 2014, p. 12-13. Disponível: <http://maraba.pa.leg.br/institucional/ouvidoria/20200626122352> . Acesso em: 12 jan. de 2019.

b) Fontes Acervos

PROCESSO CRIMINAL, 1958, Marabá-PA. Réu: R. A. M.. Arquivo do Fórum de Marabá-PA/ CRHM 29 mar. de 1958. Disponível: 04/2018. Acesso em: 02/2019.

PROCESSO CRIMINAL, 1961, Marabá-PA. Réu: L.C. da S. Arquivo do Fórum de Marabá-PA/ CRHM 23 abr. de 1961 - Disponível: 04/2018. Acesso em: 02/2019.

PROCESSO CRIME, 1955, Marabá-PA. Réu: A. S. Arquivo do Fórum de Marabá-PA/CRHM 10 jun. de 1955. Disponível: 04/2018. Acesso em: 02/2019.

Jornal Safra Ilustrada, Ano I, Fatores do Progresso-Marabá-Estado do Pará, n 2, 25 de Fevereiro de 1951, p.02. Disponível: 01/2016. Acesso em: 03/2018.

Jornal A Noticia, Ano II, Julgado e condenado a 26 anos de reclusão o cruel e bárbaro assassinato de A. A. C. Marabá-Estado do Pará, n 5, 06 de Maio de 1956, p.01. Disponível: 01/2016. Acesso em: 03/2018.

Acervo fotográfico do Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura. Figura 1 Processos cíveis e criminais-captação, higienização, organização. Disponível: 05/2008. Acesso em: 08/2019. (domínio público).

Acervo fotográfico do Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura. Figura 2 Índios da etnia Gavião e população cabocla posseira(Goiás/ Maranhão) vivendo em palhoças(1950 a 1960). Disponível: 05/2008. Acesso em: 08/2019. (domínio público).

Acervo fotográfico do Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura. Figura 3 Trabalhadores e Residências (barracões) na região (década 1920). Disponível: 05/2008. Acesso em: 08/2019. (domínio público).

Acervo fotográfico do Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura. Figura 4 Líderes políticos, locais e regionais - visita do Secretário Geral do Pará - Deodoro Machado de Mendonça (1927) reunião sobre a economia castanheiro na região. Embarcações de castanhas: “Encarregados dos barracões, barqueiros e trabalhadores” podem ser diferenciados pela forma da vestimenta (1920). Disponível: 05/2008. Acesso em: 08/2019. (domínio público).

Acervo fotográfico do Arquivo Público de Marabá, Fundação Casa da Cultura. Figura 5 Garimpo de Serra Pelada- migração em massa e de Nordeste Goianos/ Maranhenses(Década,1960). Enfrente a Câmara Municipal-Marabá-PA. Tropa de Burro do Castanhal Macaxeira (1953). Disponível: 05/2008. Acesso em: 08/2019.(domínio público).

c) Referências

ARAÚJO, José Augusto Carvalho de. Expansão da fronteira no Sul do Pará: aspectos geopolíticos que influenciaram a definição do espaço rural e urbano nos municípios de Marabá e Eldorado dos Carajás. (Monografia de Especialização). Belém: UFPA. 1996, p. 28.

AROUCK, Osmar. Inventário de registros e denúncias de mortes relacionadas com posse e exploração da terra no Estado do Pará. Belém: Secretaria Especial de Estado de Defesa Social. 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 8. Ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CAMARGO, Ana Maria. “Política Arquivística e Historiografia no Judiciário: palestra proferida no I Seminário de Política e Memória Institucional e Historiografia”. *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 3, n. 5, 2003, p. 327-334. Disponível: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/03/interpretes_do_acervo_02.php. acesso em: 10 de mai. de 2019.
- CAMPOS. Paulo Fernandes de Souza. A preservação de documentos provenientes do Poder Judiciário. *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR*, v. 4 n. 1, 2001,p.07. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/juridica/article/view/1255>>. Acesso em: 06 mai. 2019.
- CHARTIER, R. A História Cultural: Entre Práticas e Representações. Lisboa:DIFEL, 1990, p.17.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Regional Norte 11) - Conflitos no Campo Brasil-2010/Organização e seleção Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski: CPT, Goiânia: CPT Nacional- Brasil, 2011. Disponível: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/3-caderno-conflitos> Acesso; 06/2019.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – Conflitos no Campo Brasil-2007 (1964-2007)/coordenação Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena: Goiânia: CPT Nacional- Brasil, 2008. Disponível: <https://www.cptnacional.org.br/publicacao/category/3-cadernoconflitos> Acesso; 06/2019.
- COSTA, Marilza Sales. Homicides in the mesoregion of the legal amazon 1964-2007 (<https://doi.org/10.37118/ijdr.19749.09.2020>). *International Journal of Development Research*, India/Brasil, p. 40274 - 40278, 30 set. 2020.ISSN: 2230-9926.
- COSTA, M. S. ; BARROSO, E. P. ; HONOR, A. C. ; OLIVEIRA, I. ; MARTINS, A. C. A. ; PANTOJA, L. S. ; BARROSO, M. H. ; FREITAS, M. V. O. ; ROVAI, M. G. O. ; BRILHANTE, N. ; VELOSO, S. C. B. História e representações sociais de mulheres: percepções, significados e sentidos nas narrativas discursivas de jornais, revistas e de natureza criminal.. In: Eloísa Pereira Barroso; André Cabral Honor e Ione Oliveira (orgs). (Org.). *Subjetividades e Sensibilidades na escrita da História.. 1aed.Jundiaí/SP: Paco editorial, 2020, v. 10, p. 01-264. ISBN: 978-65-86476-89-7.*
- DUARTE, Zeny; FARIAS, Lúcio. O espólio incomensurável de Godofredo Filho: resgate da memória e estudo arquivístico. Salvador: ICI, 2005, p. 45.
- EMMI, M. F. Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais. 2.ed Belém. Núcleo de Altos Amazônicos. 1999, p. 113.
- IANNI, Octavio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1987.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista de Serviço Público Brasília* 56(2): Abr/Jun. 2005.

KICH, T. J. F; KONRAD, G; PEREZ, C. B. O poder Judiciário e as fontes para a História da sociedade. X Encontro Estadual de História. O Brasil no Sul: Cruzando Fronteiras entre o regional e o nacional. Universidade Federal de Santa Maria-RS, 2010, p. 2-3. Disponível: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1277774267_ARQUIVO_TrabalhocompletoTassia-raKichANPHU.pdf. Acesso em: 10 de mai. de 2019.

KUHM, Elisa de Oliveira. Mulheres na luta pela terra: um estudo a partir de Gênero e Trabalho. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Anais[...] São Paulo, julho, 2011, p.09. Disponível: <http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso: 11/2019.

LIMA, Enezila. Os autos criminais e as possibilidades em pesquisa em História Regional. *Hist. Ensino*, Londrina, v.6, aut. 2000, p. 125 e 127-128.

LE GOFF, J. História e memória. In *Memória-História*. Trad. Bernardo Leitão et al. Portugal [Porto]: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984, p.26.

LOUREIRO, Violeta Refhalefsky. Estados Bandidos e Heróis: Utopia e luta na Amazônia. Belém: Cejup. 1997.

MALUF, Marina. Rótulos da memória. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 43.

MORBACH, Marise Rocha. A publicidade no Período Médici: os efeitos da propaganda de ocupação da Amazônia XXIV. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande – MS, 2001.

NUNES, Maria Thétis. A importância dos arquivos judiciais para a preservação da memória nacional. *Revista CEJ*, Brasília, v. 2 n. 5, mai./ago. 1998, p.04. Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/cej/issue/view/15>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

PETIT, Pere. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-64. Belém: Paka - Tatu, 2003, p. 71-72 (série Açai).

SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980.

SOUSA, Edmar Carvalho de. A diversidade étnica e regional de Marabá. Trabalho de Conclusão de Curso. Marabá, PA: UFPA. 1992, p.09.

VELHO, Otávio. Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

Recebido em 27 de janeiro de 2024
Aprovado em 06 de fevereiro de 2024

MARILZA SALES COSTA

Memórias, Exílio e Usos do Passado da Revolução Cubana nos Estados Unidos e em Cuba

Memories, Exile, and Uses of the Past: Cuban Revolution in the United States and Cuba

<https://doi.org/10.26512/rhh.v10i19.37532>

BUSTAMANTE, Michael J. *Cuban Memory Wars: Retrospective Politics in Revolution and Exile*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2021.

Igor Lemos Moreira

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

<https://orcid.org/0000-0001-6353-7540>
igorlemoreira@gmail.com

Como citar:

MOREIRA, Igor Lemos. Memórias, Exílio e Usos do Passado da Revolução Cubana nos Estados Unidos e em Cuba. *História, histórias*, Brasília, v. 10, n. 20. jul./dez. 2022.

Resumo

Resenha crítica da obra *Cuban Memory Wars: Retrospective Politics in Revolution and Exile*, do historiador Michael J. Bustamante, publicada em 2021 pela *University of North Carolina Press*¹. Na obra, o autor analisa os processos de construção da memória sobre a revolução cubana entre as décadas de 1950 e 1970, cobrindo desde os eventos pré-revolucionários (como a construção do movimento 26 de julho e a ascensão da liderança de Fidel Castro) até o ano de 1979. Em uma perspectiva conectada, articulando os eventos transcorridos em Cuba e no sul da Flórida, Bustamante levanta uma série de discussões e promove novas formas de interpretar a memória coletiva acerca da revolução cubana, rompendo o binarismo e as análises mecânicas e de causa-efeito frequentes em estudos anteriores.

Palavras-Chave

Revolução Cubana; Memória Coletiva; História do Tempo Presente.

Abstract

Critical review of *Cuban Memory Wars: Retrospective Politics in Revolution and Exile*, by historian Michael J. Bustamante, published in 2021 by the University of North Carolina Press. In the work, the author analyzes the processes of construction of memory about the Cuban revolution between the 1950s and 1970s, ranging from pre-revolutionary events (such as the construction of the 26th of July movement and the rise of Fidel Castro's leadership) to the year 1979. In a connected perspective, articulating the events that took place in Cuba and in the south of Florida, Bustamante raises a series of discussions and promotes new ways of interpreting the collective memory about the Cuban revolution, breaking the binary and the mechanical analyzes and frequent cause-and-effect in previous studies.

Keywords

Cuban Revolution; Collective Memory; History of the Present Time.

¹ BUSTAMANTE, Michael J. *Cuban Memory Wars: Retrospective Politics in Revolution and Exile*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2021.

A revolução cubana figura entre os principais eventos do continente americano no século XX. Perspectivas historiográficas associadas à história do tempo presente² têm argumentado que a derrubada de Fulgêncio Batista e a consolidação, nos anos seguintes, de um governo revolucionário de caráter socialista no caribe inaugurou uma nova forma de lidar com as temporalidades em diferentes países do continente, tendo em vista que a partir do “sucesso” da iniciativa cubana emergiram novos horizontes de expectativas possíveis nas Américas. Esse processo haveria influenciado não somente projeções positivas sobre o futuro possível do continente, mas também movimentos de extrema-direita e antidemocráticos que deflagraram uma série de golpes de Estado e ditaduras no caribe e Cone Sul. Tal discussão levanta a questão da centralidade da revolução cubana para entender a contemporaneidade das Américas, estando os Estados Unidos incluso neste processo, e aponta para os desafios de construção de uma história recente do continente que não procure entender os efeitos e consequências do evento de 1959 (DUANY, 2011; BUSTAMANTE, 2019).

A obra *Cuban Memory Wars: Retrospective Politics in Revolution and Exile* (2021), é uma das mais recentes publicações da coleção *Envisioning Cuba*³. Publicada pela *University of North Carolina Press*, enfrenta a discussão citada procurando entender as elaborações de memórias sobre a Revolução Cubana. Escrito por Michael Bustamante, o livro é resultado de seu doutoramento em história na *Yale University* e de pesquisas posteriores, desenvolvidas como docente da *Florida International University*. Doutor em história pela *Yale University*, o pesquisador, que se identifica como cubanólogo, é especialista na história de Cuba e do Caribe contemporâneo, assim como em história cubano-americana. Foi organizador da coletânea *The Revolution from Within: Cuba, 1959-1980*, juntamente a Jennifer Lambe, pela *Duke University Press*, e vencedor de prêmios da *University of Miami* para desenvolvimento de pesquisas na *Cuban Heritage Collection* e do *Yale's Arthur and Maru Wright Prize* (2017).

Em *Cuban Memory Wars*, Bustamante analisa os processos de construção da memória sobre a revolução cubana entre as décadas de 1950 e 1970, cobrindo desde os eventos pré-revolucionários (como a construção do movimento 26

2 ARAUJO, Rafael. A história do tempo presente na América Latina e no Brasil: Recortes cronológicos e possíveis periodizações. In: ELÍBIO, Antonio; SCHUSTER, Karl; PINHEIRO, Rafael. Tempo Presente: uma história em debate. Recife: EDUPE, 2019.

3 A coleção *Envisioning Cuba* é coordenada pelo historiador e professor universitário Louis A. Perez Jr., especialista em História Cubana. Publicada pela *University of North Carolina Press*, a coleção tem por objetivo divulgar trabalhos que abordem a história de Cuba, incluindo o exílio cubano, desde o período colonial até a contemporaneidade.

de julho e a ascensão da liderança de Fidel Castro) até o ano de 1979. O recorte “final” estabelecido justifica-se, segundo o autor, pela impossibilidade de cobrir todo o processo em longa duração e, especialmente, pelas mudanças políticas que ocorreram após a abertura do Porto de Mariel em 1980, com a autorização de mais de 250 mil cubanos/as de deixarem o país.

A problemática central de Michael Bustamante, assim como sua hipótese principal, concentra-se na dimensão da memória e do esquecimento para o estabelecimento das narrativas sobre a Revolução Cubana a partir das experiências desenvolvidas em dois espaços geográficos centrais: Havana e Miami. Desta forma, o autor aborda dois grupos sociais heterogêneos e em constante conflito: aqueles/as que permaneceram na ilha por apoio ao governo revolucionário e os/as exilados/as da primeira geração pós-1959 a chegarem no sul da Florida. Seu argumento é que, apesar das tendências de homogeneização e construção de visões dualistas das narrativas sobre a Revolução, um elemento sempre foi central nas representações sobre a revolução: a memória. Seu entendimento, inclusive, parte da ideia de que, neste caso, a fronteira existente entre memória e história é porosa, sendo muito mais um processo de estabelecimento de usos políticos sobre o passado para um presente conflituoso.

A perspectiva do autor parte de um campo emergente nos estudos sobre a História de Cuba que defende a centralidade da revolução para compreender a história do tempo presente nas Américas. A centralidade da memória como parte destas análises já fora aventada em obras, como *Heroes, Martyrs, and Political Messiahs in Revolutionary Cuba*⁴, de Lillian Guerra, *On Becoming Cuban: Identity, Nationality, and Culture*⁵, de Louis A. Perez Junior, e *Havana USA – Cuban Exiles & Cuban Americans in South Florida*⁶, de Maria Cristina Garcia. A pesquisa empreendida por Bustamante é uma contribuição valiosa para essa corrente historiográfica, possibilitando a expansão de tais discussões. A distinção de abordagem, se comparada às análises anteriores, refere-se à perspectiva transnacional e comparativa, na qual procura-se entender como os processos de lembrar e esquecer desenvolvem-se em Havana, capital de Cuba, e Miami, entendida como a capital do exílio cubano na segunda metade do século XX.

4 GUERRA, Lillian. *Heroes, Martyrs, and Political Messiahs in Revolutionary Cuba (1946-1958)*. London: Yale University Press, 2018.

5 PÉREZ Jr., Louis A. *On Becoming Cuban: Identity, Nationality and Culture*. Carolina do Norte: University of North Carolina Press, 2008.

6 GARCIA, Maria Cristina. *Havana USA: Cuban Exiles & Cuban Americans in South Florida*. Berkeley: University of California Press, 1996.

A abordagem parte de um conjunto documental que permite ao autor explorar as memórias coletivas; seu estudo entende que estas ocupam lugar central nas narrativas sobre a Revolução e que são constituídas por experiências individuais. Para problematizar tais lembranças, Bustamante recorre a um conjunto documental bastante diverso. Foram mobilizados livros, publicações midiáticas, impressos, fotografias, audiovisuais, fontes digitais, documentos oficiais e de organizações sociais e registros orais. Em seu processo de análise, que se concentra na dimensão narrativa das fontes e relatos apresentados, o historiador procura constantemente “estranhar” e/ou duvidar das memórias que lhe são apresentadas, assumindo uma postura crítica e fundamental para qualquer estudo que trabalhe as relações entre lembrança e esquecimento.

Cuban Memory Wars está estruturado em seis capítulos, organizados de forma cronológica entre as décadas de 1950 e 1970. Apesar dessa construção soar evolucionista ou teleológica, é preciso reconhecer que se trata de um recurso didático e de elaboração da narrativa a fim de conferir a ela uma fluidez específica. O deslocamento especial constante costura os seis capítulos da obra, mesmo que por vezes exista a necessidade de destaque a uma região geográfica ou a outra. Desta forma, o leitor e pesquisador interessado pela temática tem a sensação da dinamicidade, dos embates e lutas de memória, e compreende melhor a proposta de pensar que tais construções de representações e visões sobre a revolução foram articuladas e relacionais, não podendo ser reduzidas a nichos de grupos sociais específicos.

No capítulo um, *Origin Stories of Revolution, exorcisms of the Past*, situa a Revolução de 1959 na história recente de Cuba, procurando entender os fatores históricos, sociais e políticos que levaram à formação de grupos e atores sociais que lideraram a derrubada de Fulgêncio Batista. A partir deste processo, Bustamante demonstra a existência das divergências, discordâncias e embates dentro do movimento revolucionário que, por vezes, na memória coletiva reproduzida em diferentes suportes e veículos, é ofuscada pelo entendimento de que o anti-imperialismo estadunidense seria um aglutinador dos agentes sociais envolvidos. Desta forma, o historiador demonstra que estas divergências foram por vezes um desafio a ser superado e resultou também na construção de um grupo social principal no cenário de crise política.

A discussão inicia-se com um breve panorama das disputas de poder em Cuba, assim como da organização social e política do país, com destaque para os eventos da primeira metade do século XX. A breve retrospectiva tem como função principal posicionar os principais grupos sociais e a dimensão tempo-

ral, a ser abordada em seguida: a construção de narrativas sobre a Revolução logo após a derrubada de Fulgêncio Batista. Bustamante procura discutir que, ao contrário do que por vezes é midiaticamente divulgado, os primeiros meses após a instalação da revolução foram de grande debate na ilha, assim como de discordâncias e dificuldades de produzir um entendimento comum acerca dos eventos recentes. O historiador procura, ao demonstrar tal cenário confuso e conflituoso, analisar as formas como progressivamente passou a ser institucionalizada uma política cultural voltada para a memória revolucionária, e que mobilizava também a história recente do país.

Para isso, são analisadas produções audiovisuais do Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica (ICAIC), que procuravam narrar os passos iniciais da revolução, assim como publicações impressas como jornais e, em especial, revistas em quadrinhos voltadas ao público infantil. Destaca-se a afinidade da documentação trabalhada pelo autor com pesquisas empreendidas por Villaça⁷ e Miskulin⁸, que, ao se ocuparem também das produções culturais, apontavam para a existência de tais políticas de memória através das artes e letras. Todavia, ao tomar a memória como objeto, Bustamante vai além dos estudos já desenvolvidos, tendo em vista que situa o tema nas discussões sobre os futuros da Revolução e as formas como tais processos impactaram no crescimento de sentimentos anticomunistas dentro e fora do país.

O segundo capítulo da obra, *Cuban Exiles and the Search for Total Unity*, discute o exílio nos Estados Unidos a partir das dificuldades de cubanos/as exilados/as em Miami e Washington construírem uma frente única de oposição ao governo revolucionário. Neste momento, o autor desenvolve uma análise que transita entre as experiências coletivas destes sujeitos através de movimentos, a exemplo do ataque à Baía dos Porcos e da operação *Mongoose* em 1961, e experiências individuais, como a trajetória e mudanças de opinião política de José Miró Cardona. Bustamante procura, através de jogos de escalas e da espacialidade do exílio, perceber a ascensão de discussões em torno da oposição a revolução como um fenômeno múltiplo e da construção de uma ideia de “Revolução Traída” por parte daqueles que se viam enquanto “vítimas” e/ou discordantes dos rumos do movimento revolucionário.

A discussão proposta pelo autor neste capítulo é particularmente interessante, pois cobre um outro lado dos movimentos desenvolvidos pelas comu-

7 VILLAÇA, Mariana Martins. *Cinema Cubano: Revolução e Política Cultural*. São Paulo: Alameda, 2010.

8 MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009.

nidades exiladas. Perspectivas como as estabelecidas por Duany⁹; discutem as mobilizações da comunidade exilada no sul da Florida e/ou em Nova York a partir das construções de identidades ressentidas e da elaboração de espaços étnicos marcados pelo reforço das identificações com o exílio. Bustamante fornece outro panorama ao concentrar sua análise nas discordâncias existentes dentro da comunidade e nas formas como o governo de Fulgêncio Batista era entendido dentro da comunidade exilada, sendo demonstrado pelo historiador que não necessariamente a oposição a Revolução significasse simpatia e/ou apoio irreduzível ao antigo ditador. Além disso, o autor analisa o papel da imprensa e produção audiovisual, demonstrando os paralelos existentes entre iniciativas cubanas, que também apostaram nestas formas de comunicação, e as do exílio na construção de memórias sobre o passado recente.

Por fim, o capítulo discute a dimensão da nostalgia presente nas disputas de memória na primeira geração de exilados/as. A análise empreendida na obra dimensiona a nostalgia como elemento psicológico integrante da comunidade exilada. Esse entendimento destaca o papel do ressentimento na elaboração das memórias sobre o exílio. Todavia, é perceptível um outro lado pouco abordado por Bustamante nesta discussão: os impactos temporais da nostalgia. Como fenômeno social, cultural e psicológico, a nostalgia é uma forma de ausência sobre um tempo vivido e/ou imaginado, sendo um sentimento marcado pela saudade, pela lembrança, mas principalmente pela ideia de ruptura.¹⁰ Como ruptura, a nostalgia de comunidades exiladas reorienta as narrativas identitárias, reorganiza as memórias e ressignifica as experiências de forma ao presente ser uma temporalidade que constantemente retoma ao passado e o instrumentaliza no presente¹¹. Tal debate, tangência a obra, mas não é aprofundado tendo em vista que sua discussão não se detém propriamente sobre a temporalidade, apesar de essa integrar os debates de memória desenvolvidos. Desta forma, é preciso reforçar tal aspecto enquanto contribuição a sua análise.

O terceiro capítulo da obra, *Remembering (through) Girón*, coloca pela primeira vez cubanos/as no país e a comunidade exilada em “confronto” ao analisar o ataque à Baía dos Porcos em 1961. Partindo do entendimento de que a investida de exilados treinados pela CIA, com apoio de Eisenhower e Kenne-

9 DUANY, Jorge. *Blurred Borders: Transnational Migration between the Hispanic Caribbean and the United States*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2011.

10 HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

11 SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *The Politics of Exile in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

dy, foi um episódio central para as memórias sobre a Revolução, Bustamante demonstra como o evento se tornou o epicentro de debates sobre rumos do governo cubano. Partindo, em um primeiro momento, da centralidade da região de Girón para Cuba, e do simbolismo envolvido na escolha da localidade para a invasão, o autor discute as formas como a vitória revolucionária foi discursivamente transformada em validação do poder revolucionário. Desta forma, como apresentado na obra, a vitória cubana virou um prisma para as narrativas sobre a promessa da revolução e para construção de uma suposta nova cubanidade autorizada.

Um dos aspectos mais importantes do capítulo é a análise dos interrogatórios realizados com os exilados cubanos presos após a tentativa de derrubada do governo. Ao problematizar questionamentos e respostas dirigidas por e para Fidel Castro e outros dirigentes, Bustamante destaca os embates existentes na construção da identidade cubana. Ao perceber que, por diversas vezes, os presos políticos reivindicavam uma suposta cubanidade legítima, os líderes revolucionários respondiam a tais afirmativas, negando as cubanidades no exílio como autênticas e, discursivamente, representando-as como traidoras da identidade nacional. Desta forma, o autor demonstra que os eventos transcorridos em Girón serviram não somente como base para um discurso de vitória da revolução, mas o contato do governo com os presos foi fundamental para guiar as narrativas posteriores, resultando em discursos de resposta. Nesse contexto, as produções televisivas, como a transmissão dos julgamentos, contribuíram para tal processo, ao mesmo tempo que elaboraram uma visão de limites de resistência que o governo cubano iria permitir.

O quarto capítulo, *Antinostalgias in an Exile Age of Fracture*, foca em um grupo menos abordado na historiografia do exílio cubano, se comparado aos demais: a geração 1.5. Esse grupo, constituído por sujeitos que nasceram em Cuba que migraram ainda na infância para os Estados Unidos, construíram memórias sobre o país natal baseadas muito mais nas lembranças e identidades coletivas do que em experiências individuais e/ou próprias. A partir da imprensa, em especial de revistas produzidas por escritores, intelectuais e políticos cubanos que integraram a geração 1.5, Bustamante discute a situação de oposição a ambos os lados existentes entre estes/as exilados. Segundo o autor, o debate na imprensa do exílio na década de 1970 foi perpassado por um posicionamento destes/as exilados/as de não apoiarem a Revolução, mas também criticarem muitos dos posicionamentos de seus parentes e familiares nos Estados Unidos. Em especial, a principal crítica existente seria a escolha massiva pelo país de destino e a construção de uma memória dos EUA como salvadores da nação desde a Guerra Hispano-Americana.

Como fio condutor da análise, o capítulo se concentra no posicionamento do *Agrupación Abdala*, um grupo de estudantes cubanos exilados nos Estados Unidos que iniciou sua formação no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Nesse período, diversas iniciativas de jovens latinos no país começavam a emergir, influenciadas especialmente pelos movimentos de defesa pelos direitos civis e de reafirmação das etnicidades múltiplas que existiriam nos EUA, a exemplo dos *Young Lords*.¹² A *Agrupación Abdala*, que iniciou em Nova York, mas logo se espalhou em Miami, tinha como principal objetivo a reflexão e mobilização social em torno do exílio cubano. Suas produções tematizavam a defesa do anticomunismo cubano, além das reflexões e críticas ao governo cubano anterior a Revolução. Ao tematizar a trajetória e produção deste grupo, Bustamante reflete sobre a formação de uma visão da Revolução e do exílio, que afastava do traço nostálgico dominante, ao mesmo tempo que discute a radicalização da comunidade exilada, com ataques e atentados, em função das divergências existentes e da estruturação de grupos que planejavam atentados a Cuba.

O quinto capítulo, penúltimo da obra, aborda a noção de comemoração como princípio de rememoração da Revolução na década de 1970. Intitulado, *Anniversary Overload? Memory fatigue at Cuba's socialist apex*, o capítulo desloca o estudo novamente para o país caribenho, procurando entender as estratégias e mecanismos de celebração da Revolução a partir da institucionalização, produções midiáticas e literárias. Concentrando-se na produção de narrativas que, a partir do presente, rememoravam o passado recente da ilha, o autor problematiza as formas como foram elaborados lugares de memória coletivas, citando Pierre Nora, para reforçar uma narrativa oficial. Esse processo ocorreu em meio a constantes atualizações, sendo que a autocrítica por vezes foi implementada como mecanismo de atração popular e de melhora do governo, através de jogos locais, nacionais e globais e, principalmente, pela escolha de marcos temporais específicos. O argumento central é que, apesar da diversidade destes lugares de memória na profusão de museus e memoriais locais em diferentes cidades e regiões do país com perfis bastante distintos, ocorreu a estruturação dessa memória da Revolução através da escolha de anos/eventos marcantes para além de 1959, a exemplo da vitória no ataque à Baía dos Porcos e na projeção da colheita dos 10 milhões em 1970.

O processo analisado demonstra que a institucionalização da memória sobre o passado recente em Cuba ocorreu de forma paralela a institucionalização

12 FERNÁNDEZ, Johanna. *The Young Lords: A Radical History*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2020.

do socialismo cubano, expresso nas políticas culturais e na projeção internacional com a aproximação com o governo de Salvador Allende no Chile. Nesse processo, lembrar as “vitórias” da Revolução foi um mecanismo de reafirmação do potencial revolucionário em um contexto, por exemplo, em que começava a emergir desconfianças com a censura e autoritarismo dos líderes cubanos dada a pressão pela “autocrítica” de Herberto Padilla em 1971, ou a existência das Unidades Militares de Ajuda à Produção na década anterior. Apesar das UMAP’s não serem tema de análise deste capítulo, a análise de Bustamante contribui a pensar o processo de escolha deliberada por certas narrativas de reforço nacional da revolução frente a outros. Nestes processos, a nostalgia com uma Revolução recente começava a emergir, não como uma promessa de futuro inalcançado, como por vezes ocorreria no sentimento nostálgico, mas como memória positivada e uma lembrança de “empoderamento” dos feitos cubanos recentes, entendidos como conquistas.

O último capítulo da obra, *Confronting Return*, amarra o estudo ao analisar o “retorno” da comunidade exilada na década de 1970 a partir das negociações entre Cuba e Estados Unidos. Tais retornos, mesmo que temporários, em 1979 mobilizaram mais de 100 mil cubanos/as exilados/as que conseguiram autorização de ambos os países para visitar seus familiares e/ou amigos na ilha. Além do processo emocional de retorno e encontro entre pessoas que só conseguiam manter contatos por cartas e telefonemas, a visitação de exilados/as a Cuba marcou um novo campo de disputas entre visões diferentes sobre a revolução. Ao possibilitar que pessoas que deixaram o país no contexto de implementação da Revolução, assim como de jovens que nunca haviam pisado em Cuba, a ilha se tornou o palco de um confronto entre identidades formadas em diferentes espaços territoriais que se viam, pela primeira vez, confrontadas cotidianamente nas experiências ordinárias como cafés, almoços e reencontros familiares.

Segundo Bustamante, a viagem de uma parcela da comunidade exilada possibilitou para ambos os “grupos” a desmistificação de parte das representações que circulavam e existiam em torno dos Estados Unidos, por parte daqueles/as que viviam em Cuba, e sobre a revolução, entre os/as que viviam no exílio. Todavia, além de alguns processos de desmistificação, a presença, e o fluxo de dinheiro e bens de consumo movimento por exilados/as que trouxeram para familiares, marcou também reforçou certas narrativas sobre as “vantagens da América”, então o ambiente cultural e social por outro lado também reforçou o potencial político existente na revolução. Para o autor, ao analisar a trajetória de diferentes sujeitos por meio de relatos orais, é possível afirmar que uma das principais situações imprevistas pela comunidade exilada na

ocasião foi perceber que o país havia “continuado” sem sua existência. Ao analisar esse processo, Bustamante defende a hipótese de que, longe de ser uma reconciliação, a abertura do fluxo de pessoas resultou na reabertura de cicatrizes deixadas pela revolução e, se, por um lado, estimulou a reflexão, por outro aumentou ressentimentos e a oposição de ambos os lados.

Ao abordar a construção das memórias sobre a revolução cubana entre cubano-americanos/as e cubanos/as, *Cuban Memory Wars: Retrospective Politics in Revolution and Exile* desenvolve uma valiosa contribuição aos estudos das Américas na contemporaneidade e, especialmente, da História do Tempo Presente. Por tematizar um processo coletivo, com dimensões globais, Michael Bustamante discute a fluidez e a dimensão política da elaboração de memórias sobre um dos principais eventos do continente americano no século XX. Sua abordagem, inclusive, demonstra que para além das múltiplas dimensões temporais existentes nas memórias e em seus embates, os usos políticos do passado se fazem constantemente presentes nas narrativas sobre a revolução. Tais instrumentalizações do passado, como lembram Bauer & Nicolazzi¹³, orientam-se não somente a partir de projetos políticos, mas também de interesses e funções que eles vêm a exercer no presente de sua mobilização e em futuros imaginados. Tal dimensão costura os capítulos de *Cuban Memory Wars* de forma a possibilitar a reflexão e o entendimento que um processo que foi constantemente retroalimentado, atualizado e, por vezes, contraditório.

A escolha de temáticas dos capítulos e a estrutura narrativa de Bustamante apresentam também uma contribuição importante aos estudos sobre o exílio e deslocamentos humanos na contemporaneidade, com ênfase na elaboração de identidades “nacionais”. Constantemente em cena, a ideia de cubanidade aparece como campo de disputas, demonstrando o papel fundamental da memória na construção da identidade e do pertencimento às nações na segunda metade do século XX. Tais cubanidades, reivindicadas por exilados/as e não-exilados/as, demonstravam uma hipótese que já existia, como lembra o autor, desde os estudos de Fernando Ortiz: a contradição e a multiplicidade por vezes contraditórias que marcam a identidade cubana. Nestes embates, lembrar, esquecer e reconfigurar as narrativas sobre o passado no presente foram fundamentais para legitimar a revolução, ou a oposição, ao governo revolucionário.

13 BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, Dez. 2016.

Por fim, cabe destacar que *Cuban Memory Wars* é um livro que destaca um campo em expansão dentro dos estudos sobre a revolução cubana e o exílio, que não apenas procura romper com as visões dicotômicas e de antagonismos, mas destaca os processos temporais, as experiências individuais/coletivas, e a centralidade de Cuba para pensar a história das Américas no Tempo Presente. A obra de Bustamante, neste caso, é tanto a concretização de seus estudos recentes, quanto um novo passo para toda a comunidade de cubanólogos, historiadores/as ou não, interessados na construção de representações sobre Cuba na contemporaneidade, assim como para historiadores/as das Américas.

Referências

- ARAUJO, Rafael. A história do tempo presente na América Latina e no Brasil: Recortes cronológicos e possíveis periodizações. In: ELÍBIO, Antonio; SCHUSTER, Karl; PINHEIRO, Rafael. Tempo Presente: uma história em debate. Recife: EDUPE, 2019.
- BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, Dez. 2016.
- BUSTAMANTE, Michael. Cultural Politics and Political Cultures of the Cuban Revolution: New Directions in Scholarship. *Cuban Studies*, Pittsburgh, v. 47, p. 3-18, 2019.
- DUANY, Jorge. *Blurred Borders: Transnational Migration between the Hispanic Caribbean and the United States*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2011.
- FERNÁNDEZ, Johanna. *The Young Lords: A Radical History*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2020.
- GARCIA, Maria Cristina. *Havana USA: Cuban Exiles & Cuban Americans in South Florida*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- GUERRA, Lillian. *Heroes, Martyrs, and Political Messiahs in Revolutionary Cuba (1946-1958)*. London: Yale University Press, 2018.
- HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009.
- PÉREZ Jr., Louis A. *On Becoming Cuban: Identity, Nationality and Culture*. Carolina do Norte: University of North Carolina Press, 2008.
- SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *The Politics of Exile in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- VILLAÇA, Mariana Martins. *Cinema Cubano: Revolução e Política Cultural*. São Paulo: Alameda, 2010.

Recebido em 15 de abril de 2021
Aprovado em 27 de janeiro de 2024

IGOR LEMOS MOREIRA

O Karl Marx e a guerra da abolição americana

The Karl Marx and the American abolition war

<https://doi.org/10.26512/rhh.v10i20.52384>

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. Tradução: Luis Felipe Osório, Murillo van der Laan, São Paulo: Boitempo, 2022. 392 p.

Alexandre Francisco Braga

Mestrando em Direito
Universidade Federal de Minas Gerais

<https://orcid.org/0000-0002-5483-9499>
bragafilosofia@yahoo.com.br

Como citar:

BRAGA, Alexandre Francisco. O Karl Marx e a guerra da abolição americana. *História, histórias*, Brasília, v. 10, n. 20. jul./dez. 2022.

A partir de uma série de 301 artigos jornalísticos publicados no jornal *New-York Daily Tribune (NYDT)*, Karl Marx apresenta, entre 1852-1870, um panorama tenso da Guerra da Secessão dos Estados Unidos com base em correspondências trocadas entre ele e membros dos Círculos Germanistas norte-americanos, entre os quais o Coronel Joseph Weydemeyer (1818-1866), que foi editor da *Nova Gazeta Renana* na época em que Marx também compunha sua equipe de redatores; Friedrich Adolph Sorge (1828-1906), que da mesma maneira tinha fugido para os Estados Unidos, e em 1857 fundou o “Clube dos Comunistas de Nova York”, tendo, inclusive, participado da campanha abolicionista; a jovem Florence Moltrop Kelley (1859-1932), nascida na Filadélfia, ela foi ativista pelos Direitos Civis dos Afro-Americanos e traduziu para a língua inglesa o livro *A Condição da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, (1887). E o próprio Friedrich Engels, cuja autoria se confunde com as publicações de Marx sobre essa guerra, haja vista que boa parte dos informes e análises foram feitos por Engels¹ e assinados por Marx, incluindo, as análises mais notáveis sobre as estratégias militares adotadas pelos combatentes, entre federados defensores da abolição e confederados, que declararam a guerra pela manutenção do regime escravista.

A edição lançada pela Boitempo do livro *A Guerra Civil dos Estados Unidos* disponibiliza, agora², em língua portuguesa 53 artigos, 4 documentos e 73 enxertos não só sobre a visão que Marx tinha do conflito armado estadunidense, mas sobre um claro posicionamento de comunistas e socialistas contra a exploração, contra a escravidão e pela emancipação da classe trabalhadora norte-americana. As primeiras publicações sobre o tema com o título *The Civil War in the United States* foram feitas em 1937 no original em inglês, cuja coleção de artigos foi editada por Richard Enmale. Em 2016, uma segunda edição feita por Andrew Zimmerman, foi publicada em Nova York pela International Publishers. Em seu conjunto, é possível encontrar nesses artigos jornalísticos de Karl Marx ao menos três blocos de análises: 1) a situação do Teatro de Operações da Guerra; 2) a guerra abolicionista propriamente dita em que o autor alemão traz o problema racial como mola propulsora da Guerra Civil; e 3) a presença da Inglaterra no conflito. Dessa forma, possibilitando aos leitores acesso aos temas não europeus do universo categorial marxiano, já que com o lançamento de *A Guerra Civil dos Estados Unidos Karl Marx* muda

1 Nas cartas trocadas entre os dois, nos informes políticos e nos comentários sobre o desenrolar dos conflitos, houve uma simbiose e uma coautoria que enriqueceu a visão de ambos sobre a guerra.

2 Em 2020, a Aetia Editorial já havia publicado uma versão em língua portuguesa sob o título de *Escritos sobre a Guerra Civil Americana*, que merecem também menção pelo ineditismo.

sua lente de análises e foca em países fora do circuito da Europa e muito deles situados à margem dos processos de revolucionamento da economia vividos nas Metrópoles, como foi o caso de nações periféricas da economia global do final do século XVIII, como Índia, China, Jamaica, Rússia, Estados Unidos e o próprio Brasil, que foi citado duas vezes nos Livros I e II d'*O Capital*³; e além disso, há a questão do tema da negritude, que o filósofo alemão elencou como elemento central da sociedade estadunidense. Antes de entrar na apreciação desses três blocos de análises é preciso deixar claro que Karl Marx abordou outros temas da agenda política interna e da geopolítica norte-americana no livro *A Guerra Civil dos Estados Unidos* e que nesta obra os conteúdos sobre a economia do algodão, a presença do personagem Abraham Lincoln e o nascimento da máquina de guerra estadunidense merecem toda consideração dos leitores e leitoras, pois são o exemplo evidente da lupa marxiana para os assim “chamados temas americanos”⁴.

I - A Situação do Teatro de Operações da Guerra

Com base nas correspondências trocadas pelos Círculos Germanistas dos Estados Unidos e com uma espécie de revisão técnica dos assuntos militares mais complexos feita por Engels, Karl Marx examina qual era o principal motivo que levou o país à guerra, sobretudo com a quebra do Pacto Federativo, no qual desencadeou um impasse de caráter jurídico-político, visto que as instituições já não conseguiam atender às demandas dos elementos em disputa. Por exemplo, com o acordo de Kansas-Nebraska, de 1854, eram liberadas para ocupação terras situadas na região Oeste, permitindo, assim, a expansão da escravatura somente nos novos territórios pelo Senado da República. Insatisfeitos com essas medidas, 15 estados de matriz latifundiária e que não congregavam os mesmos valores civilizatórios, romperam a unidade política com o Governo Federal, anunciando a fundação de uma nova Confederação em 4 de fevereiro de 1861 composta por Alabama, Carolina do Sul, Flórida, Geórgia, Louisiana e Mississípi, tendo à frente o autoproclamado presidente dos Estados Confederados da América⁵, (1845-1889), Jefferson Davis. Os Estados Confederados da América eram praticamente um novo país que visava manter a escravidão inalterada, ou melhor, expandir a prática

3 Essa discussão também é encontrada em Marx, Karl.2017.O Capital. Livro III.São Paulo:Boitempo.980 p.

4 De acordo com a própria denominação de Marx no nº 346 do *Die Presse*, de 17 de dezembro de 1861.Cf.: <https://www.marxists.org/portugues/marx/guerra/22.htm>.

5 Na sigla em inglês, CSA.

escravista para além dos limites geográficos impostos anteriormente. O ataque inicial para eclosão dos conflitos armados aconteceu no dia 12 de abril de 1861 num ataque ao Fort Sumter, na Carolina do Sul, pelas tropas confederadas logo após a posse do presidente Abraham Lincoln. O fato foi registrado por Marx no dia 11 de outubro de 1861 por meio do artigo “A questão americana na Inglaterra” em que comenta as repercussões no continente europeu do combate em solo norte-americano. De acordo com a interpretação de Marx, a imprensa londrina (*Economist*, *Saturday Review*, *Examiner*, *The London Times*, entre outros) era francamente antinortista, ou seja, mantinha opinião favorável ao Sul escravista, uma vez que para os editoriais londrinos aquela “não era uma guerra pela abolição da escravidão” o que impedia os britânicos de manter simpatias pelos seus pares do Norte (Marx 2022, 21).

Malgrado ambos os lados – federado e confederado – não terem tropas preparadas para o tipo de combate que cada vez mais se aproximava, que foi no entendimento de Marx um espetáculo sem paralelos na história das guerras, pela extensão territorial, pelas diversas linhas de operação, pela numerosa força dos exércitos inimigos e pela inovação dos princípios táticos e estratégicos militares, que deu ao Sul uma vantagem ilusória que poderia derrotar os nortistas. Porém, foi justamente no Sul que houve uma das surpresas mais interessantes do conflito; o apoio de dois terços da população branca alinhada com o Norte e o engajamento da massa escrava da região. Enquanto do lado nortista houve uma sonolência e uma relutância em entrar, de fato, no conflito. Isso demorou pelo menos três meses para recrutar voluntários e, mesmo assim, com uma orientação mais para a defensiva do que para ir ao ataque propriamente dito. De acordo com Marx, esses erros iniciais, eram, sem embargo, mais por causa falta de habilidade na condução política do que pela estratégia militar adotada. Com isso, talvez seja esse o episódio de grande divergência na interpretação entre Marx e Engels, já que aquele acreditava na vantagem numérica nortista e este “apostava” todas as fichas no poderio militar do Sul. Com o desenrolar das operações militares, ambos vão assentir no só com a possibilidade da vitória do Norte, mas na inauguração da fase revolucionária⁶ com a campanha pela redução da jornada de trabalho, associadamente à Guerra Civil (Marx e Engels 2022, 182-183)⁷.

6 Sobre a derrota sulista, Marx comentou, numa carta a Lion Philips, em novembro de 1864 (cf. Marx; Engels 2022, 320) e sobre essa visão revolucionária consultar a carta de Marx a Engels, de 23 de abril de 1866 (cf. Marx; Engels 2022, 339).

7 Marx, Karl e Friedrich Engels. 2022. *A Guerra Civil dos Estados Unidos*. Tradução: Luis Felipe Osório e Murillo van der Laan. São Paulo: Boitempo.

II - A Guerra Abolicionista

Contrariamente, ainda nesse artigo “A questão americana na Inglaterra”, Marx e Engels delimitam bem qual era, de acordo com suas visões, as intenções da guerra: “com efeito, só depois de longas hesitações e de manifestar uma paciência sem igual nos anais da história da Europa, o Norte desembainhou a espada, não para acabar com a escravidão, mas para preservar a União”, (Marx; Eengels 2017, 126). Isso porque na fase inicial a guerra foi motivada a fim de manter a unidade administrativa da União contra o novo país declarado pelos sulistas escravistas. No dia 7 de novembro de 1861, Marx escreveu que a Guerra da Secessão era a “emancipação dos escravos”, portanto, uma Guerra da Abolição. Ademais, para Marx, era essencial e evidente que a própria emancipação da classe trabalhadora da América do Norte dependeria, preliminarmente, da destruição da escravidão negra. Nesse aspecto, a luta entre federados, do Sul e, confederados, do Norte, recebe categorizações como “Guerra Civil” por Vitor Izecksohn (2016)⁸, Herbert Aptheker⁹ (1983) e Milton George (1941)¹⁰. Ou como “Primeira Guerra Mundial”, como propuseram Charles Beard e Mary Beard (2018)¹¹. Esses autores destacam o papel central que a escravidão teve para fomentar a eclosão das batalhas nos territórios estadunidenses e a prevalência de uma historiografia que minimiza a importância da raiz escravocrata do conflito, enfocando as rivalidades regionais e diminuindo a composição negra dessas lutas. Outra possibilidade de interpretação é que aquela guerra foi uma “Revolta dos Escravos Negros Americanos”, de acordo com a classificação feita pela Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em carta enviada ao presidente Lincoln em 1865, como a “Guerra Contra a Escravidão Negra”; e finalmente, como Marx registrou no *A Guerra Civil dos Estados Unidos* e para as redações dos jornais europeus, entre eles o *Die Presse*, como a “Guerra dos Escravos”. Conforme Marx (2022, 51), “[...] o cultivo escravagista dos artigos de exportação do Sul, como algodão, tabaco, açúcar etc., somente é rentável se for realizado por uma grande quantidade de escravos, em larga escala, e em amplas extensões de solo naturalmente fértil, que exija apenas trabalho manual [...].

8 Izecksohn, Vitor. 2016. Os Desafios da Segunda Escravidão. Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 320p. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/770/77052260009/movil/>. Acesso em: 20 set. 2023.

9 Aptheker, Herbert. 1983. *American Negro Slave Revolts*. New York: International Publishers Co.

10 Milton, George. Fort. 1941. *Conflict: The American Civil War*. Washington, DC: The Infantry Journal.

11 Beard, Charles e Mary Beard. 2018. *History of the United States (Vol. 1-7): From the Colonial Period to World War I*. Mosaic Books.

Isto é, a manutenção da escravidão estava no cerne da guerra entre as classes possuidoras, como os latifundiários, pecuaristas, parlamentares dos setores rurais e banqueiros sulistas, inconformados que o trabalho escravizado seria limitado a certas regiões e territórios. Daí um surto geral contra as políticas governamentais da União que confinavam a exploração escravista a determinadas localidades, contrariando a necessidade de expansão requerida pelos produtores rurais do Sul. Isso porque para os interesses da economia sulista, tanto o cultivo de algodão, tabaco, açúcar, etc., só seria rentável tanto pelo emprego de uma grande quantidade de escravizados, dessa forma, em larga escala, quanto pelo uso de grandes extensões de solo, que necessariamente precisariam ser férteis. E, sobretudo, com o cultivo feito por trabalho manual de mãos escravizadas (Marx e Engels 2022, 51). Essa era, de acordo com Marx, a lei econômica sulista: economia agrária escravista. Em sentido contrário, a unidade da classe trabalhadora poderia levar à abolição, por razões de consciência de classe e por motivos de que “[...] a escravidão, o grande obstáculo ao desenvolvimento político & social, seja quebrada nos Estados Unidos [...]”, conforme Marx expressou em carta enviada a Weydemeyer, em 24 de novembro de 1864 (Marx e Engels 2022, 318).

III - A Presença da Inglaterra no Conflito

No terceiro bloco de análises da guerra contra a escravidão negra, o autor ainda tece longas considerações sobre a presença inglesa no conflito, negando, primeiramente, uma neutralidade britânica no conflito doméstico e, posteriormente, destacando a figura do Primeiro-Ministro Lord Palmerston. O político inglês prontamente reconheceu os secessionistas como parte beligerante, despachando um contingente de 3 mil homens para o Canadá como forma de intimidar o governo federal de Washington e com suporte aos sulistas, caso precisassem. Além de tudo, autorizou que as navegações de guerra confederadas recebessem reformas e reparos nos portos ingleses. Em artigo publicado no *Die Presse* no dia 4 de dezembro de 1862, “A neutralidade inglesa: sobre a situação dos estados do Sul”, Karl Marx comenta no jornal de Viena sobre a situação do cruzador “Alabama” que foi construído na Inglaterra para ajudar as tropas sulistas e que destruiu aproximadamente 70 navios da frota unionista norte-americana, fora os prejuízos pelas embarcações piratas fabricadas nos estaleiros ingleses e que, conjuntamente, circularam impavidamente nos oceanos, sobretudo no Atlântico Norte, como arma de guerra em ataques aos navios de bandeira da União e favorecendo o lado sulista escravagista. De acordo com os relatos de Marx, a situação só foi debe-

lada em 1872, com o pagamento de uma indenização no valor de 15, 5 milhões de dólares pelo governo de Londres.

Através das “Notas de Economia Política”, publicadas no *Die Presse* em 9 novembro de 1861, Karl Marx escreveu que na Inglaterra não havia outro assunto, pois o interesse inteiro do país estava centrado na crise financeira, comercial e agrícola vivida pelos ingleses e pela questão americana, diga-se de passagem, pela possibilidade de escassez de algodão, além de redução do fluxo do ouro para a Inglaterra. Sem falar nas tabelas das exportações inglesas para os EUA, que caíram a taxas de 25% menos somente com o início dos confrontos bélicos, o que provocou uma queda na manufatura nas cidades inglesas. Isto é, a Inglaterra só pensava em dinheiro e em perdas e lucros que o conflito norte-americano poderia causar (Marx e Engels 2022, 73-74). Assim posto, a leitura de *A Guerra Civil dos Estados Unidos de Karl Marx e Friedrich Engels*, é uma oportunidade única de ter acesso a um outro lado dos autores, desconhecido do grande público e que só recentemente começa a dar os frutos na interpretação marxiana dos problemas do racismo, da escravidão e do colonialismo para a economia sob a égide burguesa. Tudo isso ligado à conformação do modo de produção capitalista no período analisado, lembrando que o algodão era o esteiro da grande indústria britânica e tinha origem na produção escravista, amalgamada no capitalismo, que trazia consigo o colonialismo, bem como as justificativas daquilo que Marx¹² abordou como “efeitos secundários provocados por circunstâncias alheias” ao capital, como o racismo, o poder patriarcal, etc (Marx 2017, 53).

Em que pese a importância da obra, faltou no livro uma nota explicativa sobre a rejeição do ministério do imperador Dom Pedro II da proposta feita pelo presidente Abraham Lincoln em repatriar os ex-escravizados e alforriados da guerra norte-americana para o Brasil. Em seu discurso no “*State of the Union*” feito no Parlamento em 1862, Lincoln pretendia usar 600 mil dólares para emigrar para o Brasil negros, alforriados, descendentes de africanos, afro-americanos e colonos pretos para morar na região do Amazonas e Pará, conforme o artigo “*The colonization of people of african descent*”, publicado no *NYDT* e registrado pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda¹³. Contudo, o lançamento do livro reflete, de certa medida, o atraso em que o país estava em relação à redescoberta das publicações originais e fundantes

12 Em tempos, a passagem citada do Capítulo I do Livro 3 d'O Capital não trata dessa guerra.

13 Para mais informações, consultar Haag, Carlos.2009.O dia em que o Brasil disse não aos Estados Unidos.Revista Pesquisa Fapesp.n.156.Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-dia-em-que-o-brasil-disse-nao-aos-estados-unidos/>. Acesso:28 jan.2024.

do pensamento de Karl Marx, bem como vai ajudar nos estudos sobre as principais conceituações usadas pelo filósofo alemão, e que foram desvirtuadas pela tradição do marxismo vulgar. Agora, teremos a possibilidade de corrigir eventuais lacunas e desvios na interpretação marxiana dos principais problemas humanos, principalmente porque os tradutores de *A Guerra Civil dos Estados Unidos*, Luis Felipe Osório (Doutor em economia política internacional pela UFRJ) e Murillo van der Laan (Pós-Doutor em Sociologia pela Unicamp), possuem uma vasta bagagem no tratamento dessas temáticas e buscaram manter a seriedade e a qualidade editorial das recentes publicações que marcam as publicações da Editora Boitempo. Teremos, dessa forma, uma contribuição à possibilidade de se redescobrir Karl Marx e como sua analítica é atual e visionária. Vale ressaltar a importância das notas de rodapé que perfazem uma riqueza de detalhes historiográficos presentes na edição brasileira da Boitempo que vai ajudar em muito nessa compreensão de um Karl Marx antenado na escravidão como elemento compatível com o sistema capitalista. À vista disso, mais uma ótima chance para os leitores e leitoras de *História, histórias*.

Recebido em 26 de janeiro de 2024
Aprovado em 06 de fevereiro de 2024

ALEXANDRE FRANCISCO BRAGA

Por um Nordeste ressignificado

For a redefined Northeast

<https://doi.org/10.26512/rhh.v10i20.51540>

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. *Sete pontes para a (des) invenção do Nordeste: ensaios de História Cultural*. Rio de Janeiro: Telha, 2023. 182 p.

Flávia de Sá Pedreira

Doutora em História Social pela Unicamp
professora aposentada da UFRN

orcid.org/0000-0002-6135-4537
flasaped@gmail.com

Como citar:

PEDREIRA, Flávia de Sá. Por um Nordeste ressignificado. *História, histórias*, Brasília, v. 10, n. 20, jul./dez. 2022.

No livro *Sete pontes para a (des)invenção do Nordeste: ensaios de História Cultural*, do historiador Antônio Fernando de Araújo Sá, são abordados aspectos primordiais para a compreensão da complexidade de uma suposta identidade nordestina, sinalizando à ressignificação de antigos estereótipos, usualmente aceitos e naturalizados, sobre a região e sua população.

Como nota introdutória intitulada *Preparando o Matulão*, Fernando Sá expõe alguns momentos de sua trajetória pessoal e profissional, que o teriam levado a “pensar os sertões, nos quadros da crise da cultura contemporânea”, estabelecendo um diálogo entre a temática regional/local com os “Estudos Culturais britânicos, o pós-estruturalismo, a crítica pós-colonial e os estudos subalternos” (p.30). Nesse sentido, ao longo dos sete ensaios/capítulos, alguns dos quais já foram publicados em revistas acadêmicas, o autor propõe-se a não perder de vista o fato de que a produção simbólica e/ou as representações culturais estão intrinsecamente relacionadas às diferenciações e tensões sociais.

Especialmente no primeiro capítulo, *História e Estudos Culturais: diálogos a partir das margens*, afloram alguns debates teóricos interdisciplinares realizados com os participantes do Grupo de Pesquisa *História Popular do Nordeste* (UFS/CNPq), sob sua coordenação. Na sequência, no capítulo ‘*Desinvenção do Nordeste: disputas culturais e identitárias no contexto da desterritorialização contemporânea*, problematiza algumas reflexões propostas na tese do historiador Durval Albuquerque Júnior: *A invenção do Nordeste e outras artes* (1999), destacando-se a configuração do Nordeste como “espaço da saudade dos tempos de glória, saudades do tempo do engenho, da sinhá, do sinhô, da Nega Fulô, do sertão e do sertanejo puro e natural, força telúrica da região” – um discurso das elites locais desejosas de romper com a dualidade Norte-Sul, clamando por mais verbas do governo federal para a região da seca, do cangaço, do messianismo e das lutas políticas entre famílias sertanejas. Discurso este que foi sendo divulgado por obras literárias e artísticas, desde a primeira metade do século XX, mas que vem sendo refutado a partir da “recente mundialização da cultura [que] impôs certa desestabilização dessas ideias de essência, de autenticidade e especificidade, com processos híbridos que tensionam as relações hierárquicas entre alta e baixa culturas, entre popular e erudito, entre moderno e contemporâneo, entre arte e artefato, trazendo riquezas culturais esquecidas ou apagadas” (p. 53). Fechando o capítulo, Fernando Sá apresenta alguns exemplos de como a “produção cultural contemporânea tem questionado a ideia de um espaço-tempo marcado pelo isolamento e esvaziamento ontológico do outro, valorizando a pluralidade

cultural e complexidade híbrida da identidade regional nordestina” (p. 60). Sua argumentação prossegue no capítulo seguinte, *Beirão Neves e as sonoridades do sertão urbano*, onde o leitor é levado a (re)conhecer “o hibridismo do forrock [em que] o músico mescla localismos dos ritmos e timbres com o acervo de sons disponibilizados pela Internet” (p. 72).

Note-se que Néstor García Canclini, em sua tese seminal *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*, já apontava para essa recusa aos estereótipos essencialistas, uma vez que “a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural”, fazendo desmoronar os pares de oposição convencionais: “subalterno X hegemônico, tradicional X moderno, local X global”; comprovando com exemplos latino-americanos que as culturas já não se agrupam em grupos fixos e estáveis, cabendo à mídia simular uma integração do imaginário urbano desagregado. O antropólogo indica, ainda, que a “apropriação múltipla de patrimônios culturais abre possibilidades originais de experimentação e comunicação, com usos democratizadores, como se observa na utilização do vídeo feito por alguns movimentos populares” (CANCLINI, 1998; p. 285 e seguintes).

Fernando Sá debruça-se sobre o universo do *cangaço e a literatura popular em versos: a tradição na pós-modernidade*, seu quarto ensaio/capítulo, sempre dialogando com os estudos culturais, que embasam sua argumentação. Aqui, o autor acompanha o surgimento e as transformações dos folhetos de literatura popular no Brasil, desde o final do século XIX, quando se deu a “fixação e preservação das narrativas orais oriundas do período colonial, tornando-se um meio de lazer e literatura dos pobres nas populações rurais e urbanas das cidades nordestinas” (p. 80). O tema do cangaço foi de grande relevância no imaginário popular, sendo difundido a outros estados da federação, a partir dos anos 1940, com a migração de nordestinos para os grandes centros urbanos do Centro-Sudeste-Sul do país. “As marcas da tradição oral e da literatura de cordel garantiram a permanência do cangaço na memória social nordestina, com predominância para a figura de Lampião” (Virgulino Ferreira da Silva, 1898-1938), tratado tanto como herói quanto bandido sanguinário, havendo a seu respeito “um movimento pendular de ambiguidade, nas narrativas literárias” (p. 84).

O processo de expansão da literatura de cordel em termos empresariais (pelas editoras Prelúdio e Luzeiro, ambas de São Paulo, seguidas pela Tipografia e Livraria Bahiana, de Salvador), a partir dos anos 1960, recebeu críticas de alguns pesquisadores e jornalistas, que apontaram sua uniformização como uma “violenta descaracterização dos folhetos”, uma vez que passavam a asse-

melhar-se aos produtos do consumo de massa, como as HQs. Chegou a haver uma proposta de cordel em quadrinhos, que, no entanto, não teve êxito: “a tentativa de quadrinização da literatura de cordel não passou de sofisticada ilustração, limitando a dinamicidade dos quadrinhos com a manutenção de páginas inteiras de poemas sobre o cangaço” (p. 88). No final dos anos 1990 e início de 2000, com o advento da Internet, essa aproximação dos cordéis à cultura de massa se intensificou, “às vezes se aproximando das ficções científicas”; e foi com essa modernização que a temática da entrada da mulher no cangaço passou a ser versejada, “proporcionando uma visão amainada do cangaceiro (...) como ser demasiado humano” (p. 94).

No entanto, esse importante acontecimento – a entrada das mulheres no cangaço – foi apenas tangenciado pelo autor, que poderia deter-se com mais atenção ao mesmo, elencando publicações que enriquecem o debate historiográfico. Vale salientar que as memórias da cangaceira Sila (Ilda Ribeiro de Souza, 1925-2005), mulher de Zé Sereno (José Ribeiro Filho, 1913-1981), do bando de Lampião, foram publicadas em livro, trazendo à tona o cotidiano árduo das mulheres no cangaço, vivendo no mato, fugindo das polícias volantes, pegando em armas para se defender, deixando seus filhos com parentes em localidades distantes, para que não fossem assassinados, sendo companheiras leais e muito dedicadas, o que de certa forma serviu para a moralização dos costumes dos cangaceiros, por exemplo, os estupros não mais existiram, após a entrada das mulheres nos bandos. Enfim, uma série de dificuldades relatadas por ela em livro (SOUZA, 1995) e nas suas inesquecíveis palestras.

Da mesma forma, a historiadora Miridan Knox Falci aborda, em seu “Mulheres no sertão nordestino”, as diferenças de gênero, raça e classe da sociedade patriarcal rigidamente hierarquizada, na virada dos séculos XIX-XX: “em primeiro lugar e acima de tudo o homem, o fazendeiro, o político local ou provincial, o ‘culto’ pelo grau de doutor (...) ou mesmo o vaqueiro. O pior de tudo era ser escravo e negro. Entre as mulheres, a senhora, dama, dona fulana, ou apenas dona, eram categorias primeiras; em seguida, ser ‘pipira’ ou ‘cunhã’ ou roceira e, finalmente, apenas escrava e negra. O princípio da cor poderia confirmá-lo ou era abafado, o princípio da cultura o preservava. Ser filha de fazendeiro, bem alva, ser herdeira de escravos, gado e terras era o ideal de mulher naquele sertão” (FALCI, 2017; p. 242).

No capítulo *Zé de Julião nas veredas da História: memória, cinema e cangaço*, o autor se propõe a “estabelecer releituras históricas sobre o tema [cangaço], discutindo as ressignificações dessa vivência no campo mnemônico e as formas de representação cinematográfica do cangaço na história do Brasil” (p.

97). Os filmes analisados são os do cineasta Hermano Penna sobre a vida de José Francisco do Nascimento, o Zé de Julião (1918-1961), cujo nome de batismo no cangaço era Cajazeira, em que se registram as transformações vivenciadas pelo protagonista, passando de ex-cangaceiro a candidato à prefeitura de Poço Redondo (SE), entre outras histórias.

Antes de adentrar no universo de Zé de Julião, o autor traça um panorama da associação entre cinema e cangaço: “Essa filmografia do cangaço está inserida num sistema literário, iconográfico e sonoro em que o sertão se constitui como um *topos* do imaginário social no Brasil, tanto pela dramaticidade das relações com a natureza quanto pela carga dramática dos episódios históricos ali ocorridos”; os primeiros filmes sobre a temática datam de 1925, mas foi *Lampião, o rei do cangaço* (1936), de Benjamin Abrahão, que “transformou-se em documento/representação mais utilizado/a pelas produções iconográficas posteriores sobre o cangaço” (p. 100). A grande quantidade de filmes sobre o cangaço - mais de sessenta, segundo afirmou uma de suas fontes, em 2005 - serve para reiterar sua importância no imaginário brasileiro.

Quanto à filmografia sobre a trajetória de vida de Zé de Julião/Cajazeira, o autor recorreu a depoimentos de pessoas idosas da cidade de Poço Redondo (SE), algumas transcritas em livros, como o de Alcino Alves Costa, citado pelo autor, no intuito de percorrer “os rastros da memória de um personagem intrigante na história do cangaço”; tendo analisado os filmes-documentários do cineasta cearense Hermano Penna: *Aos ventos que virão* (2014) e *Zé de Julião: Muito além do cangaço* (2016) – filmes considerados pelo diretor como “sintetizadores dos dois grandes símbolos que animam a alma brasileira, o cangaço e Brasília. O cangaço, símbolo maior da insubmissão à opressão, e Brasília, esse marco da grande utopia de uma nação democrática, justa para todos, e pela qual penosamente continuamos a lutar” (p. 105).

A motivação de Zé de Julião para entrar no bando de Lampião teria sido para conseguir o “cangaço-refúgio, isto é, como última instância para homens perseguidos (...) [fugindo] “das extorsões das tropas volantes contra a família de Julião do Nascimento, que era conhecido coiteiro de Lampião, Corisco, Zé Baiano e Zé Sereno, na região” (p.109). Fernando Sá comenta sobre as cenas finais do filme, onde “estão representadas as transformações sociais e políticas do sertão brasileiro, fugindo das imagens clichê do caráter inóspito e seco da paisagem sertaneja (...) traz um sertão urbano, marcado pela presença das motocicletas (...) evidenciando a convivência entre o arcaico e o moderno”; concluindo que “o cineasta traz um olhar esperançoso de que novos tempos virão e que ‘ainda seremos o que sonhamos’, desde que superemos a profunda

indiferença das elites em relação às populações pobres e marginalizadas do país e avancemos na consolidação da democracia entre nós” (p.114).

Nos dois ensaios/capítulos finais, Fernando Sá problematiza a relação entre memória, patrimônio cultural e turismo, a partir dos processos de tombamento de bens culturais, como a pintura mural na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, em Porto da Folha (SE), e das estações da Estrada de Ferro Paulo Afonso (EFPA), que fazia a ligação entre os municípios de Piranhas (AL), e Jatobá/Petrolândia (PE).

A pintura mural em questão, feita em 1970 pelo Frei Juvenal Bonfim, ligado aos princípios da Teologia da Libertação, representava, segundo afirmou o próprio frade-artista, o “Cristo sertanejo, moreno, repartindo o pão, aves e flores, que lembram a confiança no Pai. Mais ainda: toda a vida do lugar: feira, vaqueiros, agricultores, bordadeiras, professora e o rio São Francisco” (p. 121). A polêmica em torno de sua retirada da igreja, décadas depois (em 2018) – por ter sido considerado um painel “ofensivo ao sentimento religioso (...) uma violência ao conjunto arquitetônico” –, levaria o caso à delegacia de polícia (quando foi parcialmente destruída com solvente e raspada com uma espátula), sendo, por fim, autorizada a sua completa destruição por operários contratados pelas autoridades eclesiásticas locais, apesar dos apelos de parte da comunidade por seu tombamento como bem cultural.

Quanto ao último ensaio/capítulo, o autor traça o histórico da Estação Ferroviária Paulo Afonso (EFPA), desde sua criação por decreto do Governo Imperial (Decreto nº 6.918, de 1º de junho de 1878) e concluída em 1883, passando por sua desativação em 1964, até o momento em que suas estações (desativadas), foram transformadas em museus: Museu do Sertão Marília Rodrigues e Museu Regional Delmiro Gouveia, em prol do desenvolvimento turístico da região, especialmente em relação à “Rota do cangaço”: “Em Piranhas, tensões foram observadas nas batalhas das memórias do cangaço, quando a figura de Lampião se torna referência cultural, nos passeios turísticos até a Grota do Angico (SE), na dança, na culinária, nos nomes de restaurantes e pousadas. Talvez o que mais chame a atenção é a concentração econômica na exploração turística, que tem excluído socialmente a maior parte da população, através de uma proposta de consumo de massa, sem o devido cuidado com a sustentabilidade econômica” (p.156).

Discutindo os “usos e apropriações de lugares de memória ferroviária”, o autor questiona a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pois “essa política de preservação da memória ferroviária

prescindiu do reconhecimento de memórias sociais específicas de cada localidade” - deixando de fora, por exemplo, a importante participação da mão de obra dos retirantes das secas na construção das ferrovias, ou “esquecendo” de tombá-la a Vila Operária da Pedra e a usina de Angiquinho, que compõem “uma narrativa industrial e biográfica representativa do sertão alagoano” (p.154).

Como se pode ver, o livro de Antônio Fernando de Araújo Sá traz uma contribuição relevante à revisão historiográfica sobre o Nordeste brasileiro, por meio da utilização de uma grande diversidade de fontes, que possibilitam refletir sobre conceitos como identidade, memória, esquecimento, desterritorialização, ressignificação e imaginários sociais, apresentando ao leitor seus inquietantes resultados de pesquisas. Há quem diga que se debruçar sobre temas como o cangaço e Canudos “já era”, não tem mais lugar de relevância na discussão historiográfica atual, mas o autor nos mostra o contrário, a partir das sete pontes que desvendam facetas diferenciadas de uma região que vive entre o arcaico e o pós-moderno.

Referências

- CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1998.
- FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PINSKY, Carla B. e PRIORE, Mary Del (Org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017.
- SOUZA, Ilda Ribeiro de. Sila: Memórias de Guerra e Paz. Recife: Imprensa Universitária da UFRPE, 1995.

Recebido em 23 de novembro de 2023
Aprovado em 06 de fevereiro de 2024

FLÁVIA DE SÁ PEDREIRA